



Joaquim Aurélio Barreto Nabuco nasceu em agosto de 1849 em Recife e faleceu em janeiro de 1910 em Washington.

.....

CAMPANHA ABOLICIONISTA NO RECIFE

[ELEIÇÕES DE 1884]



Mesa Diretora

Biênio 2005/2006

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador João Alberto Souza
2º Secretário

Senador Paulo Octávio
3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Álvaro Dias

Senador Papaléo Paes
Senador Aelton Freitas

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 59

CAMPANHA ABOLICIONISTA NO RECIFE

[ELEIÇÕES DE 1884]

Joaquim Nabuco



Brasília – 2005

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 59

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2005

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Nabuco, Joaquim, 1849-1910.

Campanha abolicionista no Recife : (eleições 1884 / Joaquim Nabuco. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

184 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 59)

1. Abolicionismo (1630-1888), Brasil. 2. Abolição da escravidão (1888), Brasil. 3. Nabuco, Joaquim, 1849-1910, discursos, ensaios, conferências. I. Título. II. Série.

CDD 981. 0435

.....

.....

Sumário

PREFÁCIO

pelo Dr. Aníbal Falcão

pág. 9

PRIMEIRA CONFERÊNCIA – PERNAMBUCO E O APELO À NAÇÃO

pág. 21

DISCURSO PRONUNCIADO A 26 DE OUTUBRO

pág. 35

SEGUNDA CONFERÊNCIA – REFORMAS SOCIAIS!

pág. 41

MEETING POPULAR EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – A LEI AGRÁRIA

pág. 55

DISCURSO NO MONTEPIO PERNAMBUCANO – A EMANCIPAÇÃO E AS
INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

pág. 63

TERCEIRA CONFERÊNCIA – A MINHA CARREIRA PÚBLICA

pág. 67

MEETING POPULAR NA MADALENA – O ABOLICIONISMO E A RIQUEZA
PARTICULAR

pág. 113

MEETING POPULAR NO RECIFE – A ESCRAVIDÃO E O COMÉRCIO

pág. 125

DISCURSO AOS ARTISTAS – A ESCRAVIDÃO E O TRABALHO

pág. 133

QUARTA CONFERÊNCIA – A VÉSPERA DA ELEIÇÃO

pág. 141

QUINTA CONFERÊNCIA – O SEGUNDO ESCRUTÍNIO

pág. 153

SEXTA CONFERÊNCIA – O NOVO PARLAMENTO

pág. 171

.....

Prefácio

PUBLICAM-SE estes discursos, não tanto pela sua alta eficácia como obra de propaganda, quanto, sobretudo, pelo seu valor como documentos do movimento abolicionista.

Com efeito, eles definem o caráter e demonstram a importância da atual situação, agitada e profunda, de nossa Pátria. O orador, o teatro das arengas, os incidentes da propaganda e da luta, e os resultados que dali provieram, dão à última campanha eleitoral do Recife, à qual estes discursos serviram de preparo e de que foram poderoso elemento, a feição mais significativa e mais brilhante de toda a presente agitação abolicionista.

Desde que o atual gabinete, ao constituir-se, declarou fazer do aceleração da emancipação dos escravos questão governamental, recrudescer, em todos os pontos do Império, com a esperança dos abolicionistas, a resistência dos escravistas de todos os matizes. Presentiu-se desde então a importância das eleições a que o ministério convocava a nação; e a significação dessa manifestação reclamada

do eleitorado foi desde logo dada pelas candidaturas que se apresentavam. Destas, uma das primeiras a indicar-se foi, do lado dos abolicionistas, a do Sr. Joaquim Nabuco.

Era ele, desde anos, o chefe real do abolicionismo, quer simplesmente propagandista, quer militante como partido de reforma social. Na primeira legislatura da presente situação política, fora ele o presidente do pequeno e ativo grupo que, ao mesmo tempo que resistia às tentativas retrógradas e perturbadoras do Ministério Sinimbu, fizera da libertação dos escravos a questão da atualidade política. A sua ação tenaz e profunda, ainda que sem efeito imediato, no seio do Parlamento, despertou e avivou a latente agitação abolicionista, que ele próprio tratou de encaminhar eficazmente, fora da Câmara, fundando a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Iniciada assim de modo definitivo a campanha abolicionista no país, e, repellido da Câmara feita pela insignificante minoria burguesa a que o Sr. Saraiva entregou absolutamente as eleições, contando entregar-lhe também o governo real da nação, o Sr. Joaquim Nabuco retirou-se para a Europa, onde sustentou e desenvolveu a propaganda que já tão frutiferamente deixaram começada no Brasil. De Londres, mandou-nos, pouco antes do seu regresso à pátria, o eloquentíssimo livro O Abolicionismo, que ficou sendo o código do nosso partido. Era, pois, esse o homem a que as circunstâncias estavam indicando como devendo ser o candidato, em torno de quem mais rudemente se ferisse a luta eleitoral; ele era quem mais legítima e categoricamente responderia pelos abolicionistas do Império à consulta, que ao eleitorado fazia o governo, relativamente ao seu projeto de libertação dos escravos.

Mas, se estava claramente indicada a candidatura do ilustre chefe do abolicionismo, não sucedia o mesmo em relação ao distrito onde ele devesse pleitear a sua eleição.

A nova lei eleitoral, restringindo as circunscrições por onde os cidadãos se podem apresentar candidatos a lugares no Parlamento, dificultava assim a manifestação da opinião abolicionista – opinião nacional convicta e fundamente professada em todos os pontos do Império, mas sem a necessária organização local, segundo conviria para o triunfo certo dos seus representantes, em dada região do país.

Certamente, não poderia ocorrer a ninguém a idéia de que o chefe dos abolicionistas se apresentasse candidato por algum distrito rural – e esta mesma exclusão sugeria uma medida que foi depois defendida e reclamada, relativa à separação dos campos e das cidades, no ponto de vista do sufrágio político. Mas qual das capitais seria a que devesse eleger o advogado dos escravos? Seria a do Ceará, cuja libertação total fora proclamada a 25 de março? Seria a do Amazonas? Seria a capital de qualquer das outras províncias que estavam em via de rápida emancipação, como o Rio Grande do Sul ou Goiás? Seria a mesma capital do Império?

Este ponto era importante e urgia resolvê-lo; mas a dificuldade da solução era grave, porquanto, atido o governo, embora tratando-se de causa tão alta e superior a escrúpulos representativistas, atido o governo às nugas do sistema parlamentar, exageradas pela Lei Saraiva, não poderia por si fazer eleger o chefe abolicionista. Por seu lado, este, convencido da sua missão patriótica e do quanto, para o êxito dela, importava não se rebaixar na cabala e na chincana dos partidos, não ajeitara para seu uso e gozo o eleitorado dum distrito. Em meio a estas dificuldades, a isenção e a pureza do chefe abolicionista fizeram-no recusar propostas e oferecimentos fagueiros, e ele próprio escolheu, para teatro de suas lutas eleitorais e de sua glória, a sua cidade natal – o Recife.

Foi uma resolução feliz, porque, em verdade, nenhuma outra cidade do Brasil oferecia à candidatura do Sr. Joaquim Nabuco

tantos e tão valiosos elementos de êxito. Ainda que a nossa pátria seja porventura a mais una e a mais homogênea de todo o Ocidente, há todavia em algumas das suas cidades-capitais e talvez em cada uma delas caracteres que não são comuns às outras. Esta idéia será plenamente aceitável para quem quer que saiba que uma cidade não é apenas um montão de casas, não é um acampamento permanente. É uma construção social devida a muitas gerações, e, portanto, a sua feição é o passado que a determina. Assim é que a preponderância dos baianos em nossa governação vem de que a cidade deles foi, durante quase todo o domínio colonial, o centro da administração do nosso país. E a cada uma das outras cidades do Império poderíamos fazer a conveniente aplicação deste princípio, salvo àquelas recentemente fundadas, que, não tendo passado, não têm caráter exclusivo ou peculiar. Quanto ao Recife, é a cidade nacional por excelência. Nascida da resistência ao estrangeiro, que primeiro a fundou, avigorada na luta com a metrópole e a monarquia, o seu passado resume as fases capitais de toda a nossa existência nacional. Assim, a pernambucanos não faleis da sua passada opulência, mas lembra-lhes unicamente a glória das lutas que os seus avós venceram. Perdida a sua hegemonia política – muito felizmente sacrificada ao Rio de Janeiro –, o Recife, estreme da preocupação mercantil, que faz da corte mais do que a capital do Brasil, a grande praça comercial, e livre do elemento estrangeiro, que felizmente não impede as suas expansões de patriotismo; a capital do Norte continua a ser o foco das revoluções patrióticas no Brasil. A mais plena confirmação teve tudo isto na última campanha eleitoral naquela cidade.

*Com que notáveis elementos de triunfo contaria, porém, a candidatura do Sr. Joaquim Nabuco? Liberal, ele devia esperar até certo ponto o apoio do seu partido; mas este, sem coesão, sem intui-
tos, sem homens e sem idéias, recusava manifestar-se claramente na questão aberta pelo governo, iludia e vacilava. Era preciso, pois, não*

dispensando o poderoso auxílio do Partido Liberal, congregar todos os elementos abolicionistas, de cujo zelo e dedicação dependeria sem dúvida a decisão do pleito. Mas a mesma situação do Partido Liberal na província de Pernambuco, situação obscura, indicativa de fraqueza e revelando da parte dos chefes tergiversações incompreensíveis, dificultava a aliança com os abolicionistas puros, que, cheios de fé e ardor patriótico, desprezavam todas as sugestões de interesses exclusivamente partidários. Para nós abolicionistas não se tratava, nem se trata doutra coisa que não da emancipação dos trabalhadores brasileiros; e unicamente o candidato que, por si ou em nome do seu partido, formulasse nesses termos a questão, obteria a nossa adesão e os nossos sufrágios. Ora, os liberais, como partido oficial, não se animavam, repetimos nós, a definir-se pela causa dos escravos; e assim é que a sua lista de candidatos incluía os nomes das personalidades que mais afoitamente pensam nessa questão da abolição do elemento servil, como os Srs. Nabuco e J. Mariano, dum lado, e doutro o Sr. Sousa Carvalho.

A sinceridade do ilustre candidato não lhe permitiu hesitar: ele, sem vacilar um momento, repudiou toda a solidariedade com a direção dum partido, que, na mais grave das presentes questões de nossa pátria, respondia simultaneamente – sim e não. As declarações da sua ruptura com os chefes oficiais do Partido Liberal foram reiteradas publicamente, no que o Sr. Joaquim Nabuco era ardentemente acompanhado pelo Sr. José Mariano – o seu mais poderoso e mais prestimoso aliado e colega.

Aumentando assim as dificuldades em que o chefe abolicionista via a sua candidatura, tornava-se preciso que ele, ao mesmo tempo que regenerasse os liberais, fazendo-os desprezar pretensos interesses de partido e adotar francamente as medidas reclamadas no projeto do governo, congregasse todos os vários representantes da

opinião abolicionista. Só assim seria possível ao Sr. Joaquim Nabuco derrotar o candidato adverso, homem prestigioso e fortemente sustentado pelo Partido Conservador, do qual é um dos chefes em Pernambuco. Para conseguir todo este resultado, o notável agitador contava apenas, além do entusiasmo fêrvido dos abolicionistas, com a sua própria ação pessoal, isto é, com a sua palavra. Como não se tratava de governar, mas sim de propagar ideais e de mover os ânimos, era preciso que ele fosse não o estadista, mas o orador, a cuja eloqüência todas as dificuldades deveriam ceder.

E ele foi esse orador. O leitor tem diante dos olhos as ardentes arengas do tribuno abolicionista; passam-lhe pela mente essas imagens vivas e fúlgidas, essas frases harmoniosas e eloqüentes, e sente um frêmito de entusiasmo. Pois bem; fora mister ouvi-las para avaliar o profundo efeito que elas produziam naquelas assembléias de milhares de homens, cada vez mais incendiados no amor da pátria e no desejo veemente de vê-la gloriosa e próspera.

Essas orações do Sr. Joaquim Nabuco em nada se parecem com outros discursos quaisquer, de antigos ou de modernos. Elas nada têm da estudada e brilhantíssima retórica de Emílio Castelar, nem das veementes apóstrofes dos tribunos revolucionários, nem da fina ironia voltairiana dos atuais oradores franceses; nem se assemelham às antigas orações gregas, verdadeiras peças lógicas, de tão falsa reputação de ardor e valentia. Elas são, ao mesmo tempo, apaixonadas e lógicas, simples e imaginosas, descuidadas e dum vago sabor literário. Diríeis delas que são daquela eloqüência harmoniosa e rápida, a que Tácito considerava, condoído, ter baixado a tribuna romana; mas di-lo-íeis apenas se lhes não sentísseis ao mesmo tempo o fogo propagandista e a argumentação cerrada e impressiva.

Aludi ao efeito desses discursos. Não me cabe dizer aqui a impressão que eles deixaram no povo, que ia ouvi-los com

avidez, e que encontrava neles a fonte e o motivo de fortes e varonis emoções. Basta dizer, para mostrar a importância do movimento que produziram, que eles foram o que sobretudo determinou a final vitória da candidatura do Sr. Joaquim Nabuco. Com efeito, eles é que realizaram essa difícil operação de congregar em torno da candidatura do ilustre orador todos os abolicionistas, liberais, conservadores e republicanos, unindo-os na mesma aspiração e disciplinando-lhes os esforços. A Comissão Central Emancipadora, presidida por um conservador e, em sua maioria, composta de republicanos, foi, a par do diretório liberal do Recife, recentemente organizado, o mais poderoso núcleo de adesões à candidatura Nabuco.

Não foi todavia esse resultado exclusivamente devido ao talento oratório do chefe abolicionista, senão também às idéias patrióticas por ele propagadas, e que encontraram no coração dos pernambucanos um eco de profunda e vivíssima simpatia. O leitor permitirá que chamemos a sua atenção para algumas dessas idéias, notando ligeiramente a sua alta importância social. Releva acrescentar que essa importância não provém da originalidade de tais idéias, senão de serem elas professadas por um político e propagadas como fazendo parte capital dum programa político.

Seguramente a idéia primordial do Sr. Joaquim Nabuco, em sua propaganda no Recife, é a de que não é só necessário e urgente abolir a escravidão, mas também de que essa operação preliminar deve preceder qualquer das muitas reformas que o nosso estado social reclama. Este ponto de vista foi brilhantemente firmado, o que aliás já o ilustre orador fizera muito desenvolvidamente no seu livro O Abolicionismo, sendo notável que o único vício de que podemos acusá-lo é o de ter sido exageradamente sistemático ou, melhor, exclusivista em todas as conclusões que desse ponto de vista ele tirou para a apreciação da situação brasileira.

As mesmas dificuldades que os abolicionistas encontraram na última campanha eleitoral sugeriram ao Sr. Joaquim Nabuco uma idéia que, embora essencialmente política, tem contudo importantíssimas conseqüências de ordem social. É a que diz respeito à separação radical das cidades e dos campos, no tocante à matéria eleitoral. Embora o orador não a tenha formulado claramente, não tenha indicado o modo por que conclui essa separação, limitando-se a reclamar com o alargamento da função do voto maior número de representantes de cidades; embora nada houvesse precisado a esse respeito, devemos notar como ele adotou e reclamou essa medida, cujo alcance só espíritos bastante positivos podem compreender. Este caso demonstra evidentemente quanto a situação se opõe a idéias metafísicas de parlamentarismo. Com efeito, sendo o Sr. Joaquim Nabuco adepto convencido do regime representativo, é ele próprio que, urgido pelas circunstâncias sociais, professa com ardor uma idéia que contradiz a essência desse sistema, de acordo com o qual não haveria razão para que se separassem os campos e as cidades, em relação à função eleitoral. A garantia do exercício dessa função deveria, segundo os parlamentaristas, ser uniforme e tão eficazmente prestada a todo o cidadão, fosse urbano, fosse habitante de circunscrições rurais.

Os sentimentos abolicionistas, que são fundamentalmente sentimentos de dedicação aos proletários, inspiraram ao Sr. Joaquim Nabuco eloqüentes frases, com as quais descreveu a triste e penosa situação dos nossos trabalhadores livres. Paralelamente, a consideração do estreito egoísmo dos poucos detentores da riqueza no Brasil levou-o a adotar a fórmula: A propriedade não tem somente direitos, mas também deveres. Bem ou mal expressa, não deixa de ser digno de nota ouvir de um jurista essa idéia. Tão profundamente a legislação romana enraizou nos espíritos a concepção absoluta da

propriedade individual, que, até hoje, desde a libertação dos servos, uma constante contradição se tem mantido entre o direito escrito, fundamentalmente romanista, e os costumes modernos, cada vez mais restringindo o caráter exclusivamente pessoal do direito de propriedade. Acresce que o irrefletido medo às aspirações comunistas tem feito com que se explore contra os abolicionistas a acusação de quererem derrocar a propriedade. Era preciso, portanto, desprezar a superstição romana da inviolabilidade do direito de propriedade, e corajosamente reclamar dos proprietários que estes reconheçam também os seus deveres.

Mas aqueles mesmos sentimentos, avivados pelo espetáculo que ele talvez pela primeira vez presenciasse, da miséria dos trabalhadores livres nas nossas cidades, avigoravam no espírito do chefe abolicionista a idéia, acariciada por alguns dos nossos economistas liberais, da democratização do solo. Idéia vaga e, além do mais, por isso mesmo perigosa – devo dizer com franqueza. Reduzir-se-á ela ao aproveitamento das terras esterilizadas pelo egoísmo e pelo espírito rotineiro dos nossos grandes proprietários rurais? Referir-se-á ao retalhamento efetivo da propriedade agrícola, como se dá em França, por exemplo? Parece a alguns que é isso sinal de um verdadeiro progresso econômico e industrial; e todavia as causas da atual constituição da propriedade territorial em França são bem diferentes das que se apontam geralmente, e todavia a situação normal da indústria agrícola, como de toda a indústria – situação normal que o estado presente anuncia –, será inteiramente fundada sobre a concentração das riquezas. Como quer que seja, a idéia do retalhamento do solo – mesmo em nosso país –, se aparentemente é uma solução do problema do proletariado, nem por isso é definida e segura; para quase todos carecerá de aprofundado exame, para alguns deve ser repelida. Não deve, portanto, estar aliada à propaganda abolicionista, fun-

dada em idéias tão sãs e evidentes e animada de sentimentos indisputavelmente generosos.

Felizmente podemos aplaudir sem reservas outra idéia que o ilustre chefe abolicionista enunciou e sustentou corajosamente, pois o cosmopolitismo da moda não hesita em chamar de bairristas a todos quantos ainda entendem e sentem o que é uma pátria. Essa idéia é a de que não devemos promover oficialmente a emigração de trabalhadores estrangeiros para o nosso país. O grande José Bonifácio sustentara já que tínhamos a população suficiente para constituirmos uma pátria de homens livres, explorando convenientemente o nosso solo, em proveito nosso e da humanidade, em geral... Mas, no tempo de José Bonifácio, os grandes sentimentos patrióticos que haviam incendiado o peito dos nossos avós laborando pela independência do Brasil inspiravam-lhes melhor idéia da nossa força e do papel que nos estava reservado como nação.

Não é esta a ocasião de repelir a acusação de chauvinismo que nos é feita e de mostrar os inconvenientes da imigração; mas, como é também em nome dos sentimentos de humanidade que nossos adversários falam, dir-lhes-emos: é justamente em nome da humanidade que queremos manter aos trabalhadores europeus as suas respectivas pátrias, conservá-los no seio de suas famílias e, sobretudo, não iludir a solução do principal problema moderno, a incorporação do proletariado. O que nós não queremos é pervertê-los, desenvolvendo neles o espírito de ganância... Com a sorte deles o abolicionismo não pode deixar de simpatizar e com ela sente-se solidário, pois ela não exprime senão a fase mais adiantada da mesma questão, cuja primeira forma é a da libertação dos escravos.

Por ser dos poucos abolicionistas que bem compreendem e que proclamam abertamente essa solidariedade entre as várias questões relativas a todos os trabalhadores, escravos ou livres, nacionais

ou estrangeiros, é, principalmente, que o Sr. Joaquim Nabuco mostra como para ele o abolicionismo não é uma aspiração sentimental, mas um complexo e urgentíssimo problema humano.

Não seria completo este depoimento sobre o que foi a campanha eleitoral do Sr. Joaquim Nabuco, se eu não dissesse como em todos os seus atos ele, candidato político, se manteve fiel às suas idéias e aos seus sentimentos de propagandista. Assim é que, não só repeliu constantemente toda tentativa de suborno de eleitores, de compressão, ou de cabala, como recusou que se cometesse qualquer fraude, no intuito de servir à sua candidatura. Quando, depois dos sucessos de São José, os seus amigos queriam obter-lhe o diploma de deputado eleito em primeiro escrutínio, recusou-se terminantemente a aceitá-lo e insistiu por um novo pronunciamento do eleitorado, por uma clara e decisiva manifestação, extirpe de qualquer vício, e que fosse inatacável e insuspeita. Felizmente, a este constante proceder cheio de isenção e de pureza, demonstrativo de que a regeneração dos nossos costumes eleitorais depende sobretudo dos candidatos, a esta atitude de superior dedicação, o eleitorado do Recife correspondeu dignamente, confirmando o chefe abolicionista na dignidade do seu representante, segunda vez eleito – e dessa, praticamente, por absoluta maioria de votos.

Qualquer que seja agora o resultado de todos esses esforços, uma conquista se acha definitivamente realizada: a opinião abolicionista do Recife, desenvolvida e avigorada pela ação superior do Sr. Joaquim Nabuco, é hoje invencível, e, sem hesitar, acha-se disposta a resistir em bem da pátria e da humanidade.

.....

*Primeira Conferência
no Teatro Santa Isabel*

A 12 de outubro

M

EUS senhores eu seria completamente destituído de espírito público se uma manifestação como esta que me acabas de fazer, em seguida ao generoso discurso do Dr. José Mariano, não me compensasse com grande saldo de reconhecimento, o que eu possa porventura ter sofrido pelas prevenções há anos criadas contra mim nesta minha cidade natal, e as rivalidades pessoais e animosidades políticas de então. Estes aplausos, antes de me ouvirdes; este acolhimento tão espontâneo quanto cordial que encontro no meio de vós, mostram que na opinião do povo do Recife, pelo menos, não fui indigno portador do mandato pernambucano, e que ele compreende, aprovando-me, que a atitude por mim assumida no Parlamento de 1879 a 1880 – de independência para com os grupos em que se dividia a nossa deputação – me foi imposta pela necessidade de ficar fiel às grandes tradições desta província.

Também, senhores, se na Câmara ou fora da Câmara prestei algum auxílio direto ou indireto ao movimento que nestes últimos anos tem absorvido a opinião e chegou a impor-se ao governo, os meus esforços me são tanto mais caros quanto, partindo de um pernambucano, representam uma parcela do ascendente e da influência que esta província sempre exerceu nos destinos do país. (*Muito bem!*)

Eu disse que me faltaria espírito público se esta demonstração não me fizesse esquecer quaisquer sofrimentos; mas devo acrescentar que me faltaria de todo coragem se não me sentisse animado para continuar na luta em que estou empenhado, quando tenho diante de mim espetáculos populares como o desta reunião, em que um mesmo fluido patriótico e pernambucano atravessa todos os corações e um mesmo espírito de resistência e de combate parece dar como coiraza a uma grande idéia que caminha o peito de um povo que se levanta. (*Aplausos.*)

Há menos de um mês achei-me em São Paulo diante de um auditório como este, no qual havia como entre vós o brilhante reflexo intelectual de uma Academia, e em que se sentia palpitar a mesma simpatia pela sorte do escravo, a mesma ansiedade pela sorte do país, que de alma em alma chega até mim neste momento como uma onda humana de compaixão; e agora o meu primeiro impulso, ao verificar nesta cidade a existência do mesmo entusiasmo, um fenômeno idêntico dessa maré vivificante e crescente do abolicionismo brasileiro, não pode ser outro senão o de proclamar essa unanimidade moral do nosso povo, essa alvorada simultânea de todos os seus instintos generosos, essa união de todos nós para a obra da expiação e da reparação que deve ser comum.

Sim, senhores, desafio a que se me conteste quando afirmo que *a consciência nova da pátria brasileira*, que nós abolicionistas representamos, está tomando posse, e posse definitiva e perpétua, de todos os pontos do país até onde ela já conseguiu penetrar. Saúdo pois na capital do Norte, como saudei em São Paulo, esse espírito novo que vai quebrando, argola por argola, a pesada cadeia da escravidão que há 300 anos prende num mesmo suplício o escravo e o senhor, o escravo e a pátria! (*Muito bem!*) Saúdo esse espírito de liberdade nesta capital com tanto mais efusão quanto sou pernambucano!

Parece, senhores, que ofendo a susceptibilidade de algumas pessoas, que devem achar-se ou estar representadas neste recinto, cometendo a ousadia de confessar-me pernambucano, mas é que não lhes reconheço, nem a ninguém, o direito de proscreever-me moralmente. Podem, sim, negar-me os seus votos para deputado; dizer que no Parlamento não concorri para realçar o papel desta grande província; acusar-me por me ter isolado dos grupos inimigos da deputação pernambucana, crime que confesso e que cometi para não cometer um maior: o de renegar os princípios funda-

mentais da consciência humana, os princípios de que nunca hei de apostatá-lo, muito menos para servir estadistas onipotentes; podem forçar-me a ir bater à porta de outra província, empenhado como estou em solicitar um lugar na próxima legislatura cuja existência vai ser toda um combate sem descanso em torno da escravidão; isso podem, mas não rasgar o meu título de pernambucano, que ninguém me pode tirar porque ninguém me pode fazer filho de outra província, nem, sem nada saberem de minha vida íntima, pretender que eu renegasse ou pública ou tacitamente, por *pensamentos, palavras ou obras*, as minhas origens, o meu berço, *a minha Pátria*. (*Prolongados aplausos.*)

Sim, senhores, não digo demais dizendo: a minha pátria. Nunca falei linguagem diversa desta. Neste ponto, como em tudo mais, tenho a coerência espontânea das afeições que são os alicerces da nossa vida moral. Há relações que me prendem a diversos pontos do país, tenho orgulho em confessá-lo e quisera multiplicá-las. Há por exemplo um laço intelectual que me prende a São Paulo – hoje uma simples recordação; há um laço complexo de associações variadas cobrindo mais da metade da minha vida, que me prende ao Rio de Janeiro; há o laço abolicionista que me prende ao Ceará; mas nenhuma dessas relações se confunde nem sequer se compara com a identificação de alma e coração que me prende a Pernambuco tão intimamente como o filho com a mãe e de tal forma que, se por uma dessas terríveis fatalidades, que eu daria a última gota do meu sangue para evitar, esse magnífico território fosse quebrado ao meio ou em pedaços, eu pensaria tanto em não ser pernambucano como hoje penso em não ser brasileiro! (*Sensação.*)

Sim, senhores, sinto-me tão pernambucano como quem melhor o seja. Ninguém, acreditai-me, faz mais sinceros nem mais ardentes votos do que eu para que Pernambuco reconquiste no futuro algum reflexo pelo menos da hegemonia nacional que, capitania ou província, exerceu no passado, do papel que representou neste Brasil em cuja alma insuflou o espírito de nacionalidade, o espírito de independência e o espírito de liberdade! (*Muito bem!*)

Era preciso, senhores, que eu reivindicasse os meus foros de cidadão pernambucano para ter o direito de comparecer perante vós como candidato por este primeiro distrito, por esta capital ciosa do nome dos seus filhos. Vós sabeis em que condições me apresento; disse-o o Dr. José Ma-

riano que não podia ter-se identificado com a minha eleição de modo mais franco nem mais leal. Eu nada posso dizer-vos sobre ele que não esteja em vossa consciência. Direi somente do homem que vive no meio de vós: que nesta cidade ele é o mais popular dos pernambucanos vivos, e popular pelo muito que recebeu do povo e pelo muito que tem dado ao povo; do deputado que vi no Parlamento em duas legislaturas; que sabe impor a vontade dos seus eleitores aos governos do dia e combater a peito descoberto pelos seus princípios. O que ele fez nesta reunião é uma prova dessa franqueza, ou, para usar da verdadeira expressão, dessa honestidade, desse decoro, desse respeito de si mesmo que lhe faz, como também a mim, preferir a derrota à vitória, quando a vitória só possa ser comprada a preço da dubiedade do caráter, ou do silêncio das convicções próprias. Vós sabeis que o meu nome figura com o do Dr. José Mariano numa combinação feita pelos dois chefes do Partido Liberal. Dessa combinação direi somente que admiro a elasticidade da opinião do Partido Liberal que, ainda hoje, vai do extremo dos nossos nomes ao extremo oposto do nome do Sr. Sousa Carvalho, mas que não admiro – o contrário seria um excesso de temeridade –, que esse partido depois de acolher no seu seio o representante mais exaltado da reação escravista não cometa o suicídio de querer lançar fora dos seus arraiais toda a grande massa de opinião abolicionista que nós representamos no seio dele, e que forma a sua porção que tem verdadeiramente o direito de chamar-se liberal. (*Aplausos.*)

Luto, senhores, nesta minha candidatura com duas grandes dificuldades: tenho o meu nome apagado na penumbra do intenso interesse que desperta em vós a candidatura do meu ilustre amigo pelo 2º distrito, e substituo como candidato regular do partido um homem, como é o Dr. Epaminondas de Melo, que representa uma *injustiça tradicional* e que nesse caráter fala a todos os vossos sentimentos. A minha força está nisto: que represento uma idéia que não pode deixar de ser acolhida pelo povo pernambucano, e que se impõe às vossas consciências.

Sabeis que o atual presidente do Conselho apelou para o eleitorado do voto de desconfiança da Câmara passada sobre o projeto de emancipação. Nessa votação solene o Recife disse *Sim* pela voz do Sr. José Mariano e disse *Não* pela voz do Sr. Portela. (*Rumor.*) O governo quer saber, o país quer saber como o Recife pensa, qual é a opinião do Recife: se *Sim*, se

Não... porque não pode, não deve ser por honra desta cidade – Sim e Não. (Agitação prolongada.)

(Aqui o orador ouve de um dos camarotes uma contestação que não pôde bem distinguir.)

Peço licença para continuar sem ser interrompido... Esta tribuna está franca para todos os que não pensarem como eu. *(Numerosos apoiados.)* Sim, senhores, o Recife não pode estar ao mesmo tempo com o governo que quer cobrir com a bandeira de misericórdia da consciência nacional o túmulo dos escravos, como já se lhes cobriu o berço, e contra o governo que está assim salvando a honra do país. É preciso que esta capital pense de uma forma ou de outra: como o Dr. José Mariano ou como o Dr. Portela! Que ela forme um só todo, tenha uma só palavra, constitua uma unidade orgânica, e que as pontes do Capibaribe não dividam este berço de tão grandes tradições em dois campos, um, em que flutua a bandeira da liberdade, e outro, feudo da escravidão! *(Sensação.)*

Tendes, assim, que escolher entre duas políticas, a do Gabinete Dantas e a da Câmara dissolvida; uma a política da evolução, outra a da imobilidade; uma a política da dignidade nacional, outra a do aviltamento do nome brasileiro; uma a política do governo livre num estado livre, outra a política do governo servil num estado escravista; uma a política do salário, outra a do chicote...

(Aqui um novo aparte que parece ter sido do Dr. J. J. Seabra: “Queremos a emancipação imediata com a indenização”, e que o orador não pôde bem ouvir, deu lugar à interrupção da conferência por alguns minutos. Depois de restabelecida a ordem, o orador continuou.)

Meus senhores, não tenho responsabilidade alguma por este incidente. A primeira interrupção que ouvi eu disse que a tribuna estava franca a quem me quisesse contestar. O estado de minha saúde não me permite deixar que esta conferência degenera em diálogo. Os que me fizeram a honra de vir assistir a um discurso meu deviam estar preparados para ouvir as opiniões que estou manifestando. Disse e repito, se os meus adversários entendem que podem fazer o que nós, abolicionistas, estamos fazendo, se se julgam com forças para sustentar a candidatura do Dr. Portela em reuniões populares como esta, a tribuna não é monopólio nosso e lhes está tão franqueada como a nós mesmos... *(Dupla salva de aplausos.)*

Sim, senhores, tendes que escolher entre duas políticas: uma, para resumir-me, que é a política do Terror Negro dos Clubes de Lavouira do Sul, e outra que é a política da execução da Lei de 18 de setembro no interior das fazendas; uma, para inverter o contraste, a política da civilização, da humanidade e do direito – em uma palavra: do futuro; e outra, a política hindu das castas, a política irlandesa dos *landlords* ausentes, a política colonial de três séculos de senzala, isto é, de perseguição doméstica e social de uma raça a que o Brasil deve a maioria dos seus habitantes e cujos filhos de hoje são os nossos cidadãos de amanhã! (*Novos aplausos.*)

Entre essas duas políticas qual vai Pernambuco preferir? A dúvida só por si parece um ultraje ao vosso passado, porque anos depois da revolução de 1817 – essa primeira Independência do Brasil – é doloroso que ainda se duvide se Pernambuco vai colocar-se do lado da liberdade ou do lado da escravidão – e da escravidão intacta no seu barbarismo, ilimitada no seu arbítrio e cuja sustentação a esta hora envolve a maior das injustiças contra o estadista patriota que nos tem feito viver estes cinco meses como que na aurora da redenção da nossa pátria (*adesão*), o homem que ressuscitou o Partido Liberal do túmulo das suas apostasias e das suas capitulações, e teve a rara coragem de dizer aos senhores de escravos que treze anos depois da Lei de 28 de setembro de 1871 a medida de reparação e justiça do Partido Liberal para com as gerações escravas não podia ser a mesma que a do Partido Conservador. (*Aplausos prolongados.*)

E, senhores, se a batalha pudesse ser ganha, valeria talvez a pena feri-la, mas a escravidão não pode mais resistir aos efeitos da política do atual ministério que, divorciando dela o governo, condenou-a oficialmente, como ela já estava condenada socialmente. Que força, dizei-me, pode dar vida a uma instituição contra a qual se insurge a consciência de uma nação? Com que meios, com que elementos podeis manter a escravidão como instituição do Estado? Até quando há de o Estado, por exemplo, exigir que a magistratura desconheça a Lei de 7 de novembro de 1831, as origens ilegais da escravatura, proclame a existência do um Código Negro que nós não temos, trate os escravos como animais, condene-os a açoites, pactue com todo esse regime de senzala que um desembargador nomeado

para a Relação do Recife¹ qualificava em São Paulo de *regime de violência*, pelo que dava *habeas corpus* contra ele? (*Sensação.*)

Até quando há de o Estado exigir que a polícia se empregue no triste ofício de perseguir escravos fugidos, para entregá-los à tortura das sevícias domésticas, e de açoitar escravos displicentes? Até quando há de o Estado exigir da força pública, do exército nacional, que esteja a postos nos quartéis para restabelecer, se preciso for, em pequenos feudos uma tirania que a lei não fiscaliza, isto é, para conservar *a nódoa de sangue* na bandeira que é para o soldado o símbolo da pátria? (*Muito bem!*)

Até quando, finalmente, há de o Estado, violentando as nossas consciências, obrigar-nos a pagar impostos, como pagamos, para sustentar a escravidão que nos repugna? Até quando há de o país sofrer uma violação dessa ordem na sua consciência moral?

O grande argumento contra a Igreja do Estado é que se não deve forçar cidadãos que não acreditam nela a contribuir para a sua conservação. Entretanto, senhores, nesse caso trata-se de uma fé, trata-se de um princípio religioso, de uma divergência de dogmas e não de moral. Não será portanto muito mais grave impor-nos o Estado que contribuamos para a manutenção – não de uma fé que julguemos errônea – mas de uma instituição que a humanidade, o consenso unânime do mundo, declara criminosa? Com que direito se nos faz solidários de uma opressão, cúmplices de um atentado? Num caso viola-se a nossa consciência religiosa; no outro viola-se a nossa consciência moral. Qual delas é a mais respeitável?! (*Movimento prolongado.*)

Infelizmente, senhores, nós lutamos contra a indiferença que a nossa causa encontra entre essas mesmas classes que deverão ser nossas aliadas e que a escravidão reduz ao mais infeliz estado de miséria e dependência. É triste dizê-lo, mas é a verdade. Por acaso os homens de cor, filhos e netos de escravos, que trazem no rosto a história do martírio da sua raça, têm aderido ao nosso movimento com a dedicação e a lealdade que era de esperar dos herdeiros de tantos sofrimentos? Não! Eles não se atrevem a

1 O Desembargador Domingos Alves Ribeiro.

fazer causa comum com os abolicionistas e muitos são encontrados do lado contrário! (*Sensação.*)

Tomemos uma grande classe, os moradores do campo, os que vivem espalhados pelo interior em pobres cabanas, os homens livres que trabalham em terras alheias. Dão eles sinal algum de compreender o alcance desta propaganda, de saber que estamos lutando para dar-lhes uma independência honesta, algumas braças de terra que eles possam cultivar como próprias, protegidos por leis executadas por uma magistratura independente, e dentro das quais tenham um reduto tão inexpugnável para a honra das suas filhas e a dignidade do seu caráter, como qualquer senhor de engenho? (*Profunda sensação.*) Não, senhores, eles não compreendem que o abolicionismo é o começo da propriedade do lavrador. Quem viu nos Estados Unidos o simples trabalhador do campo, depois de deixar o arado, tomar o jornal e interessar-se pela questão do papel-moeda, cujas relações com o bem-estar do seu lar doméstico ele perfeitamente compreendia; ou quem viu a tremenda revolução agrária da Irlanda, não pode deixar de lamentar o grau de inconsciência da população livre do interior, que parece nem sentir a sua triste condição e nesse ponto pelo menos estar ainda abaixo do nível de consciência do escravo. Não é conosco, os que levantamos o grito de – abolição – que se unem essas vítimas impassíveis do monopólio territorial; é com os outros que levantam o grito da – escravidão – da escravidão que as esmaga sem que elas o saibam porque as comprime desde o berço. (*Aplausos.*)

E, no entanto, senhores, que amor têm a este pobre povo do interior os que falam em nome dele – porque ele não tem voz? Vou mostrá-lo com um simples fato. Vós ouvis e sabeis que os sustentadores da escravidão não contam com a população nacional para coisa alguma fora da própria escravidão. A teoria deles é que o brasileiro não trabalha e portanto que é preciso importar elementos de trabalho, quanto mais servil melhor. (*Aplausos.*) A solução para eles do mal incurável do nosso povo é o imigrante! Ninguém mais do que eu deseja a imigração estrangeira, mas a minha teoria quanto à imigração é esta: quero-a espontânea, por isso repilo a subsidiada; quero-a homogênea, por isso repilo a chinesa (*novos aplausos*); mas para atrairmos imigração natural e vivificante só temos um meio: fazermos do Brasil um país que os imigrantes queiram para sua pátria, e isso tornando-o antes de tudo uma pátria para os seus próprios filhos. (*Aplausos prolongados.*)

Vede bem, senhores, nós temos hoje de dez a doze milhões de habitantes, população que vai sempre em aumento e cujos descendentes, entregue ela a si mesma, serão um dia cem milhões. Pretende-se que essa população tem certos vícios, acusam-na de indolência, de incapacidade para o trabalho contínuo, de indiferença pela propriedade, e não sei que mais, e disso concluem que a salvação do Brasil está na importação em larga escala de uma raça que trabalhe sem intermitência. Mas eu pergunto: Que Brasil se trata de salvar assim? É o território, ou é a população? (*Aprovação.*) Dizei-me como se salvaria quer um quer outro abandonando a essa ociosidade invencível, a esse desamor pelo trabalho e pela propriedade, uma população de dez milhões e sua descendência, deixando-a viver na pobreza e multiplicar-se na miséria, abstraindo dela, e pensando tão-somente em importar pouco a pouco em carregações sucessivas um povo diverso que fosse capaz de possuir e cultivar este magnífico torrão do globo? Quem já viu o problema dos defeitos de uma raça ser solvido pela importação de outra? Uma nação declarando-se imprópria para o trabalho e importando outra para dominá-la, porque quem trabalha é quem domina! (*Muito bem!*) Não, senhores, o recurso da imigração é muito importante, mas é secundário a perder de vista comparativamente a esse outro: o de vincular ao trabalho, o de transformar pelo trabalho a nossa população toda. Se ela não trabalha é porque *não pode* ou porque *não quer*, e a nossa tarefa é fazer que ela queira e que ela possa, criando a emulação que lhe falta, se é porque ela não quer, destruindo os obstáculos – *quaisquer que sejam* – que se lhe opõem, se é porque ela não pode. (*Prolongados aplausos.*)

Num e noutro caso, senhores, o primeiro passo a dar é abolir a escravidão, essa maldição do trabalho, porque com ela não é possível nem fazer brotar do solo o trabalho nacional nem atrair o estrangeiro.²

2 Ocupando-ae ainda da questão da imigração com relação à escravidão, o orador disse em outra reunião eleitoral no Peres: “Vede bem, senhores, duas das mais salientes contradições da escravidão. Ela clama pela imigração estrangeira e imobiliza parte da população nacional; quer que o trabalhador europeu deixe o seu país, e não consente que um milhão e meio de homens se movam livremente no nosso. Ela pede a grande naturalização, que o estrangeiro tenha duas pátrias, e não permite que se nacionalize uma vasta porção do nosso povo, que mantém sem pátria.”

Uma voz: – E inutiliza, degrada ou escraviza mais de um milhão de índios.

Por isso mesmo, senhores, tudo depende dos operários, da compreensão que eles possam ter de que da abolição da escravidão, em todas as suas criações legais e sociais, depende o futuro do trabalho nacional, e por consequência da civilização brasileira.

Confio que da parte dos operários e artistas pernambucanos não faltará auxílio à nossa obra, e que nas eleições de 1º de dezembro isso ficará bem patente. Licurgo dizia do povo de uma parte da Grécia que não era de admirar que ele tivesse juízo um dia em cinco anos. Senhores, é de esperar que o povo do Recife saiba escolher uma vez em quatro anos. (*Riso aprobativo.*) Nesse voto que dais todos os quatro anos resume-se a parte que vos pertence na direção do país; mas conforme a escolha que fizerdes então, vereis esse voto único, essa cédula isolada multiplicar-se durante uma legislatura em todas as votações do Parlamento, e talvez fazer pender para o lado da escravidão a balança dos destinos nacionais. Compreendeis, pois, a gravidade da situação em que estais hoje colocados. (*Muito bem!*)

Nas diversas reuniões eleitorais em que pretendo tomar parte, terei ocasião de desenvolver as minhas idéias políticas. Posso, porém, desde já mostrar-vos em que sentido elas correm. Partidário do governo parlamentar, entendo que ele pode robustecer-se entre nós por uma tríplice reforma, não da lei, mas da nossa educação constitucional. A primeira é que os ministérios representem os partidos e não como até hoje as ambições que esfacelam os partidos, e assim o nosso governo seja de gabinete e não de presidente do Conselho. A segunda é que os grandes negócios do Estado, e com maior razão os menores, sejam em regra decididos em conferência de ministros e não em despacho imperial, isto é, que a responsabilidade ministerial seja respeitada. A terceira é que o eixo parlamentar passe pela Câmara responsável e não pelo Senado vitalício. Entendo que a maior de todas as reformas políticas, aquela a que pretendo dedicar-me, como hoje à emancipação, quando esta se achar concluída, é uma descentralização quase federal das províncias, que as torne senhoras da sua sorte e dê satisfação ao legítimo desejo que elas têm de governar-se por si mesmas em tudo que não afete a integridade nacional. Inclino-me a uma lei eleitoral que seja o sufrágio dos que souberem ler e escrever, ao mesmo tempo que sou contrário a qualquer reforma que tenha por fim

estabelecer a eleição das províncias sem dar representação própria e elevada às grandes cidades. Com efeito, senhores, penso que a deputação das cidades deve ser aumentada em tais proporções que a parte esclarecida do país predomine sobre a que está privada, pelo monopólio escravista, de instrução, de propriedade, de independência. Sou pela honestidade nas transações do Tesouro e portanto contra o déficit permanente que nos constitui em falência adiada de exercício em exercício, e que impõe sacrifícios cada vez maiores à nação extenuada. Em matéria de política exterior sou resolutamente pelo arbitramento internacional e faço votos por uma aproximação para esse fim entre as nações deste continente, o que é neste momento uma das inscrições dos dois partidos norte-americanos na luta presidencial. Penso, entretanto, senhores, que nenhuma reforma política produzirá o efeito desejado enquanto não tivermos extinguido de todo a escravidão, isto é, a escravidão do vapor pestífero que mata nele tudo que é espontâneo e livre, tudo que aspira a subir e ousa levantar a cabeça. (*Na exibição destas idéias o orador foi constantemente aplaudido.*)

Sim, senhores, é diante do movimento abolicionista que vos achais colocados. Para qualquer lado que me volte, vejo o horizonte coberto pelas águas dessa inundação enorme. Vi essa grande corrente, que hoje alaga o país como um rio equatorial nas suas cheias, quando ela descia como um fio de água cristalina dos cimos de algumas inteligências e das fontes de alguns corações, iluminadas tanto umas como outras pelos raios do nosso futuro. (*Aplausos.*) Eu o vi, esse rio já formado, abrir o seu caminho como o Niágara pelo coração da rocha, pelo granito de resistências seculares. (*Muito bem!*) Vi-o quando, depois das cataratas, ele ganhou as planícies descobertas da opinião (*continuum os aplausos*), e desdobrou-se em toda a sua largura, alimentado por inúmeros afluentes vindos de todos os pontos da inteligência, da honra e do sentimento nacional; mudando de nome no seu curso, como o Solimões – chamando-se primeiro Ceará, depois Amazonas, depois Rio Grande do Sul (*os aplausos cobrem a voz do orador*) e hoje o vejo prestes a despejar-se no grande oceano da igualdade humana, dividido em tantos braços quantas são as províncias, levando em suas ondas os despojos de cinco ministérios e a represa de uma legislatura (*aclamações*) e vos digo, senhores: não tenhais medo da força dessa enchente, do volume dessas águas, dos prejuízos dessa inundação, porque assim como o Nilo de-

posita sobre o solo árido do Egito o lodo de que saem as grandes colheitas, por forma que se disse que o Egito é um presente do Nilo, assim também a corrente abolicionista leva suspensos em suas águas os depósitos de trabalho livre e de dignidade humana, o solo físico e moral do Brasil futuro do qual se há de um dia dizer que ele na sua prosperidade e na sua grandeza foi um presente do abolicionismo. (*Entusiásticos aplausos.*)

Ah! Pernambuco tem um grande passado, mas parece que os seus filhos não querem que ele tenha um grande futuro! Ele exerceu a hegemonia nacional; acendeu no século XVII dois grandes faróis que alumiarão os mares deste continente – a liberdade de consciência e a liberdade de comércio, e, desajudado, só por si, entre as convulsões da monarquia portuguesa e os esforços supremos da Holanda, ele nos campos de Guararapes hasteou há mais de 200 anos essa bandeira da nacionalidade brasileira, em cujo centro desenhou mais tarde com o sangue dos seus mártires os grandes símbolos americanos da Independência e da República. (*Salva de palmas.*)

Mas hoje aqueles grandes faróis apagaram-se; o movimento já não se irradia deste centro de tanta atividade generosa; o sangue não parte mais deste coração viril do Brasil colonial; a cidade de Maurício de Nassau perdeu a iniciativa das resoluções heróicas, e no meio de tal abatimento o Leão do Norte desaparece entre os rios da Veneza americana como o grande Leão de São Marcos, o símbolo da poderosa República do Adriático, entre os canais das suas lagunas. (*Novos aplausos.*)

Pois bem, pernambucanos, ressuscitemos o nosso patriotismo e, para levantar esta província à altura do seu passado, comecemos por inscrevê-la entre as províncias livres, na porção luminosa e não na porção escura do país. Lembrai-vos que foi em Pernambuco que pela primeira vez em nossa história houve um governo – de sonhadores e de mártires – que teve a coragem, numa hora de revolução e já no caminho do cadafalso, de prometer a liberdade aos escravos, sentindo que eles suspiravam também pela independência desejada, e não desprezeis esse testamento dos heróis de 1817 somente porque o governo deles foi uma explosão espontânea da alma pernambucana e não uma tirania imposta de fora. Comecemos por aí, e façamos um pacto nós todos que choramos de dor ao ver a decadência política da nossa província, façamos um pacto para efetuar uma segunda

Restauração Pernambucana, para restaurar Pernambuco em seu papel histórico, e para isso, antes de procurarmos a solução ainda duvidosa do problema federal, completemos, realizemos a solução conhecida do problema maior – o da igualdade social de todos os brasileiros –, solução que para ser fecunda deve ser dupla e que se resume nesta fórmula: “Liberdade e Trabalho” – O trabalho que dá dignidade, a liberdade que dá valor à vida. (*Muito bem! Muito bem! Vivas e aclamações. Reproduzem-se as salvas de palmas. O orador é vitoriado.*)

.....

*Discurso Pronunciado
no Teatro Santa Isabel*

A 26 de outubro

(em seguida à conferência do Dr. José Mariano)

M

EUS senhores, eu vos tomo por testemunhas de que vós mesmos me chamastes a esta tribuna depois do discurso do Sr. Dr. José Mariano, sabendo que eu seria o meio de repercutir, e não de amortecer, o eco de suas palavras. Elas estão gravadas em vossa alma e ficarão em vossa memória.

Subindo à tribuna depois dele, não posso ter outro fim senão tornar mais vivas as vibrações que elas produziram em vossos corações, e ecoar pela minha vez os sentimentos do povo pernambucano, a esperança de que o Sr. Dr. José Mariano, que, hoje, desta tribuna se apresentou candidato pelo 2º distrito, seja no dia 1º o deputado aclamado do Recife. (*Bravos! Muito bem!*)

Como presidente honorário da Comissão Central Emancipadora, devo, ao mesmo tempo, já que se me oferece ocasião, agradecer ao povo pernambucano a prova que ele nos dá de vitalidade com a sua presença aos milhares neste recinto, e o modo pelo qual volta sempre aqui, quase sem renovar-se, para sustentar com a sua animação e energia os que combatem pela sua causa!

Senhores, não preciso dizer nada em favor do Sr. José Mariano. Eu disse, noutro dia, desta tribuna que ele era o mais popular dos pernambucanos vivos, quando ele fez-me a honra de sustentar a minha candidatura em palavras repletas de adesão liberal e solidariedade abolicionista. Hoje mesmo vós vistes que ele fez um discurso que reverto mais em favor de minha candidatura do que em favor da sua.

Esses que exploram contra mim o exclusivismo e o preconceito provinciais podem continuar, que nesse terreno o Sr. José Mariano abriu a sepultura do candidato conservador do 1º distrito, e não falta outra coisa senão escrever-lhe o epitáfio. (*Muito bem!*)

Senhores, do que é que acusam o Dr. José Mariano? Acusam-no de ser um instrumento potente e eficaz do pensamento, da vontade deste eleitorado; acusam-no de não ser uma dessas máquinas pneumáticas que fazem o vácuo nas assembléias onde funcionam, mas, pelo contrário, de ser uma palavra poderosa, uma vontade resoluta, um organismo cheio de ascendente.

E que mais queriam que ele fizesse?

Queriam que depois de ter conquistado o governo ele submetesse à sua vontade uma Câmara e um Senado na metade conservadores!

Isso ninguém pôde fazê-lo até hoje em nosso país, nem o governo, quanto mais um simples cidadão!

Mas ele ali está no meio de vós, sem se ter outra coisa que lhe lançar em rosto senão e por ignóbil baixaza esse palacete que o comércio lhe ofereceu em reconhecimento de um grande serviço prestado, favor que uma vez efetuado ninguém tinha o direito de exprobrar-lho e que passou como um caso julgado da opinião contemporânea. (*Aplausos.*) Sim, é indecoroso lançar-se em rosto ao Sr. José Mariano o presente que espontaneamente lhe fizeram! Era como se o comércio inglês censurasse a Cobden por ter aceito os diversos subsídios pecuniários que os seus partidários lhe ofereceram na grande campanha pela liberdade do comércio!

Não preciso acrescentar nada mais, porque o Sr. José Mariano vive no meio de vós, envolvido desde que deixou a Academia, desde que vestiu a toga viril de cidadão, na luta política em que outros só se envolvem depois de feita a sua fortuna! (*Aplausos.*)

Sim, senhores, é preciso dizer tanto menos em favor dele quanto, para ele, o ganhar e o merecer a vossa estima e consideração não é — como

é infelizmente ainda para mim – uma conquista a fazer, mas uma conquista a guardar, e que ele, como acaba de o mostrar, jamais deixará fugir de suas mãos. (*Vózes*: V. Ex^a é também uma conquista feita.)

Obrigado. Não devo descer desta tribuna, à qual somente vós me chamastes e na qual sois os únicos responsáveis pela minha demora sem cumprir dois deveres, um deles como presidente honorário desta Comissão.

O primeiro vem a ser o anunciar-vos que terei a honra de fazer neste teatro sucessivamente nos domingos do mês de novembro três conferências mais, e o segundo explicar, de passagem também, algumas censuras feitas no meu último discurso.

Esta é uma tribuna aberta a todos. O povo acha-se aqui representado na minha pessoa, como na do Sr. José Mariano, e não temos mais direito de falar do que qualquer outro cidadão que queria a ela subir, de moto próprio ou chamado pelas aclamações deste auditório.

Não faço referência à calúnia, porque estou habituado a desprezar as calúnias vibradas contra mim. Quando Perseu cortou a cabeça de Medusa e voou com ela pelos ares, as gotas de sangue que caíam sobre o solo ardente da Líbia convertiam-se em serpentes. Senhores, nós cortamos a cabeça da Medusa da escravidão (*aplausos*), e é natural que o sangue que ela verte se transforma ao tocar o solo aquecido por tantas lágrimas em víboras estéreis. (*Novos aplausos*.)

Uma destas calúnias esmaguei há dias, quando afirmei que tinha as mãos limpas de qualquer transação sobre entes humanos, e que, em tempo algum de minha vida, nunca exerci um minuto ou segundo do poder jurídico sobre um escravo!

Mas refiro-me a uma intriga, a uma especulação que corre nos jornais – de que eu disse que o Partido Conservador era o partido do chicote.

Creio que grande parte dos que estão presentes neste recinto assistiram à minha conferência passada, e portanto posso-vos tomar por testemunhas de que não estou recuando neste momento. Não devo explicação alguma ao Partido Conservador organizado; mas há na massa do Partido Conservador, desses que de pertencerem a um partido só têm tido até hoje os inconvenientes e os desgostos, há no seio desse partido líderes eminentes – como Gusmão Lobo, o maior espírito da moderna geração pernambu-

cana –, há operários distintos da idéia abolicionista, e não quero que eles tenham de mim o menor ressentimento.

Não falei do Partido Conservador; eu disse que tínheis a escolher entre duas políticas – a do governo e a da oposição; uma, a política positiva que se resolve com a inflexibilidade de uma equação; a outra, uma política que só se pode formular por uma adição heterogênea, pôr o *x* do Sr. João Alfredo mais o *zero* do Sr. Paulino (*riso*); uma, a política da emancipação, outra, a do cativo; e, portanto, desde que é a política da escravidão, a política de tudo que se contém na escravidão, de todos os seus atentados, dos quais os castigos corporais são o mais insignificante. Eu tinha o direito de dizer que a política da oposição era assim a política do chicote.

Mas, foi-me dito: Não devíeis esquecer que o Partido Conservador acabou o tráfico com Eusébio de Queirós, e emancipou o ventre com Rio Branco.

Senhores, confesso e reconheço a glória desses dois homens e a amizade fraternal que me prende ao filho do segundo, assim como o grande respeito que eu lhe votava a ele e a benévola consideração que me manifestou sempre bastariam para fazer com que eu não procurasse de forma alguma diminuir a grandeza daquele vulto histórico.

Mas eu quisera que o Partido Conservador não se lembrasse nesta questão da emancipação de invocar tanto aqueles dois exemplos.

É verdade que em 1850 ele acabou o tráfico pela mão forte de Eusébio, mas, antes que Eusébio tivesse coragem bastante para deportar os traficantes, o Partido Conservador, desde 1840, movera guerra aos Andradas e aos liberais pelo ódio que eles tinham ao tráfico (*muito bem!*), condenara a ser letra morta a Lei Regencial de 7 de outubro de 1831, e, por fim, só extinguiu a pirataria humana quando, em execução do *Ato Aberdeen*, a Inglaterra deu ordem para que seus navios fizessem presas mesmo nos mares territoriais do Brasil, ao alcance das baterias das nossas fortalezas. (*Sensação.*)

Em 1866, senhores, quando um gabinete liberal inscrevia na *Fala do Trono* a idéia da emancipação dos escravos, o Partido Conservador, unido como um só homem, levantou os mesmos brados, de espoliação, de desordem, de anarquia, que hoje ergue contra nós.

De 1866 até 1871 os abolicionistas eram todos liberais; não haviam calúnia nem difamação que não forjassem contra eles. E lembrai-vos que, ainda em 1871, para se fazer a emancipação do ventre, foi preciso que o Partido Conservador se dividisse em dois pedaços, dos quais um verdadeiramente conservador, o depositário das tradições conservadoras, estava do lado da escravidão e tinha por chefe o Sr. Paulino de Sousa.

Senhores, estou longe de condenar absolutamente o Partido Conservador, mas vejo que esse partido não tem representado papel próprio na História do nosso país, que ele não é capaz de, em oposição, ter idéias suas; não tem alma quando está debaixo para compreender o alcance das grandes reformas, e limita-se ao papel inglório de incubar no poder os ovos, que são as reformas, depositados em seu ninho pelo Partido Liberal... (*Aplausos.*)

Senhores, o que desejo é que o Partido Conservador não se ache sempre no caminho de Damasco, não se esteja convertendo todos os dias, mas se mostre capaz de iniciativa. O que nós queremos é que, chegados a este ponto da questão da emancipação dos escravos, ele se não ponha em nosso caminho, pretendendo ser a corrente que há de vencer a força dos nossos braços! (*Aplausos.*)

(O orador anuncia a data e o assunto das suas próximas conferências, em uma das quais explicará toda a sua carreira política.)

Espero que essas páginas de minha vida pública, postas diante de vós e documentadas com o testemunho dos homens mais insuspeitos, desde o Sr. Saraiva até o Sr. José do Patrocínio – espero que a abundância de provas que tenho em meu favor e a narração do que fiz na Europa, sobretudo a destruição dessa calúnia de que fui difamar o meu país, como se grandes homens ante quem falei, homens de coração, pudessem aplaudir aquele que vinha denunciar de sua pátria –, a fidelidade provada com que sirvo à causa com que me identifiquei, vos hão de garantir que, se me fizerdes mais uma vez a honra de eleger-me deputado de Pernambuco, de habilitar-me a no próximo Parlamento falar com a autoridade – outrora tão grande e hoje tão deslustrada – de representante desta província, tereis entregue a vossa bandeira a um veterano do abolicionismo que nunca a há de trair! (*Aplausos.*)

A última conferência, senhores, que terei a honra de fazer diante de vós será no dia 30 de novembro, na véspera das eleições gerais, e terá por

objeto a importância, o alcance da grande batalha do dia seguinte – que podemos contar será uma vitória (*aclamações*) –, e a honra que advirá a Pernambuco de ter dois representantes abolicionistas no Parlamento de 1885-1889, isto é, no Parlamento que há de prender como uma cadeia o fim do presente movimento abolicionista à comemoração gloriosa e universal do centenário da Revolução Francesa. (*Adesão geral.*)

Tenho concluído, meus senhores, e só acrescentarei uma palavra. Observai e estudaí um fato, cuja significação depois se há de aprofundar, a saber, o fato de nós candidatos liberais, que somos também os candidatos de todos os matizes abolicionistas – liberal, conservador e republicano –, disputarmos a nossa eleição na praça pública, diante de vós, não no crepúsculo das intrigas nem nas sombras da cabala, mas à luz dos princípios, prestando a maior homenagem que se possa render à soberania do povo, isto é, a de sustentar que vós eleitores não dispondes irresponsavelmente dos vossos votos, mas sois também responsáveis perante o povo desta cidade do qual sois uma fração. Ao passo que fazemos isso, os nossos adversários desaparecem e escondem-se aos olhos da opinião que os procura, à ansiedade do eleitorado que os interroga: pois bem, eu desafio a que façam como nós, a que venham a esta tribuna dizer o que prometem fazer do mandato que pretendem alcançar, a que falem ao eleitorado como a um júri de honra do povo brasileiro, reunido ao apelo de um grande ministro, para decidir no processo entre partes – a pátria e a escravidão! (*Calorosos aplausos. Vivas.*)

.....

*Segunda Conferência
no Teatro Santa Isabel*

A 1º de novembro

M

EUS senhores, devo começar agradecendo uma vez mais ao povo pernambucano a maneira por que tem afluído às reuniões convocadas para este teatro pelos candidatos abolicionistas. Tão imponentes manifestações populares mostram, qualquer que seja o resultado da eleição do dia 1º de dezembro, que a vitória moral já é nossa. (*Aplausos, aclamações.*)

Com efeito, onde estão os nossos adversários? (*Uma voz: Andam de porta em porta. Outra voz: Só saem de noite.*) É porque não podem ou porque não querem, que não sobem a esta tribuna? Em torno de nós tudo é animação, tudo é interesse e entusiasmo; é a idéia que nos agita, e a pátria que nos move; em torno deles tudo é segredo e mistério, dir-se-ia que não estamos na mesma cidade, ou que o Recife apresenta hoje o contraste das repúblicas italianas da Idade Média; na mesma praça cheia do tumulto das grandes agitações populares, os monges praticando no segredo do claustro a disciplina do silêncio, em plena morte civil. (*Aplausos.*)

O que explica porém esse retraimento, essa deserção dos nossos adversários? Que visão, que revelação teve o Zacarias conservador, à porta do Templo, para perder de repente a voz? (*Aplausos.*)

Não é difícil investigar as razões dessa afasia simulada. Elas estão na consciência de todo o eleitorado. Mas para melhor apreciá-las é preciso não esquecer que o partido que disputa a vitória pela palavra, dizendo o que quer, provocando o julgamento da opinião, é o partido que está no governo (*aprovação geral*), e que pelo contrário o partido que se cala, que foge do povo, que não se atreve a comparecer numa reunião pública, é o partido que quer o poder! (*Grandes aplausos.*)

Dir-se-á que eles desdenham desta tribuna por ser popular, sendo eles conservadores? Mas na Inglaterra, por exemplo, os descendentes *tories* da nobreza dos Tudors e dos Stuarts não acham que esteja abaixo da sua posição política o lutar com os adversários na mesma tribuna que eles levantam e disputar diante do povo um mandato que é do povo. (*Aplausos.*) E o que faz um Marquês de Salisbury na Inglaterra aristocrática, porque não o fariam no Brasil democrático os chefes e candidatos do partido conservador, que não têm o mais insignificante pretexto para pretenderem ter melhor sangue do que o de nós todos?

Acreditai que não lhes falta nem inteligência nem percepção política para ver que demonstrações como esta, reuniões de caráter tão representativo de milhares de pessoas de todas as classes do nosso povo, e nas quais sente-se bater o coração pernambucano, não são fatos a que eles se possam julgar estranhos e muito menos sobranceiros. Acreditai que eles acompanham estas manifestações com ansiedade e que têm os olhos no manômetro que marca a pressão das atmosferas populares. Se eles não aparecem, se deixam correr à revelia o seu processo diante da opinião, é que sentem todo o odioso da posição que assumiram, opondo-se ao movimento emancipador e comprando o apoio dos engenhos de açúcar a preço da liberdade humana. (*Grandes aplausos.*)

Mas, parece que me estou queixando do que devera antes regozijar-me, a saber que os nossos adversários mostrem e demonstrem que não são um partido que se apóia na opinião, ao passo que nós abolicionistas mostramos ser a opinião prestes a tornar-se um partido. (*Aplausos.*) Não devo queixar-me por três razões:

Em primeiro lugar, porque sois vós e não eu os ofendidos, porquanto sois vós que tendes o direito de exigir que compareçam a explicar-se perante vós aqueles que aspiram a honra de representar-vos. Esse é o direito

do eleitorado que o deve reivindicar, porque nesse direito está a força das democracias modernas. (*Adesões.*)

Em segundo lugar, porque, como já o disse, vejo nesse abandono do campo de batalha da opinião a prova de que temos desde já a vitória moral, e portanto, se no dia 1^o de dezembro, por um triunfo inesperado da cabala ou pela vitória de meios subterrâneos, indignos de nós, formos sacrificados nas urnas, teremos o direito de dizer, lembrando-nos de manifestações como estas que se repetem e apelando para o vosso testemunho, que nós – e não os eleitores – representamos a opinião, as esperanças do povo do Recife. (*Prolongados aplausos.*)

Viesse hoje de qualquer parte do mundo um estadista estrangeiro estudar as nossas eleições: fosse ele dos Estados Unidos, onde neste momento continua nos *meetings* populares a grande campanha da eleição presidencial; fosse da Inglaterra, onde ultimamente o povo se aglomerava às centenas de milhar para pedir a capitulação da velha Câmara dos *lords*; fosse da Bélgica, onde essa inesperada ascensão dos clericais produziu logo uma tremenda reação e abalou a monarquia nos seus alicerces; e esse juiz imparcial, assistindo ao desenvolvimento da campanha abolicionista no Recife, havia de dizer que mesmo antes de irmos às urnas nós estávamos senhores da opinião quase unânime desta cidade. (*Muito bem! Adesão.*)

Em terceiro lugar, senhores, não tenho direito de queixar-me de uma abstenção, que é uma homenagem eloqüente à justiça da nossa causa e à força do direito que advogamos. Com efeito, o que se passa no Recife hoje é o que se passou há pouco tempo na Câmara dos Deputados, quando a maioria heterogênea dos adversários do atual gabinete hesitava em manifestar-se, recuava do combate, não por causa do ministério, que eles sabiam estar à mercê dos seus votos, mas por causa da idéia que esse ministério representava e que eles sabiam que era invencível. (*Aplausos.*)

Mas, como quer que seja, tomo o povo de Pernambuco por testemunha de que os candidatos abolicionistas não escondem a sua bandeira, como faria algum navio negreiro carregado de vidas humanas (*aplausos*), mas levantam-na tão alto que ela é vista do Brasil inteiro. (*Aplausos.*)

Sim, senhores, todo o Brasil sabe que no dia 1^o de dezembro há de se ferir na capital de Pernambuco uma batalha em torno dos túmulos

dos escravos, tão imponente como a que se travou a 28 de setembro de 1871 em tomo dos seus berços (*muito bem!*), assim como todos sabeis que os vossos candidatos preferem a derrota no terreno dos princípios a pedir votos com duas linguagens diversas, enganando os livres e os escravos, e escondendo o seu título de abolicionista que é hoje o único título de honra para o cidadão brasileiro. (*Calorosos aplausos.*)

Se por acaso formos derrotados nas urnas, não será porque a opinião desta capital não anseie pelo nosso triunfo, mas sim por causa dos vícios profundos em política do caráter e do temperamento nacional, vícios que todos resultam ainda da escravidão. De qualquer lado que se encare a escravidão, que é o centro de todo o nosso organismo social, ela é a enfermidade moral de que todos sofremos; e por isso quando vos digo que é preciso, antes de tudo e acima de tudo, eliminá-la do nosso sistema, não estou senão expressando a magnitude dos efeitos que ela produziu e das influências que ela exerce sobre todos nós.

Vós me ouvistes na passada conferência mostrar que a escravidão estava moralmente morta, e que nada podia ressuscitar uma instituição sepultada na consciência de um povo.

Eu vos disse então que o espírito público tinha-se levantado em revolta contra ela e que, quando o espírito público assim se levanta contra uma ordem de coisas, não há força material que a possa manter. Mostrei-vos a marcha da idéia abolicionista, que comparei a uma grande corrente equatorial, formada dos afluentes do caráter e da inteligência nacional; disse-vos que não tivesses medo dessa inundação, porque assim como o Nilo deposita sobre o solo árido do Egito camadas fecundas, assim também da corrente abolicionista havia de brotar o solo físico e moral da pátria futura! (*Aplausos.*)

Pois bem, se a escravidão está morta, se não há nada que a possa ressuscitar e se por outro lado o que vem atrás dela é a abundância e a fertilidade, é preciso abreviar o mais possível o terrível interregno que estamos atravessando da escravidão para a liberdade. (*Aplausos.*)

Senhores, há uma palavra da qual compreendeis toda a importância e todo o alcance e que para mim pode resumir a influência da escravidão entre nós. A escravidão é o meio social do nosso povo.

Muitos supõem que ela não tem as ramificações que já deitou pelo solo, abaixo da superfície do nosso país. Esses pensam na escravidão

que se vê, mas a escravidão que se não vê tem muito maior extensão e profundidade. (*Muito bem!*)

Vai longe o tempo em que um grande filósofo inglês, Charles Darwin, ao atravessar as ruas do Recife, ouvindo os gemidos dos escravos, escrevia no seu livro, nesse grande livro que encerra a maior das concepções da natureza, uma frase que tenho por vezes citado: – “Graças a Deus, não tornarei mais a visitar um país de escravos.”

Esse tempo já passou, e a escravidão assim escandalosa não é mais encontrada em torno de nós na cidade e é preciso penetrar no interior para ver esse melancólico grupo de escravas no serviço da enxada como uma tradição que nunca se extingue.

Mas a escravidão não é uma opressão ou constrangimento que se limite aos pontos em que ela é visível; ela espraia-se por toda a parte; ela está onde vós estais; em nossas ruas, em nossas casas, no ar que respiramos, na criança que nasce, na planta que brota do chão...

Ela começou por ser um regime de trabalho agrícola. O europeu, transportado para este mundo virgem, procurou o braço do africano para tomar posse do território. Mas esse regime de trabalho agrícola, só podendo ser mantido pela supressão da natureza humana, precisava cercar-se de proteções especiais e viver num meio à parte, fechado e todo seu, e daí resultou um sistema territorial, caracterizado pelo monopólio da terra e pela clausura dos trabalhadores. Tal sistema deu origem nos seus interstícios e nas suas fendas apenas à aparição e gradualmente ao crescimento de uma população livre, que nada tem que possa chamar seu, sem um palmo de terra que possa cultivar por sua conta, miserável e dependente no mesmo grau que o escravo.

Eis aí a escravidão agrícola e territorial.

Mas como se vê, com uma instituição que possui o solo, o trabalho agrícola e a população livre, o mal não podia circunscrever-se: a escravidão, de sistema agrícola e territorial, tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda a parte. Com efeito, senhores, havendo uma só classe que produz neste país, todas as outras são tributárias dela e daí um sistema social que se expressa desta forma: – um país de algumas famílias transitoriamente ricas e de dez milhões de proletários. (*Adesões. Movimento.*)

Desse regime social, nasceu fatalmente a política negativa que nos abate, ficamos sem povo. (*Sensação.*) A escravidão não consentiu que nos aturássemos e sem povo as instituições não têm raízes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces. Sim, senhores, os poderes políticos deste país nunca exprimiram, nem podem exprimir, vontade nacional, porque esta não existe. (*Aplausos.*) Não podem exprimir a consciência da nação brasileira, porque essa consciência está ainda com muito poucos e a nação não está formada; eles exprimem tão-somente a perpetuidade e a tradição do único poder independente que há entre nós, a monarquia, por forma que pude dizer n' *O Abolicionismo*, subindo e descendo toda a nossa escala social, vendo a dependência em que a vida inteira do país está para com a vontade de um só homem, que essa degradação política era a vindita da Nêmesis africana que visitava por fim o túmulo de tantas gerações! (*Aplausos.*)

Em tal regime, o que conseguem reformas políticas? Muitas têm sido tentadas, algumas feitas; mas com que resultado?

As reformas políticas exprimem em nosso país 50 anos de esperanças populares atraíoadas.

Fez-se por exemplo uma reforma eleitoral, elevando-se o censo, no intuito de obter uma manifestação mais sincera e mais verídica da vontade nacional (*muito bem!*); e o resultado foi que o Parlamento converteu-se num verdadeiro Congresso Agrícola: foi que, por alguns lugares dados às cidades que representam a inteligência e a intuição nacional, cem foram dados em penhor à escravidão, entregues ao monopólio territorial. (*Adesões.*) Como poderia haver eleições livres no interior, onde a lei não é respeitada nem cumprida, onde não há justiça, onde um júri de analfabetos funciona sob a pressão da lei de Lynch, onde a população livre está na mais absoluta dependência daqueles que só lhe permitem viver, sem o mais leve traço de dignidade e independência pessoal, nos feudos que possuem?

Fez-se a abolição do recrutamento; queira-se libertar a população da ameaça de servir no exército, se seguir a mais honrosa das carreiras, a das armas, mas esses mesmos que pediram a extinção do recrutamento, por ser uma perseguição contra a população livre do interior, são os que estão pedindo uma nova espécie de recrutamento – o serviço obrigatório da enxada! (*Aplausos.*)

Pela reforma eleitoral quis-se afastar da política a magistratura, e ela tornou-se mais política do que nunca.

Tudo isto mostra que entre nós as reformas políticas não têm base, e portanto não têm ainda razão de precedência, e que as reformas de que imediatamente necessitamos são reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho e dêem em resultado o bem-estar e a independência que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou para a nação brasileira. (*Assentimento geral.*)

Não é por certo o funcionalismo, o emprego público que há de resolver o terrível dilema: a fome ou a infâmia, que aí está posto diante de grande número de concidadãos nossos. (*Sensação.*)

A escravidão produziu, como sistema financeiro, um orçamento colossal, muito superior às nossas forças, e que se apóia sobre quatro pilares, cada qual mais carcomido: a apólice que nunca se amortiza, a dívida externa que se agrava com o câmbio, o papel-moeda que sempre se deprecia e um déficit colossal e crescente que nada pode encher. (*Aplausos.*)

Vede, senhores – em outros países, na Inglaterra e na Alemanha, por exemplo, as reformas sociais estão tomando o passo às reformas políticas.

O que é que Bismarck está fazendo na Alemanha para chamar a si a democracia? Está se ocupando da sorte dos operários, está promovendo leis que estabeleçam o regime da justiça nas relações das diversas classes. E o que está fazendo Gladstone na Inglaterra? Depois dessa lei agrária, que vinculou ao solo da Irlanda os antigos rendeiros, está-se ocupando de melhorar a sorte dos operários, de proporcionar-lhes bem-estar, de dar à pobreza habitações dignas de entes humanos, de desenvolver enfim uma legislação humana e humanitária que dê alguma satisfação real a isso que se chama por ironia a soberania do povo! (*Aprovação.*)

Não é só porque importa um verdadeiro epigrama essa Constituição, dita livre, em um país em que existem mais de um milhão de escravos; não é só porque a escravidão é contrária a todos os princípios de humanidade que convém antes de tudo efetuar a abolição desse estado legal violento; é porque enquanto não o fizerdes não tereis formado para vós e para vossos filhos uma *pátria*, não tereis aberto campo à atividade da população livre do interior, a qual vive num verdadeiro subterrâneo moral. (*Aplausos.*)

Sim, senhores, precisamos, muito mais do que de reformas políticas, de reformas sociais, sobretudo de duas grandes reformas; a abolição completa, civil e territorial da escravidão, que é o meio da integração da nossa pátria, e o derramamento universal da instrução. (*Aplausos.*)

Eis a razão pela qual abandonei no Parlamento a atitude propriamente política para tomar a atitude do reformador social. Foi por que também eu desenganei-me das reformas políticas.

Essa mesma reforma eleitoral feita pelo Sr. Saraiva (apesar de ser deputado da maioria, três vezes votei em questão de confiança contra o gabinete que não queria ampliar a lei) passou contra meu voto não tanto porque ela alterava fundamentalmente a Constituição, suprimindo o votante e começando do eleitor, não tanto por isso, como por ser uma tentativa para fazer retroceder o curso da democracia entre nós e proclamar a política de desconfiança contra o povo, que eu quero ver de todos os modos elevados na sua própria estima e aos nossos olhos e educado na escola de todos os direitos e da mais completa igualdade. (*Longos aplausos.*)

Mas para isso é preciso que comecemos pelo princípio, e o princípio não é outro senão a abolição desse mal que se ramifica por todo o corpo nacional, é o ponto causador de todas as nossas fraquezas e que, enquanto existir, anulará todos os esforços que possamos tentar, em qualquer sentido que seja, para melhorar a sorte do nosso país.

Mas, dizem-me, a escravidão está abolida; a lei de 28 de setembro encarregou-se de obter o resultado que vós quereis conseguir.

Senhores, o referendário da lei de 28 de setembro está entre nós e é candidato por um dos distritos desta capital. Se estais contentes com a lei de 28 de setembro, votai por ele; mas deixai-me dizer que a lei de 28 de setembro, vista do futuro, há de parecer um ato muito mesquinho de reparação nacional. Nela podiam caber talvez as aspirações dos escravos, esquecidos de si para só pensarem em seus filhos, mas não cabem por certo as aspirações de um grande povo. (*Aclamações.*) Ela é um grande poema truncado; dir-se-ia a *Divina Comédia*, com o seu inferno em que se debatem todos aqueles que uma vez entraram na escravidão e deixaram à porta tenebrosa o último alento de esperança (*aplausos*); mas sem o paraíso, sem essa recompensa os futuros cidadãos que ela criou, escravos até aos 21 anos (*aplausos*); mas sem o paraíso, sem essa recompensa ideal para esses a quem

todavia foi prometida a bem-aventurança quando se disse: – “Bem-aventurados são os que choram”. (*Grandes aplausos.*)

Senhores, uma vez tive ocasião de dizer a um chefe conservador que reprovava o projeto Dantas: – “Vós que fizestes a lei de 28 de setembro tendes obrigação de fazer alguma coisa mais”. Sim, porque, quando em 1871 se lhes ofereceu, como alternativa, o prazo de 20 anos para a abolição da escravidão, eles responderam: “20 anos! É demais!” E, entretanto, os 20 anos estão se aproximando com uma terrível celeridade; na sepultura dos 20 anos vão caindo todos os dias novas e mais infelizes criaturas, e a escravidão está sendo resolvida, de que modo? Pela morte. (*Sensação e aplausos.*)

Há mais do que isto. Há um argumento que sai das entranhas da lei de 28 de setembro, e é este. A lei de 28 de setembro, no art. 4º, autoriza o escravo a fazer contratos de serviço para obter a sua liberdade, contanto que esse tempo de serviço não exceda a sete anos.

A lei toma o escravo – é um escravo moço e que apenas entrou na maioridade – e diz-lhe: “Podes fazer um contrato de serviços, mas que não se prolongue por mais de sete anos”. E por quê? Pois a este escravo que está condenado à perpetuidade da escravidão, por que há de ser vedado o fazer um contrato para sua liberdade por mais de sete anos?

Senhores, é que a lei reconheceu e proclamou que sete anos de serviços pagavam, com imensa usura, o valor do escravo (*aplausos*); pagavam com imensa usura o capital empregado no escravo (*novos aplausos*), e portanto que um contrato de serviços por mais de sete anos era um escândalo contra a humanidade. O que dizer então da escravidão? Não será pior a escravidão do que a locação?

E dizer-se, senhores, que a lei de 28 de setembro já tem dado aos proprietários não sete, mas quatorze anos de serviços dos seus escravos!

Na Judéia o escravo era livre no fim de seis anos de cativeiro; a nossa lei entendeu que, com sete anos de serviços, o escravo tinha demasiadamente pago o seu preço; e vós, entretanto, ao completarem-se os quatorze anos da lei, o duplo do tempo marcado pela lei para indenização do escravo, não quereis aceitar nenhuma medida legal que o confirme nessa liberdade a que ele assim tem o mais pleno direito! (*Aplausos repetidos.*)

E o que se me diz, senhores? Não sei se vos tem acontecido co-
tejar o que diz um defensor da escravidão com o que pensa outro. Sabeis o
que eles querem? Eles querem... Nada. (*Aplausos.*) Não há nada absoluta-
mente que eles aceitem. Eles não aceitam nem a liberdade dos escravos de
60 anos, nem o imposto sobre a propriedade escrava; eles aceitam somente
um plano que tenho ouvido mais de uma vez formular assim: – Emancipa-
ção imediata com indenização.

Um notável escritor francês – ao citá-lo devo dizer que a Repú-
blica em França tem desmentido a sua definição que se tornou célebre –, o
Sr. Weiss, definiu a república conservadora da seguinte forma: “A república
conservadora é uma tolice”.

Senhores, a emancipação imediata com indenização é uma toli-
ce. (*Aplausos.*)

Não temos meios para preencher o nosso déficit anual: onde é
que iremos buscar 300 ou 600 mil contos para resgatar os escravos?

Eu disse uma vez ao Sr. Saraiva: “Não me oponho a que vós, se
fordes governo, indenizeis a cada senhor de escravo com uma apólice de
conto de réis, mas acho que isso seria iludir a boa-fé dos proprietários. Tais
apólices não seriam pagas”.

Como lançar semelhante peso sobre os ombros da sociedade bra-
sileira?

Entretanto, proclamado o direito de indenização, os escravos,
para serem livres, teriam que esperar que as finanças do Brasil se con-
sertassem? Eles podem viver muito tempo; mas não viverão tanto que
vejam as finanças da escravidão restauradas. (*Aplausos.*)

As finanças, que estão em bancarrota na província e no Império,
são as finanças da escravidão (*aplausos*), e essas durante a escravidão nunca
se hão de restaurar. (*Novos aplausos.*)

Admitido o princípio de que o Estado deva uma indenização pelo
escravo, o que se deve seguir? Que o Estado, não tendo com que pagá-la, fique
em dívida ou obrigação para com o senhor e não que deixe o escravo nas mãos
dele como penhor de um devedor falido ao credor inexorável. (*Muito bem!*)

Não há nada que nos obrigue a continuar uma prática reputada
criminosa pelo mundo inteiro, somente porque não temos dinheiro para
desapropriá-la.

“A França – disse-se uma vez – é bastante rica para pagar a sua glória.” Senhores, o Brasil não é bastante rico para pagar o seu crime! (*Aplausos repetidos.*)

É, penso eu, dever dos eleitores do Recife revelarem do modo o mais público a sua convicção de que não há interesse algum em prolongar o estado atual de coisas.

O projeto Dantas espalhou imensa esperança sobre este país e esta esperança terá forças para impedir que a queiram resolver por uma decepção tremenda. Não, não está no poder de 40 ou 50 mil eleitores deter o curso de uma onda de dez milhões de homens que clamam pela liberdade do trabalho. (*Aplausos.*) O censo pode ser alto, mas não será alto bastante para impedir que passe por cima dele a torrente, que vai tudo nivelando, da consciência nacional. (*Aplausos.*)

O que pode acontecer é que com a emancipação siga também o sufrágio universal, ou que um grave abalo social venha realizar aquilo que podeis fazer por vossa livre vontade. (*Aplausos.*)

O Partido Liberal chamou afinal a si essa grave tarefa.

Reconhecendo-o, senhores, rendo homenagem ao partido que assumiu o nome de Liberal, por ter assim justificado o seu nome (*aplausos*), e devo render-lhe homenagem, porque combati cinco anos os chefes desse partido para fazê-los abraçar a reforma, que eu julgava dever ser o ponto de partida de qualquer movimento liberal, a igualdade social do nosso povo. (*Aplausos.*)

Peço, portanto, a todos vós, meus comprovincianos e correligionários políticos, que empregueis os vossos esforços para que no dia 1^o de dezembro seja proclamada a vitória abolicionista. Não há classe cujo voto eu não tenha o dever e o direito de pedir. Peço os votos do comércio, porque estou convencido de que comércio e escravidão são termos incompatíveis (*aplausos*), de que o comércio deve ter no Brasil o papel que tem tido em toda a parte, isto é, o de explorador, de *pioneer* da civilização. (*Aplausos.*) Peço o voto da lavoura, porque não compreendo por lavoura os senhores de escravos, mas também, e sobretudo, os trabalhadores agrícolas, todos os homens da enxada, todos quantos a escravidão reduz a simples substitutos de escravos. (*Aplausos.*) Peço o voto dos militares de mar e terra, porque o exército deve lembrar-se de que, se a honra nacional foi salva nos campos

do Paraguai, o foi pelos descendentes e filhos de escravos (*aplausos*); devem lembrar-se de que as classes proprietárias entenderam que não valia a pena fazer o sacrifício das suas preciosas vidas para defender a integridade do território (*sensação*), sem esquecerem que enquanto os libertos, resgatados pelo Estado, derramavam o seu sangue nos campos de batalha, os títulos de nobreza eram dados aos senhores. (*Novos aplausos.*) Peço os votos do clero, porque não é compatível essa monstruosa tolerância em nosso país, esse contubérnio da Igreja que desceu do calvário envolta na mortalha do grande Redentor, com uma instituição que é fundamentalmente contrária a todas as aspirações do Cristo, a toda a obra do Cristianismo. (*Aplausos.*) Peço os votos de todos os descendentes de escravos, de todos os homens de cor, porque estou trabalhando pela sua causa (*apoiados*), e porque, apesar de não haver entre nós o preconceito que desonrou a democracia norteamericana, com o que lhe damos um grande exemplo de liberalismo e fraternidade, é preciso que a raça negra se convença de que ela ainda tem no futuro de nosso país grandes transe por que passar, grandes dificuldades, desigualdades e opróbrios que vencer, e de que a justiça que ela terá de receber no futuro será medida pelo interesse e pelo amor que nesta geração houver mostrado pelos seus irmãos de cativo. (*Longos aplausos.*) Peço o voto dos operários, porque represento a liberdade, a dignidade do trabalho, e eles sabem que ainda mesmo quando a escravidão tiver morrido em nosso país, quando não houver mais escravos nem senhores, o espírito maldito que degradou e aviltou o trabalho, e que hoje atrofia o nosso país, tendo perdido as senzalas, há de continuar a esvoaçar como uma ave de rapina sobre os trabalhadores livres. (*Aplausos.*) Sim, eles devem saber que o poder insaciável de sangue humano que, julgando certa a perda do tributo africano, já lança olhos cobiçosos para o imenso manancial de homens que se chama China, vendo-se sem outros recursos, há de procurar – ou por meio do capital acumulado ou por outro qualquer meio de domínio – escravizar os homens livres, e que teremos que assistir a esforços para criar uma escravidão talvez pior que a verdadeira escravidão: a da pobreza, a da miséria, a da falta de trabalho, a da fome! (*Prolongados aplausos.*)

Chamam-nos de comunistas, a nós que proclamamos o princípio da inviolabilidade da propriedade humana. (*Aplausos.*) Chamam-nos de niilistas – a nós que queremos destruir o pior dos niilismos –, o niilismo da

nossa personalidade, a escravidão! (*Aplausos.*) Dizem que somos os que não têm o que perder. Pois bem, senhores, essa qualificação não nos ofende mais do que ofendia os livres, os indomáveis holandeses quando eles sacudiam o jugo estrangeiro e combatiam, pela independência da sua pátria e pela liberdade das suas consciências, o serem chamados de *Gueux* pelos espanhóis orgulhosos, deslumbrados com as riquezas do Novo Mundo. (*Muito bem!*) Sabeis por que isso não nos ofende? Porque como eles somos a idéia nova, a redenção da pátria! Porque somos dez milhões de brasileiros, a nação inteira, “os que nada têm que perder”. (*Aplausos calorosos.*)

Sinto, meus senhores, não ter forças para prosseguir, e não ter podido senão indicar sumariamente, sem as desenvolver, as relações profundas da escravidão com todos os vícios, fraquezas e atrasos nacionais. Receio entretanto haver esboçado um quadro demasiadamente sombrio, de sorte que a muitos pareça que nada podemos fazer para modificar uma situação tão desesperada; mas é preciso que tudo façamos, é nosso dever não desesperar. Chegamos, eu confesso, a um tempo difícil, cuja literatura única em harmonia com as calamidades nacionais parece ser a dos antigos profetas chorando lamentações sobre as ruínas e o cativo de Jerusalém, mas por isso mesmo é chegado o tempo da luta e do combate. Lembremo-nos que as nações, como os indivíduos, que cessam de lutar, começam a morrer.” O vosso futuro está nas vossas mãos.

Há na história dos hebreus uma passagem célebre que parece simbolizar o período de ansiedade, de privação, de desespero que os povos atravessam quando saem do cativo para a liberdade. É a peregrinação dos 40 anos no deserto. Moisés não tira o seu povo da terra do Egito para levá-lo logo à Terra da Promissão. Entre uma e outra medeia esse longo intervalo de mais de uma geração, em que o caráter nacional é sujeito às provações do deserto e educado na escola da obediência, da fome, da resignação, da disciplina, e durante o qual os que viveram no cativo morrem sem chegar à terra prometida. Não vos parece que essa grandiosa legislação do Sinai torna-se maior e mais sublime entendida assim – como a fundição da alma de um povo criado no cativo para as lutas, a orfandade e os esforços do homem entregue a si mesmo? (*Longos aplausos.*)

Pois bem, senhores, lembremo-nos dessa epopéia hebraica que pode simbolizar a aprendizagem difícil da vontade e dos hábitos de inde-

pendência nos povos que a escravidão reduziu à triste condição de criaturas alheias, possuidores ou possuídos: entre o Brasil do cativo e o Brasil de homens livres, cujos pulmões possam respirar a atmosfera deste continente, cujo organismo possa suportar as privações da honestidade e da altivez moral, cujos nervos resistam às grandes emoções da luta, e cuja vida seja um contínuo esforço de resistência para com os que nos querem esmagar e de proteção para os que dependem de nós, entre o passado e o futuro desdobra-se, acreditai-me, um longo e penoso deserto moral, como o dos hebreus, em que a nossa alma tem que educar-se a si própria, em que a grande, a maior de todas as reformas sociais – a reforma de nós mesmos – terá que ser efetuada no meio de amargos sofrimentos e à custa de grandes sacrifícios. (*Longos aplausos.*)

Mas isso não nos deve desanimar. O caráter das nações não se forma de repente como esses cômoros de areia que o vento reúne no Saara. Tal formação seria logo destruída na primeira tempestade. É nas profundidades de nós mesmos, nos abismos insondáveis do inconsciente, sobre o que os nossos instintos têm de mais sólido, aproveitando para o presente e para o futuro os alicerces da hereditariedade que temos em nós, que dia por dia, gradualmente, havemos de levantar essa muralha do caráter nacional, único amparo e defesa possível da liberdade e da honra da nossa Pátria. (*Aplausos.*)

É esse o supremo dever da nossa geração, à qual nós abolicionistas podemos apenas mostrar a estrada real que leva à transformação segura e à consolidação do futuro nacional. Não venho aqui defender o meu interesse individual, mas somente a causa com a qual me identifiquei. (*Aplausos.*)

Acreditai-me, senhores, quanto mais tardarmos em começar, mais difícil se há de tomar a realização dessa grande obra da transfiguração do Brasil, que para ser consumada exige, como os Jardins Suspensos de Babilônia, o trabalho de milhões de braços, e como as grandes catedrais góticas, a fé e o amor de gerações sucessivas. (*Longos aplausos.*) Não é da nossa sorte individual que se trata, é da vossa, porque quanto a nós, abolicionistas, como eu disse há anos no princípio desta agitação que nada tem podido enfraquecer, enquanto houver um escravo no Brasil nós devemos saber esperar! (*Aplausos prolongados. Vivas e aclamações.*)

.....
*Discurso Proferido num Meeting Popular
na Praça de São José de Ribamar*

A 5 de novembro

E

LEITORES de São José, a minha presença nesta reunião é uma homenagem ao eleitorado desta freguesia como entendo que se lhe deve render homenagem, isto é, considerando-o, primeiro, não uma série de átomos dispersos, mas um todo consciente, que tem uma só vontade e por isso quer que se lhe fale uma só linguagem; e segundo, uma parte distinta do eleitorado desta capital, ciosa da sua reputação liberal, resolvida a que a sua voz não seja abafada pela das outras freguesias no grande dia do pronunciamento do Recife. Também, senhores, compareço perante vós, certo de que estais resolvidos a que a batalha de 1^o de dezembro, se for uma vitória para a causa da civilização, não seja ganha sem os votos, e muito menos contra os votos de São José, firmemente dispostos a não consentir que este baluarte histórico do liberalismo pernambucano se converta, de repente, em trincheira da escravidão. (*Aplausos.*)

Candidato liberal, sustentado por todas as forças do Partido Liberal, posso ufanar-me de ter igualmente do meu lado todos os elementos progressistas da opinião, qualquer que seja o seu nome. Se não digo que sou abolicionista antes de ser liberal, é porque penso que o liberal deve começar por ser abolicionista, e não compreendo uma só hipótese em que,

favorecendo o interesse do abolicionismo, eu prejudicasse os interesses do Partido Liberal. Mas, candidato, como sou, desse partido, represento acima de tudo uma idéia a saber, que a escravidão, palavra que os brasileiros não deviam mais pronunciar porque queima como ferro em brasa a consciência humana, deve ser banida para sempre das nossas leis.

É triste, senhores, que até hoje, quando apenas cinco anos nos separam do centenário glorioso dos direitos do homem, nesta América que parecia dever ser o refúgio de todos os perseguidos, o asilo de todas as consciências, a praça inexpugnável de todos os direitos, a escravidão ainda mancha a face do continente, e um grande país, como o Brasil, seja aos olhos do mundo nada mais, nada menos, do que um mercado de escravos. (*Grandes aplausos.*)

Pois bem; é contra esse escândalo vergonhoso que nos levantamos e procuramos levantar-vos, e o que se passa aqui neste momento, esta insurreição da consciência pública, é um espetáculo que deve encher-nos de contentamento a nós abolicionistas, a nós que entramos nesta longa, áspera e difícil campanha contra alguns detentores da riqueza nacional só com este interesse: o de podermos confessar que somos brasileiros sem que se nos lance em rosto o sermos os últimos representantes na América, e quase que no mundo, da instituição homicida e inumana que foi o verdadeiro inferno da história. (*Aplausos.*)

Vede também que forças nós criamos! Vede o entusiasmo, a dedicação, o desinteresse que nos acompanham; vede que resuscitamos o espírito público, e que o país inteiro estremece de esperança como que nas vésperas de uma segunda Independência! Vede tudo isto, eleitores de São José, e dizei-me se forças tais são a criação da cabala, do empenho, da compressão, da venalidade. Se o governo podia unir esperanças e aspirações patrióticas, que nada pretendem do governo, que nada aceitariam dele. Se a miséria de alguns empregos ou um punhado de ouro das verbas secretas poderia criar assim a alma, a consciência de um povo.

O povo de São José sabe que não tem escolha, hoje, senão entre dois nomes. *A trégua de Deus* assinada entre todos os partidos adiantados da opinião, para que a hora presente seja do abolicionismo, habilita-me a dizer-vos que não haveria candidato mais adiantado do que eu. A vossa escolha está, pois, limitada a dois homens: um que representa o movimento

que já libertou três províncias, outro que assentou praça de soldado raso nas fileiras do Sr. Paulino... Porventura os vossos sentimentos serão conservadores? Conservar o quê? O que é que neste país não carece de reforma radical?

Para que os conservadores voltem ao poder é preciso que nós, homens da reforma e do movimento, lhes deixemos a eles, os homens da conservação, alguma coisa que mereça ser conservada! (*Aprovação geral.*) O período atual, porém, não é de conservação, é de reforma, tão extensa, tão larga e tão profunda que se possa chamar Revolução; de uma reforma que tire este povo do subterrâneo escuro da escravidão onde ele viveu sempre, e lhe faça ver a luz do século XIX. Sabeis que reforma é essa? É preciso dizê-lo com a maior franqueza: é uma lei de abolição que seja também uma lei agrária.

Não sei se todos me compreendeis e se avaliaís até onde avanço neste momento levantando pela primeira vez a bandeira de uma lei agrária, a bandeira da constituição da democracia rural, esse sonho de um grande coração, como não o tem maior o abolicionismo, esse profético sonho de André Rebouças.

Pois bem, senhores, não há outra solução possível para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, a vós e vossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra. Esta congestão de famílias pobres, esta extensão de miséria – porque o povo de certos bairros desta capital não vive na pobreza, vive na miséria –, estes abismos de sofrimento não têm outro remédio senão a organização da propriedade da pequena lavoura. É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra, e que o Estado os ajude a sê-lo. Não há empregos públicos que bastem as necessidades de uma população inteira. É desmoralizar o operário acenar-lhe com uma existência de empregado público, porque é prometer-lhe o que não se lhe pode dar e desabitua-lo do trabalho que é a lei da vida.

O que pode salvar a nossa pobreza não é o emprego público, é o cultivo da terra, é a posse da terra que o Estado deve facilitar aos que quiserem adquiri-la, por meio de um imposto – o imposto territorial. É desse imposto que nós precisamos principalmente, e não de impostos de consumo que vos condenam à fome, que recaem sobre as necessidades da

vida e sobre o lar doméstico da pobreza. A Constituição diz: “Ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres”. Pois bem, senhores, ninguém neste país contribui para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres. O pobre carregado de filhos paga mais impostos ao Estado do que o rico sem família. É tempo de cessar esse duplo escândalo de um país nas mãos de alguns proprietários que nem cultivam suas terras nem consentem que outros as cultivem, que esterilizam e inutilizam a extensão e a fertilidade do nosso território; e de uma população inteira reduzida à falta de independência que vemos. Se eu não estivesse convencido de que uma lei agrária, prudente e sábia, podia criar um futuro aos brasileiros privados de trabalho, teria que aconselhar-lhes que emigrassem, porque a existência que levam não é digna de homens que se sentem válidos e querem dar a seus filhos uma educação que os torne independentes e lhes prepare uma condição melhor do que a da presente geração. (*Adesão.*)

Senhores, *a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres*, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões – a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. (*Longos aplausos.*) Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. Compreende-se que em países velhos, de população excessiva, a miséria acompanhe a civilização como a sua sombra, mas em países novos, onde a terra não está senão nominalmente ocupada, não é justo que um sistema de leis concebidas pelo monopólio da escravidão produza a miséria no seio da abundância, a paralisção das forças diante de um mundo novo que só reclama trabalho.

Sei que falando assim serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quisera nivelar a sociedade mais para cima, fazendo-a chegar ao nível do art. 179 da Constituição que nos declara todos iguais diante da lei. (*Aplausos.*) Vós não calculais quanto perde o nosso país por haver um abismo entre senhores e escravos, por não existir o nivelamento social.

Sei que nos chamam anarquistas, demolidores, petroleiros, não sei que mais, como chamam aos homens do trabalho o do salário. *Os que*

nada têm que perder. Todos aqueles que de qualquer modo adquiriram fortuna entre nós, bem ou mal ganha, entendem que são eles, eles os que têm que perder, quem deve governar e dirigir este país!

Não preciso dizer-vos quanto essa pretensão tem de absurda. Eles são uma insignificante minoria, e vós, do outro lado, sois a nação inteira. Eles representam a riqueza acumulada, vós representais o trabalho, e as sociedades não vivem pela riqueza acumulada, vivem pelo trabalho. (*Aplausos.*) Eles têm, por certo, interesse na ordem pública, mas vós tanto como eles, porque para eles mesmo grandes abalos sociais resultariam na privação de alguns prazeres da vida, de alguma satisfação de vaidade, de algum luxo dispendioso tão prejudicial à saúde do corpo como à do caráter – e vós, perdendo o trabalho, vos achais diante da dívida que é uma escravidão também, diante da necessidade, em cuja noite sombria murmuram os demônios das tentações mercenárias, os filhos sem pão, a família sem roupa, o mandado de despejo nas mãos do oficial de justiça, o raio da penhora trazendo sobre a casa todos os horrores da miséria! Quem tem à vista desse quadro mais interesse em que a marcha da sociedade seja tão regular e contínua como a de um relógio ou a das estações – o capitalista ou o operário? (*Aplausos.*)

Quanto a mim, tenho tanto medo de abalar a propriedade destruindo a escravidão quanto teria de destruir o comércio acabando com qualquer forma de pirataria. Por outro lado, não tenho receio de destruir a propriedade fazendo com que ela não seja monopólio e generalizando-a, porque onde há grande número de pequenos proprietários a propriedade está muito mais firme e solidamente fundada do que onde por leis injustas ela é o privilégio de muito poucos.

Eleitores de São José, não é a minha causa que está em vossas mãos neste momento. Eu vos repito o que disse aos eleitores de Santo Antônio: já cheguei em nossa pátria à posição que, sem ousar aspirar a ela, me pareceu sempre a maior das medidas de uma ambição verdadeiramente patriótica, a de ser ouvido pela nação como um conselheiro leal e desinteressado.

Essa função de dizer o que me parece ser a verdade ao meu país posso exercer onde quer que me ache. Se eu pudesse fazer uma distinção dentro de mim mesmo, entre o particular e o homem público, eu diria que

a derrota deste seria a vitória daquele, mas não posso porque o indivíduo desapareceu no abolicionista. Fez dos entusiasmos, das esperanças, das tristezas deste os seus entusiasmos, as suas esperanças e tristezas próprias, desde que entrou em campanha contra a escravidão. (*Adesão.*)

Liberais, conservadores, republicanos, abolicionistas, vós tendes hoje duas únicas bandeiras diante de vós. A inscrição de uma é este brado da civilização: “Abaixo a escravidão”. A inscrição da outra é um sofisma: “Respeitemos o direito de propriedade”, quando o objeto possuído é um homem como nós. Entre essas duas bandeiras a vossa consciência não deve hesitar – ela não há de sancionar por mais tempo os abusos e os horrores da escravidão que mancha a história da América; ela não há de ter compaixão de um regime que degrada com uma das mãos o escravo na senzala e com a outra esmaga o operário nas cidades; ela não prolongará por um dia o prazo fatal dessa instituição que forma um Império no Império; para a qual vós, artistas e operários, não sois mais do que os substitutos dos escravos, e que se atreve a querer avassalar o eleitorado desta capital, juntando a todas as suas opressões mais esta: a opressão da consciência de homens livres, e a todos os seus tráficos da dignidade humana mais este: o tráfico do voto. (*Ruidosos aplausos.*) Sim, senhores, vós mostrareis que a escravidão não há de produzir neste país depois do mercado de escravos o mercado de eleitores. Ela pode ter por si todos os votos de partido e, além desses, todos os votos venais e todos os votos que possam ser obtidos pela compressão, mas os votos livres, os votos independentes, hão de salvar na hora suprema o nome pernambucano.

Senhores, um antagonista meu, o qual só poderia prejudicar-me inutilizando o grande esforço que está fazendo o Partido Liberal unido e dando ganho de causa ao Partido Conservador, alegou para merecer a vossa escolha o muito que tem sido preterido e o muito que tem esperado em vão... Mas há neste país quem tenha sido mais preterido, quem tenha esperado em vão, mais, infinitamente mais do que ele... São os escravos que esperam há três séculos (*longos aplausos*), é o povo brasileiro preterido desde a Independência (*continuum os aplausos*), e é como representante dessa enorme massa de vítimas da escravidão que eu vos peço que me mandeis ao Parlamento... Votando por mim não votais por um indivíduo, não votais

somente por um partido... votais pela libertação do nosso território e pelo engrandecimento do nosso povo, votais por vós mesmos, e vos elevais neste país de toda a altura da liberdade e da dignidade humana. (*Prolongadas aclamações e vivas.*)

.....

*Discurso Pronunciado na Sessão Magna
do Montepio Pernambucano*

A 9 de novembro

M

EUS senhores, a Comissão Central Emancipadora mandou-nos reunidos felicitar-vos pelo vosso novo aniversário e pela alta significação que lhe destes concedendo uma carta de liberdade. Mostrastes assim que todas as sociedades de caridade que prosperam como a vossa sentem-se interessadas na obra do resgate nacional, porque é da abolição que depende neste país a permanência e o florescimento dessas instituições, quer públicas quer privadas, por meio da propagação dos hábitos e dos sentimentos de justiça e solidariedade. Não há lar doméstico por mais humilde, não há profissão por mais obscura, não há associação por mais pobre, que não tenha imediato interesse em que se complete quanto antes a obra do abolicionismo. (*Muito bem!*)

É que a escravidão é um ar envenenado e esse é o ar que respiramos e que absorvemos, todos e tudo, neste país; o chão e a planta; o reino inorgânico e o reino orgânico; o indivíduo e a sociedade, desde a célula primordial da família até ao organismo final do Estado, sem excluir nenhuma associação por mais insignificante e afastada que pareça dos fins e dos interesses da escravidão. (*Aplausos.*)

Eu iria muito longe, senhores, se quisesse mostrar-vos como em instituições de proteção e de beneficência, cujas operações se entranham pelo futuro, que dependem para viver do sentimento de família, da disciplina do caráter, do espírito de desinteresse, a influência da escravidão é fatal e asfixiante, porque ela é o contrário de tudo isso: é o egoísmo levado ao homicídio; a imprevidência absoluta; a degradação da família; a exploração do nosso semelhante.

O vosso espírito não precisa ser esclarecido a esse respeito. Vós vos mostrais homens de coração procedendo como procedeis, e o coração educado compreende essa triste afinidade eletiva que faz com que a escravidão decomponha todas as boas instituições para se combinar com alguns dos seus elementos e inutilizar os restantes. (*Muito bem!*)

Em nome da Comissão Central Emancipadora eu me limitarei, pois, a transmitir-vos os votos que todos fazemos por vossa longa prosperidade. Que essa prosperidade sirva de exemplo, de estímulo, à fundação de instituições semelhantes, as quais deixam o homem do salário morrer em paz por ter garantia a honestidade das suas filhas e a existência da sua companheira de lutas e sacrifícios. Tais instituições são uma das mais belas criações do espírito de solidariedade, que faz com que a humanidade não viva tanto no presente como vive no futuro. Da escravidão à organização poderosa do trabalho, como eu a vi nas ligas e associações de operários e artistas em toda a Europa, vai a distância que separa os organismos rudimentares do começo da escala animal dos organismos inteligentes e livres que a terminam... É somente pela educação do espírito como do caráter, da inteligência como da vontade, que o operário, o artista brasileiro pode perder de vista a sua condição atual para chegar à ativa posição do artista e do operário de outros países onde o trabalho tem consciência da sua força. Instituições como esta são um ensaio de educação, um começo de independência, um rudimento de associação e um germe fecundo de liberdade. (*Aplausos.*)

O abolicionismo, senhores, não é simplesmente a emancipação dos escravos, é a eliminação fisiológica, se me faço compreender assim, da escravidão. No Ceará, no Amazonas, não há mais escravos, mas a escravidão ainda não desapareceu dessas províncias. Acabar com a escravidão é obra de tempo e perseverança. Os que temos em nós tendências de senhor, os que

temos fraquezas de escravos – e a massa da população brasileira composta de descendentes ou de senhores ou de escravos, e em grande parte de escravos que foram senhores, têm os vícios combinados dos dois tipos, o senhor e o escravo, tipos que aliás formam um só, porque em geral o escravo é um senhor a quem só falta o escravo e o senhor é um escravo a quem só falta o dono (*longos aplausos*) –, os que temos, dizia eu, um desses vícios ou todos eles, devemos pelo exame da nossa consciência e pelo uso da nossa firmeza esclarecida vencer e dominar qualquer desses tristes legados da escravidão. Este é um dos meios, senhores, para tal fim, e como abolicionista não posso deixar de aplaudir os esforços que fazeis para vos unirdes, vos associardes e criardes um exemplo para o nosso povo. A liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão, nem tampouco merece o nome de liberdade; é a escravidão da miséria. (*Aplausos.*) O trabalho sem a instrução técnica e sem a educação moral do operário não pode abrir um horizonte à nação brasileira. Ora, dessa educação nada faz parte mais essencial do que o que nós vemos hoje nesta reunião: o culto à família, o respeito e a proteção à velhice, por fim a previdência. É um belo espetáculo este; o velho pai que se finou continuando a ser o chefe invisível da sua família, para a qual, à força de constância, de sobriedade e de abnegação, ele constituiu um pequeno pecúlio, que o faz ainda na morte viver entre os seus, adorado como um dos antigos deuses do lar e apontando à sua descendência a estrada da honra e do desinteresse. (*Muito bem! Muito bem!*)

Eu vos felicito uma vez mais, senhores: que sejais um desmentido ao grave defeito de que tantas vezes somos acusados, de não mantermos as boas instituições que criamos; de termos nobres impulsos, as melhores intenções, mas pouca perseverança; e que este Montepio popular possa sobreviver-vos e aos vossos filhos, é o meu ardente voto de brasileiro e de pernambucano. (*Aplausos repetidos.*)

.....

*Terceira Conferência
no Teatro Santa Isabel*

A 16 de novembro

M

EUS senhores, prometi fazer-vos uma exposição completa de minha vida pública desde que em 1879 tomei assento no Parlamento como deputado desta província, e venho neste momento cumprir a minha promessa ou antes desempenhar-me daquele dever.

É com efeito um dever. A eleição para o Parlamento imprime em quantos têm a honra de merecê-la o caráter indelével de homens públicos, e sendo ela, como é, um mandato, quem o recebeu está obrigado a dizer que uso fez dele.

Os homens novos podem entrar na carreira política pedindo ao povo que lhes abra generosamente um crédito de confiança e trabalhando depois para pagarem a dívida assim contraída; mas os que uma vez mereceram tal liberalidade só devem solicitar novamente os votos dos seus concidadãos apresentando um saldo a seu favor, mostrando o que fizeram em honra e benefício da nação que representaram. (*Muito bem!*)

Senhores, vós mandais ao Parlamento não representantes de Pernambuco somente, mas representantes pernambucanos da nação brasileira. O mandato que conferis é duplo. O vosso deputado deve ser fiel aos

interesses da província, mas a sua missão na Câmara é representar a nação toda. Cada um deles é membro de um partido, e todavia tendes o direito de exigir que ele coloque a província acima do seu partido; cada um deles é representante de Pernambuco, e tendes o direito de exigir que ele não sirva somente à província, que sirva também à pátria sem separar uma da outra.

Estabelecidos estes princípios vou procurar mostrar-vos que só me isolei dos homens do Partido Liberal para ficar fiel às idéias desse mesmo partido, e que sempre procedi de acordo com esta convicção: que o melhor meio, e o mais certo, de promover a prosperidade e o florescimento de Pernambuco era criar o império da igualdade social em todo o país e solicitar medidas que fossem para todos os brasileiros os artigos de uma Segunda Constituição, mas desta vez um verdadeiro pacto de aliança entre a Lei Orgânica e o povo que ela se propusesse converter em democracia justa, livre e esclarecida. (*Aplausos.*)

Não me cabe neste momento justificar a minha eleição de 1878 que foi toda devida à influência pessoal e ao prestígio do chefe do Partido Liberal, naquela época o Barão de Vila Bela. Ele havia tomado um compromisso com meu pai, a quem os seus serviços ao Partido Liberal davam esperança de encontrar no Parlamento um filho em quem ele via um prolongamento intelectual e moral de si mesmo. Em 1878 eu tinha quase 30 anos, e não carecia pois de dizer como o herói romano ao disputar uma dignidade acima dos seus anos: “O povo me escolha e terei idade!” Não sou dos que acreditam no direito divino da velhice. Mas dizia-se que eu tomava na lista o lugar de quantos veteranos ilustres havia então nesta província. Eu só podia ocupar um lugar, mas esse era o de todos. Ninguém fazia esta simples reflexão: que na deputação havia sete homens tão novos como eu. Mas, apesar da oposição levantada especialmente contra mim, consegui sempre entrar para a Câmara ainda que no último lugar da lista pernambucana.

Eu entrava para o Parlamento com plena liberdade de ação, desde que não tomara nenhum compromisso, nem meu pai por mim, mas uma gravíssima doença que me levou até muito perto da morte fez com que eu não pudesse comparecer às sessões no tempo em que o Barão de Vila Bela fazia parte do ministério. Na primeira sessão a que assisti o meu ilustre e saudoso amigo dava à Câmara as explicações da sua retirada do gabinete. Ele e Silveira Martins tinham deixado o gabinete por causa da elegibilidade dos acatólicos.

Por mais que eu viva, senhores, nunca hei de esquecer a impressão que produziu em meu espírito essa primeira sessão do Parlamento em que tomei parte como deputado. Eu voltava dos Estados Unidos e da Inglaterra, com cujos partidos liberais me havia identificado; o fato de dois ministros liberais serem obrigados a deixar o gabinete de que eram membros por causa de um princípio tão fundamental como este – o direito do povo de se fazer representar por qualquer homem da sua confiança sem indagar da religião dele – pareceu-me mais próprio do governo de um Francia ou de García Moreno do que do governo do Brasil. Desde esse dia vi e senti que na Câmara não podia estar senão do lado dos meus princípios, senão do lado da minha consciência, quaisquer que fossem as circunstâncias, a pressão da disciplina, o interesse momentâneo do partido. (*Muito bem!*) Compreendi então que para a vida política havia em mim uma inferioridade invencível, desde que vivemos em um país onde a opinião, se aplaude, todavia não sustenta a coerência.

Para fazer carreira entre nós não é preciso, como tantos dizem, ter baixeza de caráter, falta de escrúpulos, amor da adulação, ou servilismo à Coroa. Muitos dos homens que nos têm governado são tão nobres de caráter, tão puros de vida, tão inacessíveis à lisonja e tão incapazes de humilhar-se diante da Coroa como qualquer grande estadista estrangeiro. Tome-se o Sr. Saraiva por exemplo. Mas para fazer carreira entre nós é preciso tratar os princípios e o direito como entidades metafísicas, desterrá-los, da política, e não consentir que adquiram autoridade alguma sobre nós; é preciso ter a esse respeito o vácuo mais perfeito no cérebro e no coração, e ser prático antes de tudo, isto é, não tolerar que idéias modifiquem fatos e muito menos prejudiquem interesses. (*Assentimento.*)

Desde a primeira vez que assisti a uma sessão como deputado compreendi que a vida política entre nós exigia um desprendimento dos princípios, ainda os mais vitais, como eu não tinha forças para impor à minha organização moral. Acreditai-me, senhores, é um momento que se não esquece mais esse em que o homem sente praticamente que há dentro de si uma força que o impele para certas causas nobres, e adquire a certeza de que por maiores que sejam as tentações, quando mesmo a ambição se deixe inebriar por elas, sempre que ele ouvir uma certa voz há de acudir ao chamado... Pois bem, tal certeza eu adquiri-a desde a primeira vez que

entrei na Câmara. Vós deveis lembrar-vos na obra-prima de Vítor Hugo da buzina que Hernani deu ao velho Rui Gomes que lhe salvara a vida, e a deixara em penhor nas mãos dele, Hernani. Ao primeiro som que ouviu do instrumento fatal Hernani devia morrer, entregar essa vida que não era mais sua, mas um penhor de honra. Pois bem, eu senti que havia uma buzina que tinha esse mesmo poder sobre mim, cujas notas, quem quer que as vivesse, fosse o meu maior inimigo, teriam sempre o dom misterioso de fazer-me preferir até a morte a não responder-lhes ao apelo... (*Muito bem!*) Eu literalmente tinha dado minha vida em penhor aos grandes princípios de liberdade!

Desde o primeiro discurso que pronunciei sobre a elegibilidade dos acatólicos deixei bem acentuado o meu modo de encarar a posição do Partido Liberal no começo desta situação.

“Senhores”, disse eu à Câmara, “o Partido Liberal parece hoje colocado em uma posição que teve sempre as mesmas dificuldades e que a imaginação grega representou bem na fábula de Hércules encontrando-se entre dois caminhos com duas figuras, uma a do prazer, outra a do dever; uma, oferecendo-lhe uma vida feliz e fácil, outra, uma vida áspera e de sacrifícios. (O Sr. Galdino das Neves: A primeira é a do *primo vivere*.) Não direi como o nobre deputado: A primeira é a do *primo vivere*; direi: A primeira é a do *Propter vitam vivendi perdere causas*... É perder a razão de existir por amor da existência. Senhores, o Partido Liberal parece colocado entre dois caminhos: um é suave, fácil, outro é cheio de longos trabalhos; é o caminho da religião dos compromissos.”

Foi por escolher o segundo desses caminhos que me declarei em oposição franca ao Ministério Sinimbu. Não vou neste momento estudar a vida daquele Ministério; deixo de lado as suas fraquezas e os seus infortúnios, o muito que ele comprometeu com a sua administração os interesses do nosso partido, mas, como preciso dizer quanto baste para justificar a atitude que assumi diante daquele gabinete do qual me ufano de ter sido o mais constante, o mais intransigente e o mais convencido adversário, direi somente que não se pode imaginar outro ministério mais oposto a tudo que constitui o liberalismo e o espírito democrático moderno. Como adversário eu multiplicava-me na tribuna do Parlamento, e em todas as questões – e foram muitas que se agitaram naquele ano de 1879 – tive sempre a honra

de falar em nome da oposição, eu que apenas entrava para o Parlamento, e de uma oposição que continha em seu seio os três maiores vultos da moderna tribuna da Câmara: José Bonifácio, Silveira Martins e Martinho Campos. Era, senhores, uma oposição intelectualmente falando formidável, essa que além desses grandes nomes contava homens como Saldanha Marinho, Pedro Luís, Eduardo de Andrade, Tavares Belfort, Manuel Pedro, Afonso Pena, Costa Azevedo, mais tarde Leôncio de Carvalho e outros.

Eu poderia reproduzir dos anais do Parlamento as numerosas manifestações de apreço que recebi dos meus colegas da Câmara dos Deputados. Partindo de ambos os lados tais manifestações mostram que soube cumprir o meu dever sem criar animosidades entre as duas frações liberais, e pelo contrário fortalecendo o laço partidário, porquanto colocava-me sempre para ferir o ministério no terreno dos princípios do partido. Mas, neste momento em que cumpro um dever, empregando todos os esforços para conseguir a vossa confiança e dando-vos conta do modo pelo qual exerci o meu mandato, devo ler algumas notas da minha fé de ofício. Sim, meus senhores, fiz da minha vida pública uma coluna votiva levantada à liberdade e à pátria, e se leio algumas das inscrições que nela abriram homens generosos é para mostrar-vos que ela não merece ser derribada sob o ódio público.

“Cria o nobre deputado”, dizia-me uma vez em sessão um homem que sempre respeitei apesar das suas idéias, porque é um homem que tem a coragem das suas convicções, coragem sem a qual as mais nobres idéias não abrem caminho porque o caráter é o braço do talento, “creia o nobre deputado”, dizia-me o Sr. Martinho Campos, “que nesta Câmara e fora dela todos têm ouvido com a maior satisfação uma voz que recorda uma autoridade que nós liberais nunca esqueceremos. Está no espírito e no conceito de todo o mundo. Todo o mundo tem visto com ufania para nós brasileiros a estréia do nobre deputado por Pernambuco.” Outra vez, meus senhores, qual não foi a minha surpresa quando interrompendo um seu discurso o Sr. Silveira Martins, o grande orador rio-grandense, voltou-se para mim e proferiu perante a Câmara estas palavras que não vos cito somente para mostrar-vos como nele a generosidade iguala ao talento, mas como prova de que na oposição não deixei Pernambuco arrastar-se na retaguarda das deputações: “Posso repetir ao nobre deputado”, disse ele, “as palavras que Tito Lívio dirigiu ao jovem Cipião por haver salvado a vida ao pai na

batalha do Tecino: ‘Eis aquele a quem a fortuna prepara para salvar a honra da pátria!’” (*Longos aplausos.*)

Vós compreendeis, senhores, com a admiração e o culto que tenho pela memória de meu pai quanto às palavras de animação que confundiam os nossos dois nomes e faziam cair sobre mim um reflexo da glória dele, deviam encher de saudade e de orgulho o coração do filho. As manifestações dessa natureza foram tão repetidas durante toda a Sessão de 1879 que me julguei obrigado para o fim a agradecê-las conjuntamente. Foi para mim uma ocasião solene aquela em que me desempenhei desse dever: “O general norte-americano Roberto Lee”, disse eu então, “esse mesmo em cuja alma travou-se um dia o combate de duas pátrias: uma a Virgínia com todas as associações de família, com todas as recordações do passado, com o amor que se tem ao lugar onde se nasceu; a outra a União, os Estados Unidos da América, falando-lhe à inteligência com a promessa da vitória, mostrando-lhe a bandeira estrelada a que ele havia prestado o seu juramento de soldado; o general Lee, dizia eu, refere que uma vez passeando com o filho à beira do mar viu que a criança tratava de pisar sobre os passos que ele ia deixando impressos na areia. Desde esse dia ele jurou a si mesmo que não daria um passo na vida em que seu filho o não pudesse acompanhar. Por mais movediças que sejam as areias da política há nelas para mim pisadas indeléveis, e, se não tenho outras qualidades, tenho no meu espírito a isenção e no meu caráter o desinteresse precisos para não afastar-me do caminho que me está traçado.” (*Muito bem!*)

Se lerdes a coleção dos discursos que proferi no Parlamento vereis que eu procurava elevar todas as questões que se discutiam à altura dos princípios cardeais do direito da justiça e da solidariedade humana. Pertencço, meus senhores, a uma classe de homens políticos, dos quais o mais notável que jamais existiu neste ou em qualquer outro século é o homem imortal que hoje governa a Inglaterra com uma ditadura moral para a qual só teréis um paralelo no governo de Péricles, pertencço a uma classe de homens políticos para os quais a humanidade não é uma expressão sem alcance prático, mas o ideal mais elevado que o estadista possa ter no pensamento para iluminar como a luz meridiana a imagem da pátria.

Para compreenderdes o modo pelo qual eu transportava qualquer questão ao terreno dos princípios, dar-vos-ei alguns exemplos tirados dos maiores debates da legislatura de que fiz parte. Começo, senhores, pela questão da Constituinte que o governo de então propunha-se convocar com poderes limitados e com um mandato imperativo, isto é, uma Constituinte, como foi chamada por José Bonifácio, constituída, ou melhor, escravizada à legislatura anterior, reprodução do pensamento dela, que assim promulgava uma lei constitucional póstuma. Pronunciei sobre a reforma constitucional dois discursos e vou mostrar-vos em que espírito.

Vede antes de tudo o meu modo de compreender a Constituição que faz com que mesmo a República possa um dia entrar nela pelos votos dos eleitores. “A Constituição não é o que se figura a alguns dos nobres deputados, a fortaleza do seio da qual o governo pode sem prejuízo e sem incômodo resistir ao país que o bloqueia. Ela não é a imagem dessas catedrais góticas edificadas a muito custo e que representam no meio da nossa civilização adiantada, no meio da atividade febril do nosso tempo, épocas de passividade e de inação. A nossa Constituição é pelo contrário de formação natural, é uma dessas formações como a do solo onde camadas sucessivas se depositam, onde a vida penetra por toda a parte, sujeita ao eterno movimento, e onde os erros que passam ficam sepultados sob as verdades que nascem. A Constituição não é uma barreira levantada em nosso caminho, não são Tábuas da Lei recebidas de um legislador divino e nas quais não se possa tocar por estarem protegidas pelos raios e trovões. Não, senhores... ela é um grande mecanismo liberal, um maquinismo dotado de todos os órgãos de locomoção e de progresso, um organismo vivo que caminha e se adapta às funções diversas que em cada época tem necessariamente que produzir.” (*Muito bem!*)

“Todos vós”, disse eu em outro discurso procurando destruir a tutela governamental, “tendes uma idéia do que eram esses jardins simétricos que o gênio de Le-Nôtre desenhava nos terrenos que lhe eram concedidos. As árvores em vez do seu natural desenvolvimento, em vez dos galhos estenderem-se em todas as direções, das folhas voltarem-se naturalmente para o sol, e dessa espontaneidade da vida vegetal, tão admirável na sua confusão, eram sujeitas a certos cortes regulares e estudados, serviam de ornato, de decoração à paisagem. Pirâmides, colunas, cilindros, arcos, as

diversas formas da geometria ou da arquitetura figuram nos jardins, onde a vegetação era, por assim dizer, a matéria plástica duma arte decorativa.”

Pois bem, parece que no nosso país querem fazer com as idéias como se fazia com as árvores, querem aparar-lhes as expansões, cortar-lhes os galhos que se desenvolvam fora da linha e reduzir tudo à imponente e fria simetria de Versalhes, à harmonia palaciana dos jardins de Luís XIV.

Mas devo dizer que, assim como prefiro a essa espécie de ajardinamento – que não realiza para mim a verdadeira beleza no desenvolvimento da vegetação –, as nossas florestas em que árvores de todos os tamanhos entrelaçam-se e amparam-se na expansão geral da natureza, assim também prefiro que se deixe aos partidos a exuberância de sua seiva, que se experimente sem receio a liberdade humana e que se não desfigure a vegetação, irregular mas espontânea da nossa democracia.

Ainda uma e muitas vezes acentuei essa convicção de que o povo não deve ser matéria plástica nas mãos do governo.

“O Partido Liberal”, disse eu um dia, “já que o nobre deputado por São Paulo falou nas pedras do edifício que estamos levantando, das quais S. Ex^a disse que não queria abalar uma só, não deve ter por ideal a ambição ascética de um conde de Chambord, de um desses políticos que entendem que se pode criar um povo conforme um desenho, e vaziar o desenvolvimento humano em certas formas, tornando o governo uma espécie de arte religiosa, impedindo a evolução natural da humanidade e fazendo de todos os homens as pedras de um edifício uniforme.

“Senhores, essa espécie de arquitetura política, essa edificação da qual o coração, o pensamento, os impulsos do homem são os materiais de que o estadista se serve para levantar na história o monumento da sua própria grandeza; essa obstinação em fazer dos homens não o que eles querem ser, mas o que nos convém que eles sejam, tudo isso pertence ao passado, são restos do direito divino, são estratificações de um tempo em que a política e a religião tinham as mesmas vistas. As nossas idéias são outras; vós tendes confiança no censo, nas restrições, nas capacidades, nas classes superiores, em vós mesmos, em suma; nós só temos esperança no povo entregue à liberdade e a si mesmo.”

Mais de uma vez mostrei à Câmara que era desonroso para o Partido Liberal viver sem idéias e, pior ainda, à custa das suas próprias idéias.

“Sei perfeitamente”, dizia eu em 1879, “que pela influência social, pela independência, pela inteligência acumuladas no seio da Câmara, estão aqui representadas as forças vivas da nação; mas pergunto: Onde estão as idéias liberais em toda esta situação? Lessing no seu *Laocoonte* dizia: Se Deus tivesse em uma das mãos a verdade e na outra a aspiração pela verdade, eu escolheria esta última. Assim deve dizer o Partido Liberal com relação à liberdade. A liberdade realizada pode ser um benefício e envolver a felicidade de um país, mas o que torna um povo livre é somente a aspiração pela liberdade, é o instinto, o sentimento que faz com que ele se esforce e tudo sacrifique para adquiri-la e conquistá-la. Um partido liberal que perde essa aspiração sente fugir-lhe a vida, é um organismo que sobrevive às suas funções, e então os seus elementos ativos, como se viu com os que foram engrossar as fileiras do Partido Republicano, entram em outras combinações, porque os homens morrem, os partidos desaparecem, mas a idéia, o movimento, a aspiração são eternos.” (*Aplausos.*)

Quero tão-somente que conheçais a linguagem que eu falava na Câmara, para bem avaliardes a significação da vossa escolha. Terminando o meu primeiro discurso contra a Constituinte mutilada eu disse à Câmara:

“Senhores, a bandeira liberal é a mesma em todos os países com a divergência natural que há entre o grau de civilização de cada um. Guardadas as proporções de adiantamento social de cada povo, todos os liberais sentem aspirações comuns, todos eles, batendo-se por motivos diversos, têm o mesmo sentimento: nacionalidade, liberdade, ou direito; se a idéia muda, é sempre o mesmo instinto que os impele. A bandeira liberal tem tido na história grandes transformações, tem encontrado imensas dificuldades, mas ela é ainda a mesma bandeira que Péricles arvorou no Pnix, a mesma que os Gracos levantaram no Fórum; é a bandeira da Reforma; é a bandeira do Edito de Nantes; é a bandeira dos Direitos do Homem. Em um país que luta pela sua independência, é a bandeira da nacionalidade; em um país que já chegou a grande desenvolvimento, é a bandeira das liberdades políticas; mas em toda parte ela representa o mesmo impulso, de todos os lados saúdam-na todos os corações liberais, quer ela cubra o berço dos povos que nascem, como a Itália, quer cubra o túmulo dos povos que sucumbem, como a Polônia. É a bandeira, senhores, da emancipação

dos servos da Rússia, assim como é a bandeira de Washington defronte dos muros de Richmond. Em nosso país foi a bandeira da Inconfidência, a bandeira de 1817, a bandeira do Ipiranga, a bandeira do Ato Adicional, até que hoje volta a ser de novo a bandeira da Constituição.

“Nós a temos visto algumas vezes triunfar, temo-la visto, mesmo, mutilada mas ainda gloriosa, por entre o fumo que a cerca, além das trincheiras que a detêm, galgar as alturas do poder, ocupadas pelos nossos adversários, como quando Eusébio varreu o tráfico da face dos mares e Rio Branco decretou a emancipação dos escravos! Mas essa bandeira liberal em que nos dez últimos anos esteve escrito o dístico – Reforma ou Revolução; em que nós escrevemos: eleição direta, liberdade religiosa, emancipação dos escravos, não é a que tremula nas mãos do Sr. Presidente do Conselho, peço-lhe perdão de dizê-lo. A que S. Ex^a pede privilégio para carregar, assim como a ilustre casa de Medina Celi reclamava nas festas do Santo Ofício o privilégio de levar a bandeira da Inquisição, é outra, é a bandeira de escrúpulos respeitáveis, de concessões tardias, de reformas sofismadas, mas não é a bandeira do partido, e S. Ex^a que governa em nosso nome, para completar sua ilustre vida, deve restituí-la aos conservadores a quem ela pertence, à Coroa que lhe confiou, para que essa reforma censitária, essa restrição odiosa do direito de voto, não seja conhecida na história como a apostasia do partido liberal.” (*Longos aplausos.*)

Agora, senhores, vede como eu impugnava um dos atos que ficaram célebres do gabinete, a doação a alguns particulares do vale do Xingu e de tudo quanto fosse encontrado naquele vastíssimo território:

“Nesta questão”, disse eu ao terminar o meu discurso, “não vejo os pequenos interesses individuais, só vejo os grandes interesses do direito e da justiça comprometidos, e por isso falo com este calor. Em nome de tudo quanto de mais generoso e elevado pode existir no coração humano, peço o respeito ao direito de propriedade, que é tão sagrado quando se trata dos cafezais plantados nas margens do Paraíba, como quando se trata da flecha ou do arco, da caça ou da pesca do índio. Eu que espero o dia da emancipação do escravo não posso concordar com a formação de companhias que ameacem os direitos ou que explorem, sem garantia alguma, o serviço e a liberdade dos indígenas.

“Digo-o com toda a franqueza, espero que a região abençoada do Amazonas que pode ser o berço dum grande povo seja um dia governada não

por leis de monopólios, de concessões, mas pelos largos princípios de liberdade industrial, a que um homem tão estreitamente associado ao progresso daquele Império, à abertura daquele grande rio, Tavares Bastos, prestou nesta Câmara e fora dela a forte iniciativa da sua palavra e do seu talento.

“Os índios que vivem nos descampados do Xingu, em cujas aldeias o nosso colega por Mato Grosso (o Sr. Couto de Magalhães) viu, do alto da montanha do Paredão, levantar-se a fumaça longínqua, podem não ter-se adiantado muito, guardando a sua língua, a sua religião, os seus costumes, comparativamente ao tempo em que o Brasil foi descoberto, há três séculos, por outra raça. É certo que eles continuam na imobilidade da vida livre do deserto; mas é também certo que nós não podemos lisonjear-nos de termos progredido relativamente aos primeiros descobridores deste país, porque os princípios que hoje vejo adotados na política do nobre presidente do Conselho, com relação aos índios e com relação aos escravos, são menos generosos do que os princípios dos jesuítas, e a política que ele segue é menos humana que a do marquês de Pombal.” (*Aplausos.*)

Quando se tratou da colonização chinesa em que idéias inspirei-me para opor-lhe a mais decidida resistência? Vós ides vê-lo:

“Por mais duro”, disse eu, “que me seja fazer este protesto, entendo que é do meu dever não evitá-lo, porque eu não me chamaria brasileiro se me ocupasse unicamente com o dia de hoje, com as necessidades do momento; se não tivesse um pensamento para o futuro desta pátria, que devemos deixar aos nossos sucessores mais próspera e mais livre do que a herdamos dos nossos antepassados. Pois bem, direi ao nobre presidente do Conselho: – É o pensamento do futuro, é a vista longa do futuro que distingue o estadista. O estadista que trata unicamente de afastar os embaraços do presente... que não se importa nem com a degeneração da raça, nem com a degradação do trabalho, nem com a condição das classes operárias, nem com os perigos inevitáveis de ficarem sem solução, no momento em que deviam tê-la, os grandes problemas sociais, em uma palavra que se torna o cúmplice dos preconceitos, dos interesses, das ambições de classes privilegiadas, no gozo imemorial de opressões clamorosas, em vez de considerar os direitos fundados na humanidade, na equidade, na justiça, de todas as classes que compõem a sociedade, de todos os homens que têm direito à mesma pátria... esse estadista pode ser um político, pode ter a

satisfação de ter vencido todos os obstáculos, dar conta da missão limitada que se impôs, contentar-se com as honras que recebe e com o respeito de que vive cercado, mas não comparecerá perante a história entre os grandes ministros que honraram os grandes países, porque para isto não basta ter conhecimento prático, empírico das necessidades do presente, quando elas se manifestam, é preciso mais: é preciso o sentimento dum Richelieu, de um Cavour, de um Bismarck, de um Thiers; a preocupação pelo futuro da pátria, que é, entre nós, a ambição de apagar moral e socialmente o último dos vestígios da escravidão.” (*Pausa.*)

Preciso ir agradecendo a bondade e atenção com que me escutais... Tendes que percorrer ainda uma longa estrada, mas eu vos afianço que será toda uma romaria aos santuários das grandes crenças morais do nosso século. (*Muito bem! Aplausos.*)

A oposição que eu fazia ao Ministério Sinimbu era assim inspirada somente nos altos motivos que governam a minha vida pública, e que, por me parecerem os melhores, eu quisera ver governarem também o partido a que pertenço. Não fiz uma oposição de ódio nem de prevenção, mas toda de consciência. O ministério não podia resistir à sua própria política; era-lhe preciso, moralmente enfraquecido como se achava, dissolver nada menos que três Câmaras, além da que já tinha dissolvido, para obter uma simples lei eleitoral. O Senado compreendeu a fraqueza da situação dos ministros.

Eu mesmo havia feito este apelo ao Senado para que rejeitasse a superstição da reforma constitucional e se pusesse do lado da reforma por lei ordinária: “No Senado”, disse eu, “ainda deve estar bem viva a impressão das aclamações que saudaram o voto que ele deu a favor da lei de 28 de setembro e das flores com que foram cobertas as suas cadeiras. O Senado não deve esquecer que o povo às suas portas lhe pede a eleição direta, mas feita pelos meios por que o partido liberal a pediu sempre, e sem tirar a ninguém o voto, mas garantindo-o a todos. Tome o Senado essa nobre iniciativa, e como em toda parte se abria espaço para os estandartes orgulhosos que levavam a célebre inscrição *Senatus Populus Que Romanus* não haverá nesta casa quem não abra alas para deixar passar essa bandeira da eleição direta e do governo livre que trouxer inscrito nas suas dobras: o Senado e o Povo Brasileiro”.

O Senado rejeitou com desdém o projeto. O gabinete, em vez de pedir logo a dissolução como faria um governo forte, quis ganhar tempo. Nesse intervalo deu-se no Rio um acontecimento lamentável: a cobrança de um imposto impopular foi impugnada por um motim e esse fato decidiu a sorte de um ministério que parecia desafiar amigos e adversários.

Diante do Ministério Sinimbu, a minha atitude não fora propriamente de abolicionista antes de tudo, mas sim de liberal opositorista. Vós vistes que a questão dos escravos figurava em todos os meus discursos; que eu me apoiava na emancipação para guerrear o gabinete, e que devia assim ser chamado abolicionista porque o era, e abolicionista que já colocava a emancipação acima do partido. Mas em 1879 o principal dever de um abolicionista era derrubar o gabinete que se propunha como programa seu garantir a escravidão, restaurar a grande propriedade e deixar estabelecida a corrente chinesa, isto é, a mongolização do nosso país. Era um erro tão grande como o dos que o tinham africanizado.

Com a subida do Ministério Saraiva, a situação política mudou completamente. Eu pela minha parte me via em frente de um ministério composto de alguns dos meus melhores amigos da Câmara, como eram Pedro Luís, Homem de Melo, Buarque de Macedo, e presidido pelo estadista de maior prestígio pessoal do país. Numa sessão da Câmara, o Sr. Saraiva fez-me a honra e a surpresa de declarar que não me tinha ido buscar para seu colega por fazer eu parte da Minoria da deputação pernambucana no Ministério Sinimbu. Eu não fazia parte da Minoria, essa Minoria compunha-se de mim somente. Mas semelhante declaração mostra a relação em que eu me achava para com o ilustre presidente do Conselho. S. Ex^a fez-me logo a honra de ouvir-me sobre o seu projeto de reforma, ao qual pude sugerir um ou outro melhoramento, como por exemplo da divisão das paróquias em seções, que faz a eleição concluir-se no mesmo dia. Eu tinha todos os motivos pessoais para aproximar-me do novo gabinete; mas desde que me levantei para apoiá-lo estabeleci francamente os limites da minha adesão.

“Consinta-me o nobre presidente do Conselho”, disse-lhe eu, “que acompanhando-o nessa reforma eleitoral que há de ser vencedora, e dando-lhe todo o meu apoio para a realização da sua nobre empresa, eu lhe diga: lembrai-vos de que uma grande desigualdade existe na nossa socieda-

de. Vós que ides pagar as últimas diferenças entre os cidadãos brasileiros, quer provenham da religião, quer da origem, quer da casta, deveis reconhecer que nesse sol há uma grande mancha que o tolda, pois ainda há escravos no Brasil quando o século XIX aproxima-se do seu termo.”

Senhores, este século nasceu com a liberdade, saiu das faixas ensangüentadas da Revolução Francesa, e é durante ele que grandes resultados são obtidos pelas nações que se emancipam! A Itália, dividida em pequenas nações despóticas, forma hoje uma só e grande comunhão progressiva. A Rússia, onde 40.000.000 de homens viviam na servidão da gleba, viu de repente pela vontade de um homem o seu solo ficar livre. Nos Estados Unidos, nesses mesmos estados das margens do Mississípi onde o algodão crescia pelo trabalho, a emancipação produziu dentro de pouco tempo maiores colheitas, e o trabalho livre cicatrizou as feridas da maior das guerras civis.

Pois bem, não desejo que, quando se fizer a chamada das nações que nestes cem anos têm rompido com a escravidão e se têm civilizado pelo trabalho livre, só o Brasil não possa responder: presente.

Eu devia neste momento solene fazer esta reserva importante que me deixa toda a minha liberdade de ação quanto ao compromisso que tenho. Não posso forçar o governo a adotar o meu pensamento, a fazer seu o meu projeto; mas peço-lhe que não ponha estorvos diante dele, que não se declare como o ministério passado resolutamente disposto a não consentir que o prazo da emancipação seja encurtado de um dia, que não arvore como ele a bandeira da escravidão, mas que, sem colaborar, se não quiser, em nossa obra, não embarace, não desengane, não desespere os que querem fazer alguma coisa para abreviar o cativeiro e melhorar a sorte dos infelizes escravos!

Foi essa a primeira vez que no Parlamento brasileiro a questão da emancipação foi elevada a tal altura, a saber, acima dos partidos, e apresentada como a condição *sine qua non* de apoio a um gabinete.

O abolicionismo deixava assim de ser uma aspiração humanitária platônica, um ornamento dos debates, como fora para alguns em 1879 uma arma de guerra, ou orientação política como fora para outros; ele entrava no domínio da política prática, das forças que se impõem, das minorias que contam com o futuro e que se sentem crescer rapidamente. Havia abolicionistas, como eu, na Câmara, mas que não faziam depender dessa

questão o seu apoio ao governo, não estabeleciam nesse terreno a sua questão de confiança política; em três ou quatro meses, porém, nós éramos um grupo unido para o combate, e onde se achava um achavam-se todos.

No último Parlamento de 1882–1884 não houve na Câmara uma minoria abolicionista tão resoluto e firme como a que se formou, no fim da legislatura de 1879 e 1880. Em todas as questões relativas à liberdade nós podíamos contar com estes dez votos, a começar do Amazonas: Saldanha Marinho, Costa Azevedo, Joaquim Serra, Costa Ribeiro, José Mariano, Joaquim Nabuco, Barros Pimentel, Jerônimo Sodré, Marcolino Moura e Correia Rabelo.

Foi nesse ano de 1880 que tive a honra de pedir urgência para fundamentar um projeto de emancipação. A Câmara concedeu a urgência para uma sexta-feira. O efeito desse voto foi tremendo: dir-se-ia que as fazendas do Rio e de São Paulo iam marchar sobre a capital. O Sr. Martinho Campos fez-me a honra de procurar-me para dizer-me que ia propor que a sessão fosse secreta. Respondi-lhe que em sessão secreta não tomaria a palavra e que estando em minoria na Câmara o que eu queria era falar para o país. (*Aplausos.*) Era estranho que em 1880 se quisesse discutir em secreto um assunto que em 1871 fora discutido do modo mais público. Era isso proclamar um novo dogma: o dogma da escravidão. No dia marcado a Câmara não se reuniu; a idéia de fazer greve prevaleceu sobre a de converter a sessão em conciliábulo. Quando pedi nova urgência, o governo fez questão de gabinete, a urgência caiu por votação nominal a 30 de agosto de 1880, mas não sem grande pesar da parte adiantada da Câmara que se via obrigada a passar pelas forcas caudinas – o silêncio e a compressão – do escravagismo, e não sem que o país visse um grupo de homens, movidos tão-somente por uma idéia, inscreverem-se do lado da liberdade de discussão no Parlamento e da liberdade pessoal no país com o sacrifício das suas adesões públicas e particulares.

Eu iria muito longe, meus senhores, se quisesse fazer o histórico da sessão de 1880, mas foi durante ela que se formou o atual movimento abolicionista.

Foi então que fundamos a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, cujo Manifesto tive a honra de redigir e que traduzido em duas línguas foi a carta de apresentação dos abolicionistas brasileiros ao mun-

do. Então, senhores, ser abolicionista era mais difícil do que hoje. Hoje diz-se tudo que se quer da escravidão, naquele tempo ela ainda gozava de certo prestígio social e dispunha de imenso poder de perseguição. A linguagem do Manifesto pareceu a alguns ousada e perigosa. Ides ver por algumas frases:

“Há trezentos anos celebrou-se o primeiro contrato para introdução de africanos no Brasil e há trezentos anos que estamos existindo em virtude desse contrato.”

“O fato de ter sido o partido, que é em toda parte o representante natural da grande propriedade privilegiada, do monopólio da terra e do feudalismo agrícola, o autor do grande ato legislativo que paralisou a escravidão, mostra por si só que, no momento em que o país puder de todo aboli-la, ela não achará até mesmo entre seus melhores aliados senão desertores.”

A situação liberal torna-se depositária da escravidão, e promete entregar o depósito, intacto, com as mesmas lágrimas e os mesmos sofrimentos que fazem a sua riqueza.

Não se enganem os nossos inimigos: nós representamos o Direito moderno. A cada vitória nossa o mundo estremece de alegria; a cada vitória deles, o país sofrerá uma nova humilhação. O Brasil seria o último dos países do mundo se, tendo a escravidão, não tivesse também um partido abolicionista; seria a prova de que a consciência moral não havia ainda despontado nele.

O que fazemos hoje é no interesse do seu progresso, do seu crédito, da sua unidade moral e nacional.

Levantando um grito de guerra contra a escravidão; apelando para o trabalho livre; condenando a fábrica levantada a tanto custo sobre a supressão da dignidade, do estímulo, da liberdade nas classes operárias; proclamando que nenhum homem pode ser propriedade de outro, e que nenhuma nação pode elevar-se impunemente sobre as lágrimas e os sofrimentos da raça que a sustentou com o melhor do seu sangue e das suas forças, mostramos somente sermos dignos de pertencer ao país livre que quiséramos ver fundado. Há muitos anos que foi colocada a primeira pedra do grande edifício, mas chegamos ainda a tempo de lançar os nossos obscuros nomes nos alicerces de uma nova pátria. (*Aplausos.*)

Além do mais eu tinha que bater-me com homens de talento que não sentiam ainda a força da corrente que os arrastava para nós. Um deles o Sr. Taunay escreveu-me uma carta que teve o caráter de manifesto dos conservadores moderados e à qual respondi imediatamente. Eu vos lerei um trecho da minha resposta em que pela primeira vez servi-me, falando do Paraíba do Sul, da imagem bíblica – rio da escravidão – que tanto tem figurado na polêmica das fazendas.

Em vez porém, disse eu ao Sr. Taunay que impugnara o prazo de dez anos, de colocar-se imaginariamente em uma fazenda das margens do Paraíba, que se tornou o verdadeiro rio da escravidão, tendo diante dos olhos, como objeto do seu interesse, da sua ansiedade e do seu estreme-cimento, a família do rico fazendeiro, esperando a data do 1^o de janeiro de 1890 com terror e espanto, e, nas senzalas mefíticas, sem religião, sem família, sem consolação, como objeto de seu estudo quase extra-humano, centenas de escravos acumulados, africanos ou filhos e netos de africanos, contando em silêncio e em segredo os dias que faltam, e esperando aquela mesma data com o alvoroço, com as lágrimas, com a loucura da esperan-ça – quando esta não é só do indivíduo, mas da raça; coloque-se por um instante na posição que eu ocupo, e há de ver como a pátria parece maior, livre e sem castas; como a compaixão se alarga, quando se confunde com a Justiça; como a humanidade deixa de ser uma palavra, quando nela se incluem os escravos. (*Longos aplausos.*)

Em 1880 nós os abolicionistas tivemos a dor de ver sucumbir o Visconde do Rio Branco. Tem-se dito que fui e sou um detrator da memória do glorioso autor da lei de 28 de setembro. É falso. Eu já o disse, a amizade íntima que me prende ao ilustre e benemérito filho daquele grande homem me impediria de expressar sobre ele qualquer pensamento que pudesse diminuir-lhe o renome. Julgando com severidade a lei de 28 de setembro de 1871 não a julgo na época em que foi feita, como lei de 1871, mas como lei de hoje, de dez ou quatorze anos depois. A Espanha promulgou também em 1870 uma lei do ventre livre, e dez anos depois, em 1880, completa-ram-na por outra que converteu desde logo a escravidão em um patronato por oito anos, e nós ainda estamos na lei do ventre livre. Não faz parte da nossa missão elogiarmos hoje a lei de 28 de setembro: essa é a missão dos nossos adversários. Mas com relação ao Visconde do Rio Branco eu diria

isto: quando ele foi demitido de diretor da Escola Politécnica dirigiu uma interpelação ao governo em homenagem ao homem e, quando ele morreu, paguei-lhe da tribuna da Câmara o tributo da mais alta admiração.

“O homem que nós lamentamos”, disse eu então, “não fez uma obra incompleta. Há uma parte definitiva nesta grande obra: há dez anos, ninguém nasce escravo; e quando mesmo não fôssemos além da lei de 28 de setembro de 1871, se esquecêssemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ela bastaria para deixar desassombrado o futuro, para assegurar que um dia a escravidão não existirá mais no nosso país.

“É por isso também, senhores, que Rio Branco esteve em sua vida na posse do melhor dos sentimentos que os escravos tinham para oferecer aos seus benfeitores – a gratidão das mães. Na verdade que título de glória teve jamais alguém maior do que esse que lhe foi concedido, quando nas fazendas os ingênuos eram chamados pelo seu nome – como se fizessem parte da sua família? Que recompensa já teve homem algum maior do que essa, por uma obra toda de desinteresse? Tomei a mim trazer para a tribuna desta Câmara a gratidão, o pesar, as lágrimas dos escravos. Ainda que o benefício não se estendesse diretamente a eles, ainda que sob o regime da lei de 28 de setembro eles só possam esperar sua liberdade da morte benfazeja que demasiado os poupa, eles não recusam um ceitel da sua dedicação e do seu amor ao homem que lhes libertou os filhos. É assim que ontem no fundo do quadro, quando víamos descer ao túmulo o grande libertador, estavam as mães escravas como as testemunhas mudas da posteridade. Foi esta a sua glória, e eu venho afirmá-lo do alto desta tribuna, porque essa glória é patrimônio da nossa idéia; é a riqueza da nossa causa; é a grande herança que ele apontou à ambição dos nossos homens de Estado, mas que, como Alexandre, só deixou ao mais digno.” (*Muito bem!*)

Nesse mesmo ano explorou-se muito contra nós o sentimento nacional, dizendo-se que éramos instrumentos do estrangeiro, como hoje se explora o sentimento contrário, dizendo que somos inimigos dos estrangeiros, por entendermos que estrangeiros, por honra do seu estatuto pessoal, isto é, da sua nacionalidade, não devem possuir escravos. Mas desde essa época, para voltar ao meu assunto que sou eu próprio, comecei a viver para a emancipação. Os debates da Câmara tinham muito pouco interesse para mim. Eu havia votado contra a lei eleitoral que partia do eleitor, e não do

votante da Constituição. A Câmara sentia-se condenada e não se reunia quase. O presidente criava os maiores embaraços ao uso da palavra para fins abolicionistas. Depois de um ou dois conflitos dessa natureza, pensei em renunciar a um mandato que se não me permitia exercer com liberdade; mas o fim da sessão estava próximo e o meu procedimento podia ser mal interpretado. Foi então que resolvi ir passar quatro meses na Europa para descansar do muito trabalho que tive desde que entrei para a Câmara. Durante a minha ausência a Câmara reuniu-se muito poucas vezes e somente para aprovar emendas do Senado. No dia 15 de dezembro parti para a Europa com destino a Bordéus. Aqui peço licença para deter-vos um instante.

Eu sabia que a Câmara ia ser dissolvida e, portanto, que minha carreira parlamentar tinha findado. Olhando para o tempo que servi no Parlamento sentia-me satisfeito comigo mesmo. Em 1879, quando tomei assento, eu era apenas conhecido pelo meu nome e pelos meus escritos; ninguém sabia se eu reunia ou não as qualidades precisas para a vida parlamentar; eu tinha contra mim nesta província prevenções injustas e fora dela lutava com o peso da grande tradição que era chamado a continuar no Parlamento. Um ano depois, senhores, eu podia ter orgulho disto: os homens mais eminentes deste país entendiam sem distinção de partido que eu tinha merecido ser reeleito, as prevenções converteram-se em adesão, o meu nome deixou de despertar a idéia de um indivíduo para despertar a de uma grande causa, os meus inimigos chamavam-se legião, mas eram todos inimigos do propagandista, não do homem, e em compensação vi formar-se em torno de mim um núcleo de amigos que, pela inteligência, pelo caráter, pela falta de inveja e sobra de desinteresse, representam uma das mais belas comunhões que uma idéia social já conseguiu produzir em nosso país: eu tinha durante dois anos feito ouvir a voz da consciência humana no Parlamento brasileiro, e tinha sido ali o primeiro advogado da raça negra, o primeiro que ousou pedir justiça para ela, dizer que ela tinha queixas e direitos, e lembrar aos brasileiros que esta pátria que nos jactamos de ter edificado é obra dos que estão fora dela, abaixo dela. (*Longos aplausos.*)

Também nenhuma satisfação foi maior para mim do que ver-me publicamente honrado na imprensa por me ter posto do lado dos que me não podiam recompensar. “A sua palavra”, disse *O Globo* quando parti, “fez-se sempre ouvir em defesa do fraco, do oprimido, do infeliz, que não

tinham para captar defensores senão a própria miséria.” Testemunhos como esse eu podia produzi-los sem número. Sim, senhores, essa consolação me restava. Eu tinha visto capitulações de consciência de todas as espécies; tinha estudado nos outros a triste psicologia moral da política; visto ao meu lado a medida estreita dos móveis pessoais e sentia-me diverso de tudo isso, em posse do outro ideal, ou se quiserem de outra ambição.

Uma vez disse na Câmara a um dos ministros:

“Não quero medir as nossas duas carreiras... A do nobre ministro principiou, como a minha, no Parlamento. S. Ex^a chegou depressa a uma das posições mais responsáveis, a uma das posições mais difíceis e elevadas que este país possa dar. Eu não tenho desejo de lá chegar, não tenho também esperanças de ser reeleito; mas quis simplesmente na minha passagem efêmera por esta Câmara pôr-me ao lado da liberdade, da justiça, do progresso, da humanidade, que são para mim os maiores interesses do país, de maneira que qualquer homem verdadeiramente liberal e de sentimentos generosos me pudesse sempre dar um aperto de mão.”

Esse programa que me impus, eu o cumpri à risca e espontaneamente. Era isto não ter outra coisa em vista senão a glória? “Teria eu pensado”, escrevi eu em 1881, “em sacrificar as minhas mais legítimas aspirações à honra de ter um dia a minha ação pessoal ligada ao triunfo inevitável de uma causa que uma vez vencedora há de ter os aplausos até dos próprios vencidos? Reconheço que a ambição de assumir no presente uma atitude que seja aprovada pelo futuro é uma das mais elevadas inspirações que o homem político possa ter; até certo ponto ela caracteriza mesmo o estadista. Não foi porém essa a causa determinante do meu procedimento. O serviço da idéia abolicionista é hoje para quem lhe queira ser leal todo de sacrifício, sem compensação alguma, não só de carreira, mas também de nome; é a renúncia do presente e do futuro.”

Mas havia uma glória que me seduziu sempre... Sabeis qual é? “Eu não quero levar da minha passagem pelo Parlamento”, disse uma vez na Câmara o atual presidente desta província, “o grande pesar de não ter ao menos manifestado a minha adesão à causa aqui tão brilhantemente defendida pelos nobres deputados pela Bahia, e por Pernambuco, sobretudo pelo último, ao qual a maior glória que eu desejo é a de que, no futuro, ao abrir a história parlamentar deste país, possa alguém lendo o seu nome sentir al-

guma coisa dessa impressão de simpatia, de admiração e de reconhecimento que muito inglês livre hoje há de sentir sempre que vir traçado, em uma das páginas de honra de sua história, o nome puro Wilberforce.” Sim, senhores, essa glória que o nome de Wilberforce sugere está ao alcance de todos – não é a glória do gênio, do poder e da fortuna, os três elementos da glória pessoal, que coroa, se me posso fazer compreender assim, não propriamente a vida, mas o destino dos grandes vultos humanos e que é um presente dos deuses, antes que uma criação de nós mesmos. A glória de Wilberforce é outra e está ao alcance de todos os homens de coração, de sentimento e de princípios: é aquela que consiste em ter fé na justiça, em ter amor aos oprimidos, em ter esperança na liberdade. Mas a glória assim merece antes o nome de religião, de ideal, de dever. Não é outra coisa senão uma consolação que ajuda a viver, uma alegria que derrama sobre a alma um clarão perpétuo; é a glória dos obscuros, dos humildes, dos anônimos: do homem de bem que confessa os seus princípios; do soldado que combate pela sua bandeira... é a glória de ser homem! (*Ruidosos aplausos.*)

Agora sou forçado a pedir-vos permissão para interromper a minha conferência por alguns minutos... Sinto-me muito fatigado.

(Depois de alguns minutos de interrupção o orador volta à tribuna, e é recebido com longas salvas de aplausos.)

Acusou-se-me de ter ido à Europa detrair do meu país; vejamos. Visitei quatro capitais apenas, Lisboa, Madri, Londres e Paris. Tende a paciência de fazer de novo essa viagem comigo.

Eu não pensava demorar-me em Portugal; o meu destino era Londres, onde me esperava um amigo. Foi uma circunstância fortuita que me fez parar em Lisboa para seguir viagem por terra. Em Lisboa, senhores, tudo era novo para mim e eu tinha portanto verdadeira ansiedade de ver tudo e de conhecer os homens notáveis de que Portugal se ufana e que dão à literatura portuguesa um brilho tão grande. No meio de uma vida ocupada cada momento por uma impressão nova, deu-se o acontecimento que todos vós sabeis, e que tanta repercussão teve deste lado do Atlântico, a manifestação da Câmara dos Deputados admitindo-me a tomar assento no recinto.

Nada estava mais longe do meu pensamento do que esperar semelhante demonstração. Eu assistia à sessão de uma das tribunas da Câmara, quando logo depois de tomar a palavra o notável orador, o Sr. Antônio

Cândido, que eu tinha grande curiosidade de ouvir, notei que todos os olhares se voltavam para mim e compreendi que era eu o objeto da moção do ilustre deputado. Senhores, não posso esquecer essa honra que se me fez em Lisboa, honra excepcional em toda a história das cortes. Nunca tive maior emoção em minha vida do que quando penetrei naquela assembléia ilustre que se levantou toda para receber-me e fui sentar-me entre os seus membros.

O Partido Regenerador emulou com o Progressista em tomar a manifestação unânime. O Sr. Júlio Vilhena, outro vulto da tribuna portuguesa, fundamentou então “para honrar-me a hospedagem”, disse ele, uma proposta convidando o governo a acabar com o castigo das varadas nas praças de pré e indivíduos a elas equiparados. Esse acontecimento inesperado deu à minha viagem o caráter que ela depois teve. O telégrafo comunicou para Madri e Londres o que se havia passado na Câmara portuguesa, e os abolicionistas dessas duas capitais viram nessa recepção um motivo para honrarem-me em minha passagem.

Também, senhores, não havia razão para eu esconder-me, nem fugir, nem calar-me. Eu não era um criminoso sob a ameaça de extradição; não tinha feito mal algum à minha pátria, não estava envolvido em uma empresa que fosse vergonhoso confessar... pelo contrário. Estava lutando pela liberdade e pelo direito, estava promovendo uma grande medida humanitária, e era prestar um serviço assinalado ao nosso país mostrar ao mundo que se havia nele a escravidão, o que todos sabiam, havia também um partido abolicionista, o que quase todos ignoravam. (*Aplausos.*)

Ter a escravidão e não ter um partido abolicionista é que seria uma vergonha. Senhores, acreditai-me. O Brasil tinha há cinco anos no mundo a reputação de país retrógrado e fechado, sem elementos de agitação e de movimento, gozando de um feliz despotismo, como se supõe ser o nosso governo, e tendo por sua principal instituição a escravidão dos africanos. Essa reputação nós abolicionistas a temos modificado e estamos modificando do modo mais favorável. Há poucos dias líamos tanto no *Times* como no *Journal des Débats* artigos editoriais sobre o nosso país como por certo não seriam escritos se não tivesse havido o movimento abolicionista. Não faz mal que nos ataquem, a nós abolicionistas, uma vez que se reconheça que a nação está fazendo grandes esforços para se libertar do jugo

servil que a oprime. Vós todos sabeis que há entre nações muçulmanas o despotismo, a poligamia, a intolerância, a escravidão; se amanhã viesse ao Brasil um maometano qualquer mostrar-vos que há no seu país um forte partido o qual quer extinguir todos os vestígios de opressão e tirania e que o Corão é tão compatível com a liberdade em todas as suas aplicações como o Evangelho, diríeis vós que esse homem estava detraindo do seu povo ou que pelo contrário ele estava procurando levantá-lo aos olhos do mundo? (*Muito bem!*)

Quanto a mim, posso dizer-vos, tudo o que disse ou escrevi na Europa teve sempre por fim produzir entre o Brasil e o mundo uma aproximação moral que com a escravidão não é possível, e que há de começar exatamente quando no estrangeiro se tiver conhecimento dos esforços que estamos fazendo para suprimi-la de todo. Quando pois se me acusa de falta de patriotismo por ter usado da linguagem que usei, tenho direito de estranhar a má-fé ou a ignorância dos que me fazem tal acusação... Somos nós os abolicionistas que estamos revelando o Brasil à Europa e à America, isto é, que estamos destruindo a idéia que o mundo tem de nós por causa da escravidão. (*Aplausos.*)

Sim, senhores, é a escravidão que nos dá essa reputação de retardatários, e não a monarquia nem o catolicismo. A Inglaterra, a Bélgica, a Itália têm a monarquia, a França é católica, e são reputadas nações livres; mas a escravidão só a têm hoje a Turquia e os povos bárbaros.

Mas ouvi a linguagem tanto minha como dos oradores e da imprensa que me acolhiam e dissei-me se tais sentimentos não são de natureza a elevar o Brasil na estima dos outros povos.

É-me impossível quase citar um trecho qualquer do que disse a meu respeito o grande orador português, tão excessiva foi a generosidade dele para comigo, mas quero e devo dar-vos uma idéia do caráter da manifestação. “A Câmara conhece”, disse Antônio Cândido, “e, o que é mais, sente as íntimas relações que nos prendem ao Império, onde se fala a nossa formosa língua, onde se comemora a nossa heróica história, onde a nossa grandeza tem o mais fervoroso culto, onde mais simpaticamente ecoam as nossas desgraças, onde muitos dos nossos concidadãos datam o período de sua felicidade pela inteligência e trabalho, onde o nosso espírito refloresce a cada momento como o de um pai nas glórias e nas

fortunas de um filho muito amado...” Eis aí linguagem de um inimigo do Brasil. (*Aplausos.*)

Agora esta magnífica página em que ele descreve a grandeza da missão de qualquer abolicionista convencido:

“Não há causa mais justa, não há pensamento mais elevado, não há missão mais nobre nem mais benemérita do que a causa, o pensamento, a missão, que exaltam a vida do parlamentar que nos honra com sua visita. Restituir a milhares de consciências a soberania do seu pensamento; restituir a milhares de corações a dignidade de seus afetos; garantir a milhões de braços a propriedade de seu trabalho; libertar uma raça inteira que tem direito a viver, a progredir, a experimentar a luta da existência, como a experimentam homens e não como a provam as espécies inferiores; acabar de uma vez para sempre com o degradante espetáculo do interesse sobre a justiça, da força sobre o direito, de uma educação perversíssima, atrofiando cérebros para que não pensem; de uma opressão brutal, esmagando consciências para que não protestem; do azorrague infame retalhando as carnes de desgraçados cuja vida é uma maldição sem termos, um martírio sem piedade; fazer isto é fazer uma grande obra, é realizar um altíssimo destino, é subir pelo caminho das virtudes às eminências da glória, é ter reunido os melhores títulos à mais profunda admiração e ao mais justo respeito humano.” (*Longos aplausos.*)

E o Sr. Júlio de Vilhena, para gravar ainda melhor em minha memória a sessão a que assisti, propunha a abolição das varadas num imprevisto eloqüente, do qual vos citarei alguns trechos, suprimindo deles apenas os excessivos louvores que me fazia.

“O orador brasileiro”, disse ele, “pode dizer ao voltar ao seu país que foi recebido de braços abertos nesta Câmara, e que lhe honramos a hospedagem apresentando uma proposta convidando o governo a acabar com o castigo das varadas. As questões de escravos na África nunca foram entre nós questões de partido. Todos têm cooperado nelas e a todos pertence a glória da resolução. O Marquês de Sá da Bandeira não representava apenas um partido, representava o país na grande obra que empreendera e em que foi por todos acompanhado.

“Aproveitemos o dia em que entrou nesta Casa o orador; mostremos-lhe que compreendemos a causa nobre que defende, aprovando esta moção, para que ele vá referir à sua pátria que a Câmara dos Deputados en-

cerrou a sessão de 8 de janeiro de 1881 proclamando a abolição dos últimos vestígios da escravidão nas nossas possessões ultramarinas.”

Eis aí o que foi a sessão de 8 de janeiro de 1881! Impedido de falar no recinto das cortes, escrevi uma carta de agradecimento ao presidente da Câmara, carta que foi tornada pública por todos os jornais de Lisboa. Em outra agradei as unânimes manifestações da imprensa. Nesses documentos não escondo o único título pelo qual julgo ter direito à estima dos meus concidadãos, confesso-me francamente abolicionista, denuncio a escravidão como se estivesse diante dela.

E por que não procederia eu assim? A história não está cheia de exemplos que me justificam? Por que ter contemplos com uma instituição que não se sacia de lágrimas humanas, que não tem horror ao sangue, que precisa para existir da ignorância e da degradação? Que povo jamais sofreu despotismo igual ao da escravidão doméstica, ao martírio da raça negra, à perseguição dos escravos? O que queríamos era fazer a escravidão envergonhar-se de si mesma, e essa vergonha já apareceu; era que a escravidão não se confundisse com a pátria, não se identificasse com ela e que pelo contrário o brasileiro tivesse o direito de denunciá-la à Europa e à América como o inimigo mortal do seu país! (*Longos applausos.*)

O que se deu durante a minha curta passagem por Lisboa foi assim uma aproximação entre os espíritos liberais dos dois povos portugueses. Eu havia dito no discurso que proferi como orador oficial da colônia portuguesa do Rio no terceiro centenário de Camões: “O Brasil e os Lusíadas são as duas maiores obras de Portugal”. Isto definia o nosso sentimento para com a pequena nação européia que pôde gerar este colosso sul-americano. Por outro lado, o sentimento português para conosco era da mesma natureza. O português tem hoje duas pátrias: Portugal e Brasil. Dessa afinidade de sentimentos nasceu a manifestação que me foi feita nas cortes; ela não foi senão um brado tão eloqüente quanto desinteressado e fraternal da antiga metrópole para que a nação em que ela se revê através do oceano e na qual adivinha um futuro glorioso para a sua língua e sua raça completasse a obra da Independência pelo resgate dos seus filhos escravizados, isto é, ganhasse sobre si mesma uma vitória igual à que em 1822 ganhou contra a mãe pátria.

Passemos agora à Espanha. Em Madri, senhores, eu encontrava um núcleo de abolicionistas intransigentes, em cuja consciência a imagem da

escravidão multiplicava as suas proporções reais como se atravessasse os vidros de aumento de um telescópio. Notai que em 1881, quando passei por Madri, já estava promulgada a lei que aboliu nominalmente a escravidão em Cuba e a convertera em patronato, a curto prazo. A escravidão estava, pois, a acabar nos domínios da Espanha, mas isso não diminuía de um grau a febre do abolicionismo espanhol. A Espanha, senhores, tem em certa classe de homens uma vida política intensa, apaixonada, capaz de todas as explosões, e de que no estrangeiro não se faz idéia. Ela é uma nação que espera alguma coisa, supersticiosa de si mesma, que acredita na superioridade da sua raça, se orgulha do seu passado e não se consola do mal que o fanatismo e o despotismo dos seus reis lhe causaram desde o fim da conquista árabe. Ela ainda não se refez da terrível sangria, de sangue, de gênio e de arte, que a Inquisição lhe fez com a perseguição e expulsão dos mouros. Mas dessa grande epopéia medieval, assim como da época deslumbrante da descoberta da América e da fundação do Império onde o sol não se deitava, a Espanha guardou uma alma em que as paixões e os sentimentos não se contraíram ainda sob a ação constante da conveniência e do interesse, como em outros povos, mas conservam a mesma força explosiva e destruidora de si mesmas, o mesmo brilho incandescente com os mesmos reflexos sangüíneos que caracterizam as paixões humanas no seu período de liberdade, no seu período trágico, em que nada as pode conter nem mesmo a vista das Mênades precipitando-se sob a sua presa para dilacerá-la. Num povo assim, cuja alma tem as notas de um coro de tragédia antiga, a escravidão produz um efeito muito mais intenso e uma indignação muito maior do que entre nós, que temos outro coração e que sentimos com muito mais calma e indiferença. Em Madri o abolicionismo se me revelou como um ódio profundo contra a escravidão, como um grito de vingança contra os opressores. Mas a honra que me fizeram os abolicionistas de Madri, tanto na Sociedade Abolicionista Espanhola, que celebrou uma sessão para receber-me como seu sócio benemérito, como no banquete que me ofereceram os membros daquela sociedade e os senadores e deputados cubanos, teve todo o caráter de uma aproximação entre Brasil e Cuba, entre a raça portuguesa e a espanhola, entre Portugal e Espanha, entre o Velho e o Novo Mundo.

Eis o que me dizia, falando em nome da imprensa democrática de Madri, o Sr. Arnau. Suprimo na leitura os altíssimos epítetos com que ele me honra.

“Permiti-me que em minha qualidade de jornalista levante aqui a minha voz saudando calorosamente o deputado brasileiro e abolicionista Sr. Nabuco. Permiti-me também, e não achareis seguramente excesso de representação estas palavras, que me considere neste instante toda a imprensa liberal da Espanha, intérprete fidelíssimo como creio ser de seus ardentes sentimentos de simpatia pela causa que personifica o nosso distinto hóspede na América Latina.

“De fato, sem ofensa a ninguém, longe de meu pensamento e ainda mais distante de meu ânimo a idéia e o propósito de quebrar no mínimo o lema generoso e compreensivo desta Sociedade, devo reivindicar, sem embargo, para a democracia espanhola as honras da solenidade presente. Nós outros, os democratas, fomos os primeiros a saudar o Sr. Nabuco, apenas ele pôs o pé em terra ibérica. E quando há poucos dias dispensava-se-lhe a honra singular de um recebimento entusiasta na Câmara eletiva de Portugal, nós também nos sentíamos lisonjeados como se a sua satisfação fora nossa própria, como se fôramos nós quem tributasse essa homenagem de consideração e respeito ao tribuno cujas palavras de fogo, que acabais de ouvir, entusiasmados, fazem tremer essa horrível instituição da escravidão, ali donde, como em seu país e em nosso território, se levanta ainda com sua negrura espantosa, eclipsando a dignidade humana, qual nuvem de maldição e ignomínia. Sinto neste momento o nobre orgulho de raça, sim, eu o declaro. Recordo com que indivisível entusiasmo dispensava recentemente a ilustre capital portuguesa as suas melhores alegrias ao Sr. Nabuco. Queiram ou não, nós temos que fazer-nos solidários dessas satisfações íntimas.”

E o Sr. Arnau continuava a falar da solidariedade das nações da Península e das herdeiras do seu gênio e de sua língua na América. Está aí a aproximação entre duas nacionalidades e dois mundos! (*Aplausos.*)

Ouçamos agora o Sr. Portuondo, representante de Cuba nas cortes:

“O Sr. Nabuco”, disse ele, “não é somente nosso irmão como filho da nossa grande e nobre raça latina, que ocupa tão alto lugar na história do Antigo e do Novo Mundo, nem por pertencer como nós outros à grande família liberal, cuja união e cujo amor se consolidam por laços cada dia mais estreitos e apertados em toda a extensão da terra; somos, além disso, e sobretudo, irmãos como protetores ardentes e decididos das desgraças

vítimas da opressão e da tirania, como defensores incansáveis dos direitos sagrados da personalidade humana.

“Nós, os cubanos, em cujo nome falo agora, vemos ainda no nobre campeão da liberdade dos negros mais um título ao nosso fraternal carinho. Somos americanos; somos filhos daquela terra esplendorosa e admirável, que nossos ilustres antepassados, os portugueses e os espanhóis, surpreenderam em dias para sempre memoráveis, lá entre os nebulosos e escuros horizontes que envolviam os confins do planeta; daquela terra que com esforço poderoso arrancaram do seio profundo dos mares e mostraram ao mundo atônito como aparição imensa de belezas não igualadas e de incomparáveis esplendores; daquela terra cuja vida, ao nascer entre pesares e alegrias, dores e prazeres, foi esmaltada pelos fatos mais grandiosos e sublimes de todos os tempos e de todos os lugares. Quando nós, os americanos, latinos, nos encontramos em qualquer parte deste velho mundo... as nossas almas experimentam iguais impressões, e nossos corações comovem-se ao impulso dos mesmos nobres e generosos sentimentos. E depois quando às recordações do passado glorioso e às realidades do presente sucedem as aspirações pelo futuro, então, ah! então também encontramos-nos unidos em uma esperança comum cuja realização poderá ser mais ou menos próxima, mas nem por isso menos evidente e incontestável: a de ver um dia triunfantes os grandes ideais da democracia, baseados no respeito à liberdade e dignidade humanas, no reconhecimento e exercício dos direitos naturais do homem e na soberania dos povos.” (*Aplausos.*)

E como pela minha parte me exprimia eu? Ides ouvir-me, aqui está o final de meu discurso de Madri:

“É pela generalidade do mal, que não pode existir num ponto do mundo civilizado sem o contaminar em toda sua extensão, que se explica a universalidade do sentimento abolicionista de sociedade, como esta, cuja esfera abrange o mundo inteiro, a escravidão toda. Hoje só há escravos no Brasil; pois bem, estou certo muito breve não os haverá mais no mundo. Nas manifestações que acabais de fazer-me, nos aplausos com que tendes recebido minhas palavras, vós me dais a prova de que a causa da emancipação não é de um povo só, mas de todos os povos, e, ainda mais, de que o sentimento liberal não se detém nas fronteiras de cada país, mas associa-se a todas as lutas que se travam pela liberdade humana, em qualquer parte do planeta.”

Essa certeza de que primeiro Portugal, depois a Espanha, e em seguida os outros povos viram a bandeira em torno da qual nós combatemos, há de inspirar ao mesmo tempo que terror aos nossos adversários, ânimo e coragem ao partido abolicionista brasileiro. Não há, senhores, no mundo inteiro atualmente um ponto onde se esteja realizando uma obra maior, mais universal, mais cheia de interesse para a humanidade do que a que empreendemos no Brasil em favor da liberdade de um milhão e quinhentos mil escravos. (*Aplausos repetidos.*)

Está ali, senhores, outra dessas reuniões em que eu desacreditava o Brasil e o fazia descer na estima do mundo! Singular resultado o que eu obtinha, esse de arrancar tais expansões aos homens de coração que me ouviam, do fazê-los identificarem-se comigo, de aliarem a sua pátria com a minha num mesmo sonho de liberdade e de engrandecimento para ambas. (*Sensação e aplausos.*)

Agora passemos à Inglaterra, com a qual principalmente se me associa, no que se me faz grande honra, porque a admiração que sinto pela raça anglo-saxônia, pelo que ela tem feito pela liberdade humana, pela parte com que ela entra para a civilização moderna, é o que eu só vos posso expressar, dizendo que ela aumenta em mim o sentimento da minha dignidade pessoal e do meu respeito próprio. Sim, senhores, é na Inglaterra que se compreende que majestade, é a expressão própria, pode encerrar-se neste simples título que em outros países não vale nada de cidadão: só o inglês sente renovado em si o orgulho com que nos grandes dias de Roma ainda o plebeu da Urbs exclamava: *Civis Romanas Sum!* em todos os outros países parece que falta alguma coisa à dignidade desse título! (*Muito bem!*)

Diz-se, senhores, que para tornar o meu nome popular entre a *Anti-Slavery Society*, a célebre sociedade abolicionista de Londres, não duvidei difamar o Brasil. É sempre a mesma história, mas a verdade é muito diversa. Antes de partir para Londres eu já era muito conhecido da *Anti-Slavery Society*, já tinha recebido dela uma honrosíssima mensagem de agradecimento por um dos atos da minha carreira de que mais me prezo. Seria por ter denunciado algum crime da escravidão cometido por brasileiros? Não, senhores, foi por ter denunciado a maior conspiração que jamais houve neste país para privar escravos da sua liberdade legalmente adquirida. Digo a maior conspiração porque como atentado público seria impossível

descobrir-se coisa comparável à violação da Lei de 7 de novembro de 1831 e à redução ao cativo de um milhão de africanos livres. Mas conspiração contra a liberdade, nunca houve em nosso país nada igual a que eu denunciarei em 1880 da tribuna da Câmara. Quem eram os conspiradores? Seriam brasileiros? Não, senhores, foram ingleses. (*Aplausos.*)

Uma companhia inglesa de mineração no Brasil, a do Sr. João d'El-Rei, comprou, em 1845, todos os bens de outra companhia também inglesa, chamada de Cata-Branca, e entre esses bens estavam 384 escravos que ela se comprometeu a alforriar quatorze anos depois, isto é, em 1859. Pois bem, de 1859 a 1879, quando tomei a palavra na Câmara, esses homens legalmente livres ficaram todos, exceto os que morreram no cativo e estes em número de 262, mantidos em estado de escravidão pela companhia inglesa.

Não há fato semelhante em nossa história! Eu denunciei-o com todas as forças como um ultraje tanto ao nosso país como à Inglaterra, e foi essa denúncia coroada pela liberdade dos que restavam daquele grande número de vítimas de uma conspiração sinistra, que a *Anti-Slavery Society* me agradeceu como um serviço à humanidade. (*Aplausos.*) Longe, pois, de captar-lhe as simpatias detraindo do meu país, foi por uma acusação vigorosa e sem atenuação do procedimento de súditos ingleses (*adesão geral*) que mereci a estima daquela sociedade ilustre e desinteressada que trabalha pela causa da humanidade em todos os países e que tendo conseguido a liberdade dos escravos ingleses não descansou ainda, e continua a lutar para conseguir a dos escravos cubanos, brasileiros, egípcios e muçulmanos. (*Aplausos.*) Eu penso e sinto como ela; sou inimigo da escravidão em todas as partes do mundo, e muito mais do que em qualquer outra no meu próprio país. Não reconheço pátria à escravidão, fique isto bem claro, eu que peço que todos os escravos tenham uma pátria. (*Longos aplausos.*)

Em Londres, meus senhores, a *Anti-Slavery Society* fez-me uma manifestação pública, que o seu presidente, um filho do grande Buxton, comparou à que tinha sido feita ao imortal abolicionista americano, William Lloyd Garrison. Sim, se eu denunciarei a escravidão brasileira em Londres, Garrison, Frederick Douglass, Beecher e a autora benemérita de *A Cabana do Pai Tomás* também foram à Inglaterra denunciar a escravidão norte-americana! (*Adesão.*) Mas, eis como eu terminava o meu discurso no Charing Cross Hotel:

“Nós combatemos como outrora combateram Sharp e Clarkson, Wilberforce e Buxton, pelo renome da nossa pátria e pelo seu progresso moral; estamos fazendo todos os esforços para realizar a obra para a qual apontam todas as aspirações nacionais. Qualquer que seja a opinião do presente, nós conhecemos a do futuro. Nossos humildes nomes serão esquecidos; mas a obra será perpétua, porque ela é o complemento dos esforços do século XIX, que declarou a escravidão a mais flagrante violação de todos os deveres do homem para com qualquer dos seus grandes ideais, quer se denominem Deus, Pátria ou Humanidade, e dessa obra posso falar com orgulho perante vós e o mundo inteiro, porque não é a conquista de um só homem ou de um só partido, mas da nação inteira, senhores e escravos, contentes por verem a aurora de uma nova vida encerrar o longo período da escravidão – de modo que o Brasil, depois de três séculos de cativo, possa dizer à raça infeliz, à qual ele tanto deve, nas palavras do vosso poeta:

“Começa o dia a romper e a noite fugiu!” (*Aplausos.*)

Ali em Londres a minha passagem só tinha um efeito: aproximar ainda mais os abolicionistas de todos os países. Guardo dessa viagem as mais gratas recordações, tantos foram os testemunhos de simpatia pela nossa causa e pelo progresso do Brasil que eu recebi; nenhum deles, porém, me foi mais honroso do que uma carta do veterano da cruzada abolicionista inglesa, o Sr. Joseph Cooper, que me escrevia de seu leito de morte: “O meu tempo neste mundo está se aproximando do seu termo e eu olho para o país onde o homem da terra não há de mais oprimir. Não vos surpreendereis disso quando eu vos disser que fui na mocidade um humilde, mas ardente auxiliar de Clarkson, de Wilberforce e dos seus colaboradores, os que abriram caminho à liberdade e à justiça. Que a bênção do Altíssimo e daquele que veio proclamar a liberdade dos cativos esteja convosco e com os vossos trabalhos, é o meu voto e a minha oração”.

Terminada a minha visita à Inglaterra, eu tinha que voltar ao Brasil. Para mim, a dissolução era certa, mas não tendo sido decretada desde logo, a reunião da assembléia geral devia ter lugar em maio. Foi somente em Pernambuco que tive a notícia da dissolução. Querendo estar no Rio para a sessão de 1881, não pude demorar-me em Paris. Senti muito, senhores, porque dentro de poucos dias teria lugar o banquete comemorativo da abo-

lição nas colônias francesas e o veterano e glorioso abolicionista a quem é principalmente devido aquele ato, o Senador Vítor Schoelcher, instava para que eu estivesse presente. Mas a minha passagem não foi sem efeito. Eu dei informações ao Sr. Schoelcher sobre os nossos esforços, e o banquete de 5 de maio de 1881 foi todo uma animação à nossa obra. O Sr. Schoelcher apresentou um voto de simpatia aos abolicionistas do Brasil e Gambetta saudou a abolição no mundo. “Eu vim aqui”, disse o estadista da Terceira República, “associar-me com todos os meus amigos em favor de uma causa já ganha, ao menos pela França; de uma causa abraçada por todos os espíritos generosos tanto em Espanha como na Inglaterra, na América do Norte como na do Sul e que há de em breve ter unanimidade em todo o globo habitado.” (*Aplausos.*)

Está aí, senhores, longamente contada a história da minha viagem à Europa. Vós a vistes em suas linhas principais: uma viagem de descanso convertida em uma peregrinação abolicionista, as simpatias do mundo chamadas a nós; em Portugal a aproximação de dois povos, em Madri a das duas Américas, na Inglaterra a de dois mundos, para a abolição da escravidão na Terra, e no meio de tudo nem uma palavra contra o Brasil, pelo contrário, em toda parte votos ardentes pelo nosso triunfo proclamado como a vitória nacional por excelência.

Eu sei que há muito quem se acredite mais patriota do que eu porque, enquanto dissipam em Paris fortunas representadas por escravos, ou calam-se sobre as nossas instituições ou descrevem o Brasil como o paraíso dos escravos e a escravidão como um estado melhor do que o proletariado europeu. Há, porém, diversos modos de ser patriota, e eu represento um estado de consciência moral diverso do de quantos se habituaram à escravidão ao ponto de não sentir mais, desde o último dos seus protegidos até ao mais alto! (*Aplausos.*)

Voltando ao Rio, meus senhores, em maio de 1881, eu tinha que preparar-me para a campanha eleitoral. Eu sabia que não seria eleito por parte alguma, mas era do meu dever dar batalha. Na Câmara eu renunciara o apoio dos meus amigos de Pernambuco. O Barão de Vila Bela pediu-me uma vez, quando o Ministério Sinimbu reorganizou-se com a entrada dos Srs. Sodré e Moreira de Barros, que, se eu achasse compatível com a minha dignidade, cessasse a oposição que fazia ao gabinete para não criar dificul-

dades na província ao grupo que ele dirigia e que era então o perseguido. Respondi ao meu ilustre amigo que não se tratava da minha dignidade, mas que minhas convicções me obrigavam a aumentar até a força de meu ataque ao ministério, como ia fazê-lo naquela mesma sessão; que ele, portanto, não me considerasse em seus cálculos políticos e dissesse aos ministros que nenhum poder tinha sobre mim e não devia portanto sofrer por minha causa. Eu tinha em vista essa conversa, essa renúncia do presente pelo futuro, quando a noite, numa sessão majestosa em que ministros e maioria abandonaram os seus postos e a minoria e o povo encheram literalmente o recinto da Câmara, dirigindo-me ao Sr. Leôncio de Carvalho, ministro demitido, disse-lhe: “Nós que somos moços tenhamos sempre diante dos olhos o exemplo de Alexandre ao partir para as suas remotas conquistas da Ásia, dividindo as suas províncias, cidades e riquezas entre os seus amigos e respondendo a um deles que lhe perguntava: – Mas o que reservas para ti? – A esperança! A vez das nossas idéias há de chegar!” Essa esperança era longínqua, entretanto! Tendo renunciado o apoio do grupo Vila Bela e sendo visto com frieza pelo outro grupo que era nesse tempo ardentemente ministerial e se preparava para destruir o contrário, apenas dissolvida a Câmara, eu, que nenhum interesse tinha em assistir a tais proscricções no seio do partido nem em pertencer a uma das duas facções inimigas, desisti desde logo de pedir nas futuras eleições o apoio de qualquer delas. Sob o Ministério Saraiva, a divisão continuou chegando ao auge nesse lamentável acontecimento da Vitória, e, portanto, ainda sob aquele ministério que fez a eleição vi-me impossibilitado de ser candidato por esta província, não querendo sê-lo de um grupo. Também eu só podia apresentar-me pela capital e nesta não podia pensar em tornar-me adversário do Dr. José Mariano, e não devia, por muitos motivos, impugnar a eleição do Dr. Costa Ribeiro. Foi em tais condições que me apresentei pela corte, que por ser o município neutro não pertence a província alguma e por ser a capital do Império e o centro da nossa vida nacional daria à batalha abolicionista a maior repercussão. Mas eu não podia então ser eleito pela corte; depois dir-vos-ei porque não podia tampouco ser eleito agora. A idéia abolicionista representava naquela época uma simples agressão; não tinha chegado a ser aceita pela consciência nacional. O Partido Liberal não a levava em conta, e portanto apresentando-me em nome dessa idéia eu apresentava-me fora do partido,

com os recursos apenas dos votos abolicionistas. Mas mesmo entre estes a educação não estava feita. A intuição nova que leva hoje os republicanos a sustentarem o abolicionismo não havia ainda aparecido, e os republicanos iam votar por um candidato próprio. A isso era preciso acrescentar a minha atitude. Na minha circular declarei que não pediria votos por favor. Citei essa frase de Macaulay: “Espero ainda ver o dia em que o inglês considere uma afronta tão grande ser cortejado e adulado na sua qualidade de eleitor como considera o ser na sua qualidade de jurado”.

Nessa ocasião, o Sr. F. Otaviano, movido por um nobre impulso qual o de salvar a eleição do filho de um seu antigo companheiro de oposição do perigo em que estava por se ter colocado no terreno da emancipação, entrou em campo a meu favor com uma circular da qual destaco este trecho para meditação de alguns liberais que vêem inconveniente na eleição de uma minoria francamente abolicionista: “Combate-se a sua candidatura alegando-se o ardor com que se dedica à solução de um grande problema social e às idéias que a sua consciência lhe impõe. Mas esse ardor é prova da energia de seu caráter e da sinceridade com que procede. Arredar tais caracteres do teatro natural das lutas, razão e da ciência política, não é promover o bem público, nem desejar que triunfem essa razão e essa ciência. É, pelo contrário, converter a Câmara dos Deputados em claustro de resignação, silêncio e frieza. É levantar de encontro à Câmara dos Deputados outros centros mais poderosos de ação sobre a sociedade, porque terão o prestígio e a garantia da liberdade de controvérsia no exame e discussão dos assuntos vitais para o Brasil”. (*Muito bem! Muito bem!*)

Tendo colocado francamente a minha candidatura no terreno da abolição, terminei assim a minha circular:

“Não tenho ambição política: sei que não houve um só homem dos que serviram lealmente ao país, desde os Andradas, para quem deixasse a vida política de ser uma série contínua de amarguras e tristezas. Compreendo, porém, que tenho atualmente no Parlamento, onde o nome que represento apareceu sempre desde as Assembléias do primeiro reinado, um papel que desempenhar na causa com a qual me acho identificado, e só por isso cumpro um dever de honra sujeitando-me aos vossos sufrágios. Se os merecer, senhor eleitor, terei nisso uma grande satisfação pelo benefício que vossa escolha traria para uma população inteira de enjeitados sociais, que

deviam ter de direito uma voz no Parlamento, como os acusados têm um defensor *ex officio* perante a Justiça. Se, porém, não for eleito, deixarei sem pesar a vida política porque, se durante o domínio liberal não achei meio de continuar nela, foi tão-somente para não confundir a pátria com a escravidão e por ter procurado a todo custo separar uma da outra.”

A minha frase – deixarei a vida política – foi mal interpretada; eu quis dizer somente – deixarei a carreira política.

Perdida a eleição, cumprido o dever de dar batalha, eu tinha que pensar em viver. Eu havia passado um ano inteiro sem poder ocupar-me de mim mesmo, absorvido, de dezembro a maio, pela viagem de que vos falei, e de maio a dezembro nos trabalhos da minha candidatura. Esse ano representava pois para mim um grande sacrifício, como este de 1884 também representa, porque desde abril deixei de vencer qualquer dos meus ordenados, tendo vindo ao Brasil para auxiliar num momento que me pareceu oportuno, e não podia sê-lo mais, o movimento abolicionista, e tendo ficado para tratar da minha eleição. Mas, dizia eu, era chegado o momento de pensar em mim, de aceitar uma ocupação qualquer, de dar uma direção a minha vida.

Foi então que se me ofereceu o lugar de correspondente do *Jornal do Commercio* em Londres. No mesmo dia em que fui derrotado, recebi um telegrama da Europa que me dizia: “Venha”. No dia 15 de dezembro de 1881 parti para meu posto e a 9 de janeiro do ano seguinte mandei a primeira dessas correspondências de Londres que continuei a escrever durante dois anos.

Aqui, senhores, permiti que me ocupe dessa magna questão da minha ausência em país estrangeiro, ou do que se tem chamado e se deve chamar o meu exílio. A este respeito só devo explicações aos meus amigos, ao meu partido, e o modo pelo qual ele me acolheu prova que essas explicações lhe parecem desnecessárias, tão justificado me acho eu pelos próprios acontecimentos.

A certas acusações que me foram feitas, um dos abolicionistas a quem o movimento mais deve e que pela sua inteligência e eloquência esteve sempre à frente dele, o Sr. José do Patrocínio, respondia desta forma:

“A retirada do Dr. Joaquim Nabuco para a Europa é, no meu modo de entender, uma das provas da sua grande inteligência e tino políti-

co. – Vencido nas urnas, o Dr. Joaquim Nabuco só poderia viver no Brasil com inteira independência. – Todo o mundo sabe que S. Ex^a não é rico. Devia, portanto, trabalhar, mas de modo a manter a mesma posição que tinha anteriormente. – A sua profissão é advocacia. – Ora, nesta profissão o Dr. Joaquim Nabuco tinha logo como obstáculo a animosidade dos homens de fortuna. – Estes com certeza não lhe entregariam causas, porque seria tanto como hospedar um inimigo que não podia deixar de feri-los...

Restava-lhe a imprensa.

Podia ele servir-se desse instrumento para subsistir? Quem o contrataria?

Qual dos jornais ricos teria a coragem de assumir a responsabilidade do seu nome na redação?

Falo com experiência de quem muitas vezes viu fazer a conta dos assinantes perdidos...

O que ficaria aqui fazendo Joaquim Nabuco?

O *Jornal do Commercio* tinha uma vaga de correspondente em Londres – Joaquim Nabuco se propôs a preenchê-la.

Fora do Brasil, quando nenhum serviço prestasse à atividade da propaganda abolicionista, prestaria à sua pátria o grande serviço de conservar imaculado o seu caráter.

Optou, portanto, pelo exílio.”

Os que me atacam por ter partido fazem-me a honra de considerar-me uma força em política. De outro modo a acusação não teria procedência. O que eles não queriam é que essa força se destruísse a si mesma, nem se diminuísse. Pois bem, eu depois da minha derrota convenci-me de que o meio de manter isso que eles chamam força era retirar-me por algum tempo do país. Senhores, eu não me considerava chefe do partido abolicionista, mas apenas um homem que tivera a fortuna, por falar do Parlamento, de chamar a atenção do país para o mais sério dos seus males. Esse homem não tinha soldados às suas ordens, tinha companheiros tão livres de ação como ele mesmo.

O que ele podia fazer de melhor e mais útil pela sua causa era nada dever à escravidão, nada aceitar da escravidão. O meu dever era guardar a minha liberdade de ação, estar sempre em posição de externar meu pensamento e de dizer a verdade ao governo. Isto me impedia de ser fun-

cionário público, mas por isso mesmo eu não podia viver sem dignidade e sem independência. Pelo contrário. A minha obrigação era outra: era fazer de minha vida um protesto contínuo contra a escravidão, como para tomar um exemplo ilustre e que teria sido em vão se não determinasse procedimentos como o meu, Vítor Hugo fez da sua contra o Império. Na Europa eu não ia ficar inativo. O meu meio de ação era a palavra e a pena. Não podendo falar – e quem falou no Parlamento sente sempre um vácuo relativo em torno das outras tribunas, porque nas outras não pode ser ouvido da nação inteira –, eu escreveria, e aí está o meu livro *O Abolicionismo*, o serviço maior que eu pessoalmente podia prestar à nossa propaganda. Não é só isto; de Londres eu não ia perder de vista a escravidão, pelo contrário, ia ter olhos tão-somente para ela, e aí está, a prova nesse grito de alarma que dei antes de todos contra a venda de ingênuos em hasta pública, grito que pôs termo a esse novo mercado de escravos livres. Ainda mais, senhores, no estrangeiro eu mantinha o ardor dos nossos companheiros de luta dando aos seus esforços a notoriedade européia e associando a opinião do mundo aos elementos de ação com que eles contavam. Não se me pode acusar por isso. O visconde do Rio Branco mesmo o disse. “Hoje”, são as palavras dele, “os povos estão em comunicação mais freqüente entre si do que há anos estavam as diferentes frações de uma mesma nacionalidade. Não podemos encerrar-nos dentro de uma muralha da China e dizer: (Não nos importa a opinião estrangeira; prevaleçam por toda parte a moral, a religião, as verdades da ciência política e da economia; os exemplos do mundo civilizado não podem influir sobre nós; não nos devemos importar com eles”!)

Sim, posso dizer que o movimento abolicionista nada perdeu com a minha ausência, que eu adquiri para servi-lo no momento oportuno forças que não teria se me não houvesse expatriado, e que só me expatriei para manter-me independente da escravidão. (*Muito bem!*) Quanto ao meu posto, no combate das idéias, não é preciso estar no meio da ação para prejudicar o inimigo. Os espelhos concêntricos de Arquimedes queimavam de muito longe os navios romanos. (*Bravos!*) O livro, a animação, o golpe intelectual e moral atuam de qualquer distância! Além disso, senhores, o papel de um chefe abolicionista, se nós tivéssemos um, e precisássemos de um, quando pelo contrário precisamos não ter nenhum, não podia ser sempre na corte; não é lá que se está fazendo a verdadeira abolição; é nas

províncias. (*Apoiados.*) A corte é refratária e lá não se tenta coisa alguma. Em compensação, as províncias estão se queimando para purificar-se, uma a uma, na chama sagrada que as atrai. O chefe abolicionista deverá estar não no Rio somente, mas no Ceará, no Amazonas, no Rio Grande do Sul e assim por diante. A descentralização do movimento abolicionista que eu tinha previsto justificou-me assim completamente. (*Adesões.*)

A força centrífuga multiplicou a velocidade da nossa carreira para o futuro. Eu era um homem político, e a voz tinha chegado dos homens de ação. Eram estes que podiam tornar a abolição um fato consumado no País antes de o ser na lei. A minha ausência favoreceu antes do que prejudicou o movimento, dando-lhe maior liberdade do que ele teria se se limitasse acompanhar-me. Nós não precisamos de chefes, nem de táticas, nem de consistórios... temos uma opinião que cresce, somos um partido livre e aberto a todos. (*Aplausos.*)

Eis aí as razões pelas quais parti. No exílio, meus senhores, a minha história é muito simples. Eu escrevia as correspondências do *Jornal do Commercio*, correspondências em que procurava fazer uso de todos os fatos do progresso material, moral e econômico do mundo, para esclarecimento dos nossos estadistas; escrevia para *La Razon*, jornal de Montevideú, estudos políticos, e respondia a consultas sobre questões de Direito brasileiro. Mesmo na advocacia proibi-me do modo o mais severo, pelo que mais de uma vez rejeitei comissões, que teriam tentado outros, tudo o que se relacionasse com dinheiros públicos ou favores da administração, desejoso de nunca receber um centil que importe em agravo das responsabilidades do Tesouro. (*Apoiados.*) Apesar dessa vida, da qual tenho numerosas testemunhas, do mais requintado escrúpulo que já teve homem público em qualquer país ou qualquer tempo, a calúnia ousou ferir-me na minha reputação.

O Sr. Andrade Figueira atreveu-se a dizer que eu recebia uma subvenção do governo. O *Jornal do Commercio* desmentiu logo essa calúnia. Eu entendi que bastava referir-me a ela com o desprezo que merecia da parte de um homem, cuja consciência, se tivesse preço, o teria pelo menos tão alto quanto a do Sr. Andrade Figueira. (*Sensação.*)

“O que me interessa agora é o destino que terá tido essa gratificação”, escrevi eu. “Tais gratificações, para produzirem o seu efeito e serem

apreciadas pelos donatários, devem ser levadas ao conhecimento deles sob uma forma tangível, e estou ainda sem notícias da soma e do fim dessa generosidade a mim feita. (*Riso.*) Não sei mesmo se foi no Ministério do Sr. Saraiva, ou no do Sr. Martinho Campos, ou no do Sr. Paranaguá, ou no do Sr. Lafayette que foi votada. É da natureza dessas transações serem secretas, mas o segredo não deve ir ao ponto de não serem reveladas ao indivíduo que faz objeto delas. Dê-se, pois, o Sr. Andrade Figueira ao trabalho de verificar a quanto sobem os atrasados que me são devidos, e eu terei ocasião de oferecer essa quantia e as que lhe acresçam, em nome do ministro que me tiver feito tão grande honra, para aumentar a recompensa nacional ao Sr. Dr. Lacerda, descobridor do antídoto do veneno ofídico. (*Hilaridade. Aplausos gerais.*)

Dizem que no meu exílio ainda difamei o Brasil. Só me ocupei da escravidão nas seguintes vezes:

Primeira, quando fui a Milão, ao Congresso Jurídico Internacional, de 1883, propor uma série de artigos condenatórios da escravidão perante o direito das gentes. Esses artigos foram unanimemente aclamados pelo Congresso, não é dizer pouco, senhores, em favor deles porque figuravam no Congresso alguns dos maiores propagandistas da unificação e do progresso moral do direito.

Estavam ali, além de outros, o Sr. Henry Richard, o apóstolo da paz e do arbitramento, o eminente professor Gabba da Universidade de Pisa, o deputado italiano Pierantoni, professor de direito internacional da Universidade de Roma, o professor Olive, de Modena, o presidente do tribunal da relação de Hamburgo, o Sr. FK Sierweking, o Sr. Fioria-Goria, o notável jurisconsulto de Turim, Sir Travers Twiss, uma das autoridades inglesas de lei internacional. Vós ides ouvir as proposições votadas e que por ordem do Congresso foram comunicadas aos embaixadores e ministros de todas as potências da Europa, América e Ásia. As proposições foram estas:

1º A Assembléia declara que segundo o direito internacional o tráfico dos negros equivale à pirataria.

2º Sendo a escravidão contrária ao direito natural, qualquer nação pode, segundo o direito internacional, recusar-se a reconhecer aquela instituição, quer nas pessoas dos estrangeiros, que habitam no seu território, quer nas pessoas de seus próprios súditos, que a estabeleçam em país estrangeiro.

3º Toda cláusula, em qualquer tratado internacional, em virtude da qual um Estado se obrigue a restituir os escravos refugiados no seu território, não é válida perante o direito internacional.

4º Todos os Estados devem proibir a seus súditos possuir, comprar ou vender escravos em país estrangeiro e ter parte em qualquer negócio ou empresa de tal gênero ou em contratos tendo por objeto os escravos.

5º O ex-escravo, cuja extradição for pedida, não deve ser entregue senão nos casos e nas condições em que se reclama um homem livre. A extradição não se realizará se o escravo tiver de ser julgado por outros juízes, ou condenado a outra pena, a que não estiver sujeito um homem livre.

Isto mostra que eu advogava a causa da humanidade, e a causa do Brasil não pode ser contrária a essa. (*Aplausos.*)

No banquete da municipalidade, se tomei a palavra, foi chamado pela imprensa milanesa e o meu brinde à Itália foi uma aclamação ao Brasil. Mostrei que nós estávamos como a Lombardia em cuja capital eu falava, nas vésperas da unificação do país. Mas na Itália tratava-se de expulsar o estrangeiro e de reunir os fragmentos da grande nação apenas unidos pela língua do Dante – esse eterno juramento de fidelidade à pátria italiana. No Brasil, a unificação era outra; os opressores e os oprimidos formavam um mesmo povo, só havia entre eles um crime. (*Sensação.*)

A segunda vez que me ocupei da escravidão foi escrevendo ao *Times*.

Dirigi-me duas vezes ao *Times*, comunicando uma a libertação da Fortaleza, e outra, a do Ceará.

Eis o que eu dizia ao *Times*, quanto à libertação da Fortaleza: “Estou certo que o efeito desse acontecimento que nos promete a nós, brasileiros, antes de muitos meses uma província de solo livre, será apressar o dia em que o nosso país venha a livrar-se da atmosfera tórpida que pesa sobre ele. Consenti, pois, que eu saúde no *Times* o advento à liberdade de uma grande área e população do Brasil (referia-me ao Ceará), destinada a ser o centro de formação de uma nova pátria, que podemos ver desde já deixando a forma rudimentar e atrasada da escravidão pela estrutura ativa e sempre em crescimento da liberdade”.

Eis agora como eu anunciava a liberdade da província: “Estou certo que muitas pessoas na Inglaterra ouviram com alegria a grande nova que hoje enche o coração de cada brasileiro. A escravidão ainda existe entre

nós em sua forma menos disfarçada e mais repulsiva. Não careço dizer-vos quanto nos envergonhamos de ser uma tal exceção no mundo civilizado, mas tenho orgulho de poder acrescentar: o acontecimento do Ceará mostra – e outros fatos que já estão projetando a sua sombra diante de si hão de completar a prova – que nunca, em toda a história de países de escravos, povo algum mostrou, dentro da própria área da escravidão, um sentimento nacional tão forte contra esse regime como o Brasil nestes cinco anos”. (*Prolongados aplausos.*)

Fora da má-fé ou da ignorância, não há dois modos de julgar essa linguagem. (*Novos aplausos.*)

Mas, senhores, eu não posso dizer-vos do entusiasmo que despertou em mim o telegrama que com esta simples palavra *Triunfo* me anunciou a libertação do Ceará! Pelo que sentistes no dia 24 de maio imaginai o que eu não devia ter sentido no estrangeiro. À libertação da Fortaleza nós, brasileiros residentes ou de passagem em Londres, demos um banquete comemorativo. Ides ver que a nossa festa, de brasileira que era, tornou-se sul-americana.

“Antes de concluir”, dissera eu no meu brinde ao Ceará, “não deixarei de externar um pensamento que me ocorre por estarmos aqui tão perto, quase à sombra da Abadia de Westminster. Fui talvez o único estrangeiro de raça latina que teve a honra de acompanhar o cortejo mortuário de Charles Darwin. Não posso esquecer que há quase meio século deixando o Brasil ele escreveu estas palavras: “Deixo agora as praias do Brasil. Agradeço a Deus, e nunca mais hei de tornar a visitar um país de escravos”. O naturalista sentia-se fortemente atraído pelo país, mas o homem era repellido pela escravidão!

Se ele pudesse ter conhecimento desta nossa reunião e soubesse o que ela representa, veria que, pela mesma evolução da qual ele descobriu as leis, o Brasil transformou-se desde então de um povo de senhores e escravos em um povo de dez milhões de homens livres. A escravidão ainda existe, mas a nação divorciou-se dela. O que era o interesse de todos tornou-se o monopólio de poucos, e fatos como o do Ceará hão de apressar-lhe a queda. O que falta ao Brasil para consegui-lo é confiança no trabalho livre e no poder orgânico da liberdade; porque quando essa resolução aparecer e ele queimar os navios apodrecidos em que a escravidão veio da África, há

de achar-se, como Cortez, na posse de um novo mundo de incomensurável grandeza e inesgotável opulência.”

O Ministro argentino em Londres, D. Manuel Garcia, trouxe para o nosso festim a nota da simpatia argentina lembrando a fraternidade da Aliança. Ele podia acrescentar que a Guerra do Paraguai, como o confessou Rio Branco, foi um dos fatores da lei de 28 de setembro.

“Como argentino, aplaudo os esforços generosos de quantos têm cooperado”, disse ele, “para extirpar do Brasil essa mancha de sua bandeira. Esta tremulou unida à Argentina defendendo causas nobres e generosas, e me honro em expressar aqui no meio de brasileiros meu voto pela amizade de ambos os povos, chamados a grandes destinos, cultivando a paz, explorando seus inesgotáveis recursos, aumentando a instrução, o comércio e a indústria pelo trabalho livre, pelo comércio livre e pelas instituições liberais.” (*Aplausos.*)

Também o representante do Chile não deixou de fazer ouvir a voz da forte e viril República do Pacífico, a mais rija, a mais compacta e a mais perfeita de todas as organizações sociais da América do Sul.

“Não, senhores”, disse ele proclamando a hegemonia do Brasil, “não pode ser um país de escravos aquele que pela sua posição geográfica, pela extensão do seu território, pela riqueza do seu solo, pelo nobre e generoso caráter de seus habitantes, está chamado a ser o paladino da América Latina em presença da Europa civilizada.” (*Aplausos.*)

Levantando o último brinde não pude deixar de acentuar a espontaneidade com que a festa abolicionista brasileira se convertera numa demonstração, na Inglaterra, de solidariedade americana.

“A emancipação dos escravos”, disse eu, “é o princípio apenas de um programa, que compreende o desenvolvimento das relações pacíficas e cordiais sobretudo com a América, a educação moral e intelectual do povo, a criação de forças sociais de progresso, e tudo isso quer dizer a mais estreita união da América com o Brasil.

Nós temos pressa de acabar com a escravidão, porque temos pressa de adaptar o organismo nacional à liberdade, que deve ser a atmosfera de todo o novo mundo.

A emancipação dos escravos entre nós quer dizer um progresso para toda essa região, e, por isso, estou certo de propor um brinde, que

interessa imediatamente a todos os presentes, brindando à emancipação total dos escravos no Brasil, ao fim da escravidão na América. (*Calorosos e continuados aplausos.*)

Está aí, senhores, mais uma dessas festas, não sei por que não as chamam de orgias e bacanais – haveria a mesma plausibilidade – em que eu procurava rebaixar a minha pátria no estrangeiro!

Em abril deste ano, de 1884, voltei para o Brasil chegando ao Rio a 18 de maio. Ao pisar a terra da pátria, gravemente doente, vi que o meu nome não havia sido esquecido. A Assembléia provincial das Alagoas, fazendo-me uma honra de que não havia precedente nos anais das Assembléias provinciais, chamou-me a tomar assento à sua Mesa e permitiu-me agradecer-lhe essa demonstração inolvidável. Na Bahia, os abolicionistas festejaram a minha passagem por meio de numerosas cartas de liberdade. No Rio, apenas desembarcado, e muito sem forças, entrei logo em campanha. A situação era má, mas eu pressentia que em breves dias tudo estaria mudado. Logo depois o Ministério Dantas havia subido e eu estava a postos para sustentar esse ministério, que é nossa conquista e nossa criação e que representa a idéia abolicionista no poder. Sustentei-o na imprensa com numerosos artigos assinados Garrison, que estou certo foram de algum proveito para o gabinete; sustentei-o na tribuna popular em mais de um discurso, e em mais de um lugar, no Teatro Politeama do Rio, como no Teatro São José de São Paulo, como no Teatro Santa Isabel do Recife, e agora sustento-o ainda defendendo a minha eleição que será antes de tudo a vitória do Gabinete 7 de Junho, isto é, da nova situação que ele criou e que está sendo chamada por todos pelo seu verdadeiro nome – de situação abolicionista. (*Repetidos aplausos.*) Pensei apresentar-me pela corte onde amigos influentes ofereciam-me sustentar a minha candidatura em mais de um distrito, mas o poder da escravidão no Rio é muito grande, e eu não tratava mais, como em 1881, de dar uma batalha perdida de antemão, somente para afirmar um princípio, mas, sim, de ter um lugar de combate no Parlamento. Em vez de pensar em aceitar uma das diversas candidaturas que me eram generosamente oferecidas, não pelo governo, mas pelos próprios candidatos, pensei então em vir a Pernambuco. Animava-me a esperança de que poderia localizar a minha eleição neste primeiro distrito, continuando no Parlamento a represen-

tar a minha província, e não outra, e da província, a capital que é o seu cérebro, o seu coração, a sua vontade. As circunstâncias me favoreceram, o meu nome foi aceito e estou hoje pleiteando a minha eleição conforme todos os meus precedentes, à luz da mais clara publicidade, com as mesmas idéias que defendi no Parlamento, sem iludir ninguém, para não atraíçoar ninguém. (*Adesão geral.*)

Eis aí a minha história, senhores, a história de seis anos determinada, dia por dia, em cada um dos seus acontecimentos pelo mandato que me conferistes em 1879. Foi esse mandato que deu à minha vida a direção que ela tem tido, por forma que eu posso dizer que, mesmo no estrangeiro, era ainda o representante de Pernambuco. (*Prolongados aplausos.*)

Apresento-me aos vossos sufrágios, com a minha carreira toda diante dos vossos olhos. Acreditai-me que me sinto altamente recompensado. Eu cheguei à única posição que podia tentar-me: a de um simples particular que é escutado por todo o país. Na Câmara ou fora da Câmara, no Brasil ou na Europa, julgo pertencer hoje a um Parlamento maior e mais alto do que a Assembléia Geral, o Parlamento da opinião. (*Aplausos.*) Enquanto eu proceder como tenho procedido, estou certo que terei votos bastantes da parte inteligente, desinteressada e livre do país para ocupar um lugar naquela Assembléia. (*Novos aplausos.*) Não viso nesta questão da emancipação glória pessoal. Permiti que eu vos repita o que disse a tal respeito em São Paulo: “Há na *Odysseia*”, disse eu, “um episódio que pode servir-nos de parábola, a nós abolicionistas. É Ulysses dizendo a Polifemo que se chamava Ninguém, e depois o Ciclope com a papuda abrasada, atrojando os ares com os gritos da sua categoria e respondendo aos gigantes que lhe perguntavam quem lhe causara tais sofrimentos e lhe arrancava tais clamores no sossego da noite divina.” Foi Ninguém. “Se não é ninguém, respondiam os ciclopes, se estás só, não te podemos valer contra o golpe com que Júpiter te fere!” Senhores, não é nenhum de nós que mata a escravidão, é o espírito do nosso tempo, e por isso o nome do verdadeiro abolicionista é Ninguém; e eu não quero outro para mim nesta causa. (*Sensação, salva de palmas.*) Sim, senhores, o que eu desejo é que depois da luta terrível entre abolicionistas e escravocratas a emancipação seja realizada entre as alegrias da nação, e que nós todos, como os atenienses para conciliar as divindades

inimigas, levantemos no lugar da discórdia o altar do Esquecimento. (*Prolongados aplausos.*) Mas nós abolicionistas, dando uma pátria ao escravo, damo-lo a nós mesmos, e é por isso que esta luta não se nos afigura menos sagrada do que uma guerra em defesa do nosso próprio território. (*Novos aplausos.*)

Tenho concluído, meus senhores. Não tenho expressões para agradecer-vos a paciência e atenção com que me ouvistes. Tive que falar-vos todo o tempo de mim mesmo, mas espero que levareis a certeza de que não tive em vista uma glorificação, mas só as necessidades da defesa. Sinto-me altamente recompensado de ter vindo a esta província neste ano que representa uma crise nacional. Não volto a ela como um filho pródigo, mas como o soldado firme de uma idéia que esteve sempre no seu posto e que ainda aqui está nele, combatendo. Esta terra querida, como eu a chamei em 1879, restituiu-me, como verdadeira mãe, a saúde, e deu-me por cima a estima, a adesão, a confiança dos meus comprovincianos com uma generosidade e largueza que eu não podia esperar. (*Aplausos.*) O meu adversário tem sobre mim esta grande superioridade: vive na província. Se ele me vencesse, por tal motivo somente, notai bem, eu teria na minha derrota a satisfação de atribuí-la a esse amor entranhado da terra pernambucana, que é a única base sobre a qual Pernambuco pode reconstruir a sua grandeza e o seu futuro. (*Prolongada sensação.*) Mas viver em Pernambuco é apenas um dos meios de demonstrar-lhe amor e dedicação. Há outros, senhores, e um deles, eu tenho esperança, vos parecerá digno de algum reconhecimento: é o do pernambucano que recebendo uma vez o vosso mandato escolheu dentre todas as iniciativas e dentre todas as causas nacionais aquela que poderia conquistar para a sua província maior gratidão do futuro, identificou-se com essa idéia e essa causa na boa e na má fortuna, como deputado e como particular, no país, como no estrangeiro, e só depôs as armas depois de resgatado o território nacional do poder da opressão e depois de proclamado ao mundo inteiro que no Brasil não havia mais escravos!... (*Tempestuosos aplausos.*) Sim, foi esse o meio que adotei para, como pernambucano, desempenhar-me dos deveres de filho desta província. A vitória do meu contendor, colocando a questão puramente neste terreno do provincialismo, seria a vitória do sentimento provincial; a minha, a vitória da iniciativa nacional e do renome liberal de

Pernambuco. Votando por ele preferi Pernambuco à liberdade e ao Brasil; votando por mim fazeis de Pernambuco, da liberdade e do Brasil, uma trindade una e indissolúvel. (*Viva e prolongada sensação. O auditório de pé aclama o orador. Por alguns minutos, depois de haver o orador deixado a tribuna, continuam os aplausos e os vivas.*)

.....

*Discurso Proferido num Meeting Popular
na Passagem da Madalena*

A 16 de novembro

M

EUS senhores, suponho que grande parte dos que me ouvem nesta praça estiveram presentes à conferência que, há poucas horas, tive a honra de fazer no Teatro Santa Isabel.¹ Esses podem avaliar a fadiga que sinto neste momento. Eu não devia, entretanto, adiar para o próximo domingo a reunião convocada para hoje. Já que não vos cansais de escutar-me, espero não cansar de vos falar, agradecendo aos milhares de pessoas que vieram ouvir-me tão longe, e, depois que acabavam de ouvir-me longamente, a adesão de que me cercam em toda parte. Felizmente estou convencido de que o povo pernambucano não precisa mais explicações minhas. Pode haver curiosidade de saber como eu procederei no caso de ser eleito deputado, mas não pode haver a mesma curiosidade em saber o que prometo fazer porque a tenho plenamente satisfeito. (*Adesões.*)

Falo, hoje, no bairro da riqueza do Recife, como domingo passado falei no bairro da miséria. Seja-me permitido dizer que essa riqueza não

1 A terceira conferência, págs. 67 e segs.

parece digna de entusiasmo ou admiração a quem contemplou a riqueza dos povos livres (*aplausos*), a quem descobre o contraste das duas e sabe que este simulacro de opulência com que nos querem deslumbrar não exprime senão a miséria e o aviltamento da Nação brasileira (*muito bem!*), não é senão uma forma ainda dessa pobreza a que estão fatalmente condenadas as nações que não trabalham, mas que fazem trabalhar! (*Aplausos.*)

Sim, senhores, os que têm visto a riqueza dos povos livres, de nações antigas, em que todos trabalham, em que não recai sobre o trabalho a mesma maldição que aqui parece pesar sobre a cor, não podem comparar esta simulação, este fantasma de riqueza que vemos nas nossas grandes cidades, com a verdadeira riqueza, tal como existe nos países que se libertaram do cativeiro e dos monopólios, e onde as forças nacionais são todas aproveitadas para o bem-estar da comunhão, e não paralisadas e desperdiçadas como nos países de escravos. (*Aplausos.*)

Mas, desde que fiz referência ao bairro aristocrático do Recife, devo dizer que são os homens ricos do país os que mais deveriam auxiliar o movimento abolicionista, porque são os que mais interesse têm, interesse material, está visto, em dirigir – e para dirigi-lo é preciso estar disposto a acelerá-lo – aquele movimento. Se não o fazem é porque neles a riqueza não substitui a inteligência e não corrige a ignorância. (*Aplausos.*)

Não é falta simplesmente de patriotismo, porque, se o interesse fosse claro, eles o satisfariam, sendo, como são, muitas vezes os homens do interesse; mas é que esse interesse não se lhes mostra de modo claro e terminante; é que eles não lêem nem estudam, não conhecem o valor das leis sociais de liberdade e igualdade, e por outro lado acreditam que a escravidão está viva, que ela ainda pode produzir benefícios, que ainda pode servir de base à fortuna pública e particular, quando a escravidão está morta tanto como exploração de riqueza quanto como regime social, e sua manutenção importa a ruína e a bancarrota de todos e de tudo. (*Aplausos.*)

Não é de admirar que os homens de capital e de fortuna não vejam senão desastres e perdição fora do navio apodrecido da escravidão em que navegam, quando uma sociedade, que pretende dirigir a lavoura e pôr-se à frente dela, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, não acha como qualificar o Projeto Dantas senão de comunista. Não creio que dessa forma a associação pernambucana, a que me refiro, auxilie a lavoura,

como não creio que a lavoura sustente a tal sociedade. (*Hilaridade.*) Sob a escravidão nem uma nem outra poderiam prestar-se o menor auxílio. Não está no espírito da lavoura escravista auxiliar coisa alguma, e não está ao alcance dos seus diretores espirituais auxiliá-la de qualquer forma. Vede por exemplo o Centro da Lavoura e Comércio do Rio. Os lavradores e comissários do Sul gabavam-se de ter feito na Europa esplêndidas Exposições de Café. Todos acreditávamos que era à custa deles, mas no Rio de Janeiro tive ocasião de descobrir o segredo desse primeiro cometimento de uma classe entorpecida pela escravidão e incapaz de esforço mesmo em proveito próprio. As célebres Exposições de Café do Centro da Lavoura e Comércio eram feitas pelo Ministério da Agricultura sem que o Parlamento tivesse votado fundos para esse fim. Eram pretextos para títulos e condecorações custosamente elaborados à custa da subvenção secreta. (*Sensação.*) Assim, sim; mas fora dos dinheiros públicos a agricultura como classe não realizou ainda coisa alguma, nem em benefício dos seus produtos, nem em benefício do território que possui ou da comunhão a que pertence. É por isso que eu não creio na prosperidade de sociedades fundadas para auxiliarem a agricultura e dependentes da agricultura... a menos que recebam doações do Estado.

Mas, dizia eu, num manifesto recente da Sociedade Auxiliadora, o qual está sendo diariamente publicado nos jornais, mas que, eu creio, não poderá deslocar um único voto mesmo de agricultor em toda a província (*hilaridade*), se diz que o Projeto Dantas é um projeto comunista. Pois bem, eu pergunto: o que quer dizer esta linguagem na boca de homens responsáveis, de homens que deviam medir o alcance de suas palavras? Comunista, por quê? De que forma o projeto introduz neste país a menor sombra de comunismo? Será por que no art. 10 trata de libertar os escravos de 60 anos?

Mas, senhores, em que se contém aí a idéia do comunismo? O Estado não vai tomar esses escravos para reparti-los entre nós; mas para dar-lhes a liberdade a que eles têm direito. (*Aplausos.*)

Qual é o princípio do comunismo? É a negação da propriedade individual. O que é a escravidão? É a negação da propriedade a mais individual que exista no mundo – a propriedade de si mesmo. (*Ruidosos aplausos.*)

Ora, se alguma coisa se assemelha ao comunismo não vos parece que é a escravidão, comunismo da pior espécie – por que é comunismo em proveito de uma só classe? (*Aplausos.*)

Sim, pernambucanos, se há homens que sejam interessados – acreditei bem na sinceridade com que falo –, diretamente interessados na abolição pelo interesse material, como o devemos ser todos pelo interesse da dignidade humana, são os que representam a riqueza acumulada, quer seja a propriedade da terra, quer seja o capital. Esses é que são mais diretamente interessados na abolição, e se não o compreendem é que são tão ignorantes, sinto dizê-lo, na generalidade, quanto se supõem ricos. (*Aplausos.*) Entre tantas instituições úteis imagináveis nenhuma entre nós seria mais proveitosa ao Estado do que uma escola em que se ensinasse aos nossos homens de fortuna os deveres da propriedade e as relações da riqueza particular com as idéias de justiça e de solidariedade e o nível moral da população toda. (*Aplausos.*)

Com efeito, seria um grande serviço o de educar para a comunhão e o patriotismo a esses que representam a propriedade, e que assim representam, na sua maior parte, uma geração que desapareceu, porquanto a propriedade honestamente adquirida no Brasil hoje é adquirida a muito custo, e a que existe é quase toda resto do trabalho de outra época, de outra geração diversamente educada e muito menos agitada e inconstante do que a nossa. Educar a nossa enfezada e raquítica plutocracia, a qual já não suporta a armadura de qualidades viris dos que lhe edificaram a fortuna (*muito bem!*), quer dizer antes de tudo fazer-lhe compreender um dos dogmas sociais do nosso tempo: que ela não tem somente direitos, mas tem também deveres (*aplausos*) e deveres para com o território que ela possui, para com a população que dela depende, para com a sociedade que a protege e garante, e a comunhão de que ela faz parte, e ao abrigo de leis imemoriais e de favores imprescritíveis parte preponderante e absorvente. (*Longos aplausos.*)

A minha convicção, senhores, é que, formado perante a história o processo das nossas classes proprietárias, havia-se de reconhecer que elas, quer na posse da terra, quer no gozo do capital, haviam durante gerações consecutivas faltado completamente aos seus deveres sociais e usado com usura dos seus direitos. (*Sensação prolongada.*)

Pois, meus senhores, haverá indiferença mais criminosa do que a indiferença com que a classe única que dirige os destinos deste país desde que ele se fundou tem assistido ao crescimento desamparado da nossa população, à promiscuidade no nosso povo, à miséria que se espalha por todo o país, à degradação dos nossos costumes, só se preocupando dos seus interesses de classe, de manter o jugo férreo dos seus monopólios desumanos e atentatórios da civilização universal, aumentando ao mesmo tempo no seu interesse exclusivo e para seus fins particulares as responsabilidades do Estado, levando-nos ao orçamento que hoje temos, isto é, hipotecando o futuro do país que não lhe pertence aos seus credores e aos seus parasitas? (*Aplausos ruidosos.*)

Acredito ter estudado com a maior atenção e a máxima profundidade que a minha inteligência me permite o orçamento do Império, e penso que temos chegado a uma situação financeira sem remédio. É triste ser forçado a admitir tal conclusão, mas seria falta de lealdade não confessá-lo, tendo chegado a ela. Vós vos queixais da situação da província! Mas essa situação não é mais do que o resultado da situação geral do Império, que absorveu todas as economias e todos os recursos do povo e não deixou às províncias uma só fonte de rendimento, porquanto o próprio manancial está esgotado. (*Muito bem!*)

O país chegou ao extremo da sua força taxativa; os impostos não podem ser aumentados. O nosso orçamento tomou proporções colossais, que assentam, como eu já disse, sobre estes quatro pilares carcomidos: a apólice, a dívida externa, o papel-moeda, o déficit. (*Aplausos.*)

Como podeis remediar semelhante situação? Os impostos não podem ser elevados, a dívida não pode ser reduzida; as províncias vão caindo em bancarrota, umas após outras; o nosso crédito, essa fonte de confiança que parecia inesgotável no estrangeiro, está começando a ser afetado, e já se descobriu que há muito tempo nós pagamos as nossas dívidas com os empréstimos que fazemos!

Nestas condições, pergunto se as finanças da escravidão (porque são as finanças da escravidão), as finanças de uma classe única, exclusiva detentora da riqueza nacional e senhora do Parlamento, dum classe que entendia que este país era rico bastante para realizar os sonhos de todos os especuladores, não chegaram a um estado de bancarrota adiada dia a dia

com expedientes de empréstimo, e se todos não sentem que uma catástrofe pende sobre o crédito público, catástrofe que só poderia talvez ser obviada por um sacrifício colossal de todos nós – mas sacrifício que o regime atual, que a presente direção e organização da sociedade não nos levaria por certo a fazer, porque seria em pura perda, e os abusos, crimes e excessos recommençariam no dia seguinte. (*Aplausos repetidos.*)

A que meio recorrer? Ao papel-moeda? Seria depreciar ainda mais o crédito, a firma, a moeda do Estado. A apólice? – já se começou a desconfiar de que a apólice não é tão seguro emprego de capital como parecia, além de que se compreende que o Estado não pode continuar nesse papel de sugar, por meio das apólices, todas as economias da produção para desperdiçá-las, em vez de deixar que elas sejam aplicadas a melhorar as condições do nosso solo, a beneficiar o interior e a desenvolver as nossas indústrias.

O que resta a um país nessas condições é uma política ousada, mas severa, e sobretudo consciente, dirigida por uma bússola invariável através de todas as correntes. Sim, senhores, as nossas finanças há muitos anos que são governadas mais do que pela ignorância, pela inconsciência. O general delas tem sido esse general que Turenne tanto admirava – *O Acaso.* (*Aplausos.*) O que nos pode salvar, mas que me parece um remédio impraticável, seria uma política firme e perseverante, que consistisse em restringir as despesas públicas primeiro, exceto a da amortização da dívida, e depois em aplicar ao aumento de produção as sobras da produção, em criar indústrias, em variar os nossos produtos coloniais e sobretudo em empregar no trabalho rural toda essa população inativa, privada do trabalho e para gozo da qual nós devêramos reconquistar a terra de que a escravidão fez um monopólio, por meio de um novo imposto que é uma necessidade da situação – o imposto territorial. (*Muito bem!*)

Mas essa, senhores, é uma política financeira que não depende só do governo, mas da nação; que o Parlamento não pode decretar, porque sois vós mesmos que a podeis pôr em prática, e para a qual o Estado teria que concorrer menos com uma boa lei de orçamento do que com grandes reformas sociais. (*Aplausos.*) Nessa política há imenso interesse para o proletariado – porque ele só precisa ter trabalho –, mas há também imenso interesse para o rico, para o capitalista, porque, a continuar este estado de

coisas, em breve as apólices em que eles depositam tanta confiança não valerão mais do que o escravo, essa outra ilusão fatal, esse outro abismo em que desapareceram tantas fortunas. (*Muito bem!*)

Longe, portanto, de serem comunistas, são os abolicionistas os que querem salvar da riqueza pública aquilo que ainda pode ser salvo, os que querem manter o crédito do Estado, e evitar uma bancarrota, que será inevitável se não houver uma reação em nossos costumes e em nossa política, se o Estado não abandonar completamente o caminho de aventuras e de indiferença em que entrou por causa da escravidão!

Falando hoje neste bairro da Madalena, que se ufana de ser porção rica do Recife, era do meu dever chamar a atenção do capital e da riqueza para o interesse vital que a meu ver eles têm na transformação segura e pacífica do atual regime... Não é só aos “que nada têm a perder”, como nos chamam, que o abolicionismo se dirige. Não há uma classe social que não tenha nele o máximo interesse e que não venha a tirar vantagem da sua pronta e completa vitória, mas nenhuma dessas classes tanto como a que representa a propriedade existente, quando mais não fosse, e nada procedesse do que tenho dito, porque com a escravidão toda a fortuna e prosperidade têm caráter provisório, é social e moralmente instável. (*Aplausos.*)

Agora direi algumas palavras sobre um manifesto do meu adversário publicado esta manhã. Depois de acusar-me de “virulência e acrimônia de frase e falta de urbanidade” o Dr. Portela acrescenta: “Por essa conferência, impressa depois de revista e corrigida na calma do gabinete, avalio o que ele terá dito nos sucessivos discursos que tem feito ao ar livre, não destinados à imprensa!”

Pois bem: eu tenho o direito de retorquir que, depois de ter lido o que o Dr. Portela escreveu nos jornais, ao ar livre da imprensa, eu avalio o que ele terá dito de mim a portas fechadas, no segredo das suas confidências com os eleitores. (*Sensação. Aplausos.*)

Sim, senhores, tenho direito de queixar-me dessa frase do meu antagonista, porque falo sempre perante milhares de pessoas, muitas das quais conservadores, que podem, por assim dizer, taquigrafar na memória as minhas palavras, e portanto falo sempre para os que não me ouvem tanto como para o auditório que me cerca... Em todo caso, se mudo de linguagem na praça pública, faço-o exatamente quando é maior o número das testemunhas,

e ninguém deixará de reconhecer que esse procedimento é mais nobre do que o de procurar aluir o crédito pessoal do adversário nas entrevistas sem eco e sem testemunhas da cabala de porta em porta. (*Muito bem!*)

Mas antes disso devo observar que um candidato, pessoalmente, não precisa dizer nada contra o seu adversário, quando encontra tanta gente, como a que me agride pela imprensa, que se encarrega de dizer tudo por ele.

Quanto a mim gabou-me de ter tratado sempre, tanto o candidato do primeiro distrito como o do segundo, com toda a deferência pessoal; ainda não impugnei o caráter ou a capacidade de nenhum deles. O que digo e repito é que eles não merecem os votos dos abolicionistas hoje, nem os merecerão enquanto não tiverem a coragem de dizer o que querem e mostrar os títulos com que os disputam a abolicionistas dedicados. (*Adesões.*)

Sim, senhores, não se trata de uma questão de pessoas; eu não tenho nada que ganhar, tenho tudo que perder em tornar a luta política travada entre mim e o candidato conservador uma questão pessoal, quando ela é por sua natureza uma questão de princípios.

Espero que ambos sobrevivamos à batalha do dia 1º de dezembro com as nossas reputações perfeitamente intatas; assim como espero que naquele dia os eleitores não escolherão entre dois indivíduos, mas entre duas opiniões, duas políticas, dois interesses de ordem social como ainda outros não... (*Os aplausos cobrem a voz do orador.*)

Vejo, e aplaudo, que o meu contendor esforça-se por mostrar que ele também é um inimigo da escravidão. Senhores, há duas sortes de inimigos da escravidão: uns que são inimigos da escravidão em palavras, e que ficam sendo amigos e aliados dos amigos da escravidão e recebem os votos dela; e outros que são inimigos de fato e são distinguidos dos primeiros pelo ódio que despertam em todo o campo escravista. Mas o que digo é isto. Qualquer que seja o nome dos partidários da escravidão, quer se chamem *Escravocratas da gema*, como o Sr. Martinho Campos, quer se chamem *Emancipadores*, como os escravocratas do Norte, eles têm todos a mesma responsabilidade, porquanto o voto, por exemplo, do Sr. Portela contra o Projeto Dantas pesou tanto onça por onça, na balança da Câmara passada, como o voto do Sr. Andrade Figueira. (*Aplausos.*)

Acusam-me de ter falado com dureza do Partido Conservador chamando-o – *partido do chicote*.

Não falei do partido, falei da política, mas quando falasse do partido tê-lo-ia caluniado?

Supondo que eu me levantava para propor, da tribuna da Câmara, a abolição dos castigos corporais. Acreditais por acaso que os emancipadores do Norte votariam por ela? Julgais que o partido conservador aceitaria a minha proposta?... (*Vozes: – Não! Não!*) Por certo que não, e, portanto até eles declararem solene e publicamente que são contrários aos castigos corporais, enquanto considerarem o código penal das fazendas e dos engenhos parte integrante e viva da nossa lei consuetudinária, temos todos o direito de dizer que eles são, porque o querem ser – o partido do chicote! (*Aplausos prolongados.*)

Não é somente isto; vede até onde vai a responsabilidade dos chamados emancipadores. Vós sabeis que, no mês de agosto, o conselheiro Dantas fez questão de gabinete de um projeto sobre a emancipação dos escravos de 60 anos. Esses escravos, se a lei tivesse passado, estariam hoje livres. (*Sensação.*) Muitos deles morreram na escravidão e outros estão talvez no momento em que vos falo chorando sob o azorrague do feitor. Pois bem, eu vos pergunto: quem é o responsável pelos açoites, pelas torturas que possam ainda ser infligidas a esses homens? (*Sensação.*) Não serão todos aqueles que impediram que, neste ano de 1884, eles ficassem livres por uma lei de emancipação semelhante à Lei de 28 de setembro? (*Aplausos.*)

Se, quando o Ministério Dantas apresentou o seu projeto, a oposição conservadora tivesse, como lhe cumpria, se ela queria alguma coisa – o que eu nego – apresentado um contraprojeto; se ela tivesse dito: “Vós quereis isto, nós queremos esta alternativa”, então não se lhe poderia fazer uma acusação tão grave. Mas o Partido Conservador não propôs nada. (*Muito bem!*)

É lamentável que o Partido Conservador do Norte não tivesse acentuado publicamente as divergências e dissensões latentes, sem causa, todavia nos altos princípios morais que existem entre ele e o Partido Conservador do Sul; mas, já que falta resolução a esse partido para pôr-se do lado da idéia emancipadora, ele não tem direito a recompensa alguma, não tem direito aos votos de um eleitorado esclarecido, não pode vir pedi-los debaixo da mesma bandeira que nos cobre! (*Muito bem!*) Faltou-lhe a coragem no momento preciso. Se há ainda no Brasil escravos de 60 anos, se ainda a nação não começou a usufruir uma lei, cujo resultado seria extinguir a escravidão dentro dum prazo muito menor do que o atual, que é o

da morte, deve-se isso aos votos conservadores, à união desse partido sob o bandeira da resistência.

Pois bem, sendo assim entre emancipadores e escravocratas não há quem possa fazer diferença, e acredito que o eleitorado do Recife não a fará. (*Aplausos.*)

Eu vejo que o meu contendor coloca-se sob a alta proteção do Conselheiro Saraiva... mas o Conselheiro Saraiva recusando o poder, porque não podia com a Câmara passada resolver o problema servil, mostrou terminantemente que não quer ficar na “fiel execução da lei de 28 de setembro”. O ilustre chefe liberal felizmente nunca se prendeu àquela lei, cuja tremenda injustiça – a de não ter cuidado das gerações de escravos existentes – ele denunciou desde logo no Senado. Não, não é com o prestígio do Sr. Saraiva que a resistência escravista se há de cobrir impunemente nesta crise da nossa história. (*Muito bem!*) Ele tem a sua responsabilidade própria, que de forma alguma se confunde com a do Partido Conservador, com a da Câmara dissolvida... (*Aplausos.*)²

É o voto dessa Câmara rejeitando o projeto que tendes de julgar e estou certo que o eleitorado, do alto da sua consciência e do seu patriotismo, pronunciará contra os que por simples interesse partidário prolongaram os dias da escravidão em nosso país, uma sentença que será a gloriosa justificação do governo que se atreveu a consultar a nação brasileira sem medo dos que há séculos a oprimem e, o que pior é, a possuem. (*Aplausos.*)

Sim, senhores, este grande eleitorado não será convertido numa feira política, em que se vejam os postes infamantes de inscrições como es-

2 O orador leu o seguinte trecho de uma carta que o Senador Saraiva lhe fez a honra de dirigir em 1883 para mostrar que o eminente chefe liberal não se contentava com a Lei de 28 de setembro. “É essa a razão por que o Gabinete 28 de março não podia ser o reformador da Lei de 28 de setembro. Queria uma reforma eficaz, e só poderia fazer uma reforma ilusória. Não sejamos impacientes. A reforma virá mais cedo do que V. Ex^a mesmo cogita, e será apressada não tanto pelos propagandistas radicais, como e principalmente pelos que tudo esperam e tudo querem obter da Lei de 28 de setembro com um fundo ridículo de emancipação e sem providências auxiliares e enérgicas que estimulem a emancipação por todas as formas regulares.”

tas: “Aqui compram-se votos!” “Aqui prometem-se empregos!” “Aqui falsificam-se cédulas!” “Aqui se coagem eleitores!” Não! A opinião do Recife há de pairar acima do monstruoso mercado de consciências com que querem desonrar esta cidade, e, franca e altamente enunciada, ela será uma glorificação da idéia que nós abolicionistas representamos. (*Aplausos prolongados.*)

É com essa esperança que me despeço de vós, eleitores do 2º distrito de Afogados, agradecendo-vos o terdes concorrido a mais esta reunião, a qual pelo número e pelo entusiasmo parece um prenúncio de vitória para a liberdade e o direito no dia 1º de dezembro. (*Prolongados aplausos. Vivas. O orador é ruidosamente aclamado.*)

.....

*Discurso Pronunciado no Meeting
Popular no Largo do Corpo Santo*

A 28 de novembro

M

EUS senhores, sinto que a Associação Comercial me tenha recusado sob o fundamento de que não é a associação política o privilégio que eu reclamava de fazer esta conferência nos seus salões, isto é, de dizer o que tinha que dizer aos eleitores deste bairro comercial do Recife na sede oficial do comércio pernambucano. É estranho que os representantes delegados do comércio nesta cidade suponham ainda que podem separar o comércio da política, que pode haver prosperidade comercial sem boas instituições sociais, e não se atrevam, eles que acolheram nas salas da Associação o recente Congresso Agrícola, simples demonstração do escravagismo, a acolher da mesma forma o movimento abolicionista! (*Aplausos.*)

Pois, senhores, terá sido tão demorada a evolução do comércio pernambucano que no fim do século XIX os negociantes do Recife não vejam que comércio e escravidão são termos incomparáveis? (*Aplausos.*) Será possível que eles ignorem que a escravidão quer dizer monopólio, e que a missão do comércio em toda parte é destruir os monopólios? (*Aplausos.*) Há nos arquivos da história pernambucana um documento que serve para mostrar quanto semelhante compreensão por parte do comércio provaria

o vagar da sua marcha. É uma carta dirigida aos administradores da companhia, no domínio holandês, pela Câmara da vila de Olinda. “Será patente engano”, dizia a Câmara, “cuidar que toda grossura e riqueza que o povo pode adquirir por meio do comércio livre podem, restringindo-se, vir a cair na bolsa da companhia, porque nunca houve coisa particular que pudesse equivaler ao que é geral, que tem vezes de infinito; donde não só se segue que ficará este povo pobre e miserável reduzido a esta estreiteza e privado da esperança do poder, engrossar em cabedal e riqueza, senão ainda fraco e indefensável, e o que mais é, que estas riquezas, que ele havia de lograr, não poderá alcançá-las a companhia por ser seu cabedal (suposto que grande) limitado e o de livre comércio (por ser geral) como infinito.” Já no século XVII os comerciantes de Pernambuco compreendiam que o que é limitado, ainda que grande, não pode competir com o que é geral, que é infinito, e por isso opunham-se às restrições feitas ao comércio. Seriam precisos dois séculos, senhores, para estender-se essa noção tão simples à escravidão e dizer que o capital da escravidão, que é limitado, não se pode comparar ao do trabalho livre que é geral? (*Aplausos.*)

Com efeito, não é mais preciso mostrar como a escravidão entorpece, limita, paralisa e arruína o comércio. Se o que o comércio do Recife tem em vista é o interesse destas e daquelas firmas em relações com estes e aqueles senhores de engenho, a questão é muito diversa, mas nenhuma classe tem o direito de impedir o progresso de um país em nome das transações que fez e dos seus lucros pendentos. Não se tem o direito de alegar um interesse particular de ordem pecuniária contra o interesse público de ordem moral. Mas se o comércio tem em vista o desenvolvimento do próprio comércio, a estabilidade das transações, a consolidação do crédito, a prosperidade e a riqueza da comunhão de que ele é, por assim dizer, o aparelho circulatório, seria quase perder tempo insistir que a escravidão é o seu maior inimigo, a causa da sua decadência e da sua apatia. (*Aplausos.*)

Tomai qualquer dos grandes ramos da profissão mercantil. De que é que precisa o que chamarei o grande comércio açucareiro, o que mais se identifica com a escravidão? Precisa antes de tudo de uma regularidade inflexível de pagamento; que os adiantamentos que faz lhe voltem logo em açúcar, que a safra se preste a grandes transações... Pois bem, senhores, não quererá esta parte do comércio compreender que a escravidão é devido ao

estado ansioso da agricultura, que o crédito pessoal da lavoura está quase destruído pelos hábitos e pela educação do regime de trabalho que ela adotou, que o seu crédito real oferece uma base muito restrita ao capital que podia fecundar o solo, porque a incerteza do valor do homem anulou o valor da terra, e que desse estado de coisas agravado pelo preço baixo do açúcar, para a lavoura, e pela baixa do câmbio, para o comércio, resulta uma taxa alta de juro que é a ruína mesmo do agricultor, que ele não tem possibilidade de pagar – o que tudo produz esse desamor pela profissão, essa indiferença pela população circunvizinha, esse provisório sem fim, condições em que a agricultura se torna uma calamidade para o país, para os que vivem nela, os senhores de engenho, e os que vivem dela, os capitalistas da praça? (*Muito bem! Muito bem!*)

É isso porventura o que quer o grande comércio de açúcar do Recife? Não vê ele, não sente ele que a emancipação traria, pelo menos, o resultado de destruir essa incerteza – e de criar uma situação estável quando não trouxesse, o que afirmamos trará, um aumento do valor da terra, o que dará desde logo base mais segura à dívida hipotecária, e, uma vez adquirindo valor a terra arável, o parcelamento se faria rapidamente, aparecendo a pequena propriedade do lavrador – forma natural da cultura da cana hoje que a iniciativa dos grandes engenhos centrais está determinando a divisão do plantio e do fabrico?... É um erro, é um grande erro supor que tolerada a escravidão por mais tempo a crise atual da lavoura e do comércio resolver-se-ia de modo fácil... A escravidão, eu o tenho dito por vezes, mas devo repeti-lo, não pode salvar nada do que já está comprometido, só pode comprometer muita coisa que, talvez, se pudesse ainda salvar. Ela é literalmente a ruína de classes inteiras, e, enquanto se não fechar esse falso caminho da fortuna que conduz disfarçadamente ao precipício, a desgraça da comunhão toda será de dia em dia maior. (*Aplausos.*)

Vede outro ramo do comércio, o de consumo, e para simplificar tomemos indistintamente o de importação e o de retalho. Do que é que precisa todo o comércio que vive de vender para o país e não de comprar para o estrangeiro? Precisa, está visto, aumentar as suas transações, vender em larga escala e com as maiores facilidades possíveis. A tudo isso a escravidão se opõe, porque ela é inimiga do comércio, não o quer dentro das suas porteiras, vê, nos únicos agentes dele que entram em contato com as

suas fábricas, o mascate e, mais recentemente, o vendeiro, um aliciador de escravos, um cúmplice de furtos. Além disso, a escravidão restringe o dinheiro a poucas mãos que o vêm derramar na cidade, é certo, e isso impede a formação de pequenos centros de comércio no interior, outros tantos meios de desenvolver e multiplicar as relações comerciais; ao passo que pelo caráter mesmo do sistema escravista grande parte do capital produzido pelo escravo está condenado a ser exportado, ou como lucros de estrangeiros, ou como despesa de brasileiros ricos na Europa. Tudo isso, senhores, diminui as oportunidades e impede o crescimento do comércio, que precisa sobretudo que todos os brasileiros sejam seus consumidores, e consumidores diretos, e que veria pela emancipação multiplicar-se o número destes por toda a população que pudesse viver do seu trabalho. (*Aplausos.*)

Eu iria muito longe se quisesse neste momento estudar convosco o efeito que tem sobre o comércio a tarifa da escravidão. Sim, se como eu disse as finanças hoje arruinadas do Brasil são as finanças da escravidão, a tarifa de importação, base principal dessas finanças, deve também ser chamada a tarifa da escravidão. Mas todos vós conheceis o mecanismo, que por vezes eu mesmo vos tenho exposto, graças ao qual chegamos a arrecadar anualmente a cifra colossal do nosso orçamento. Nenhum financeiro nosso parou um momento diante desta simples questão – se nós podemos gastar o que gastamos. Um dos axiomas deles em matéria de finanças é este: O país pode gastar quanto se puder arrecadar. Esse axioma eles o completam com outro: – Deve-se gastar (além do que se arrecada) quanto se puder tomar emprestado. Graças a esses axiomas nós comprometemos já não somente a vida das gerações atuais, condenadas *in perpetuum* ao jugo pesado do imposto máximo, mas as gerações futuras que não nos hão de esquecer. Pois bem, essa tarifa que eleva extraordinariamente pelas suas flutuações, juntas às flutuações do câmbio, assim como pelos seus altos preços, o valor de todos os artigos de que precisamos, causa muitos estorvos ao comércio e diminui, quanto mais cresce, o desenvolvimento natural das transações. E até onde subirá ela? O que há além desses preços? Não tendes dúvida alguma – eles hão de subir ainda muito. O Brasil é um território vastíssimo, tem necessidades de toda ordem, a sua despesa não pode ficar estacionária, por mais que se a restrinja, ao passo que o recurso único admitido está nos impostos indiretos, já esgotados. Deixai continuar o sistema da escravidão

que é um só todo, do qual o papel-moeda depreciado, a apólice sugadora, o déficit permanente são panes tão essenciais como a hipoteca, a usura, a bancarrota, e estas como o tronco e o chicote, e assim por diante – tudo preso, ligado, inseparável –, e vereis a que fica reduzido o comércio e que expansão ele terá sobretudo em províncias como esta em que a escravidão já está falida. (*Aplausos.*)

Não, senhores, é preciso pensar virilmente, afoitamente, e não querer sacrificar a algumas pessoas comprometidas com um interesse nacional como é o comércio, que precisa da liberdade, como do ar, da liberdade em todas as relações sociais. (*Aplausos.*)

Eu não farei à inteligência do comércio brasileiro a injúria de supor que ele não compreende o valor mercantil da liberdade, da dignidade e do direito. (*Aplausos.*) Com efeito, o passivo nacional da escravidão reduz a nada o ativo de que ela se jacta... fazei a conta de lucros e perdas, calculai o valor do homem livre, o valor do imigrante, o valor do trabalhador, o do pequeno proprietário, o do consumidor, o do aluno da escola primária, o do artista, e vede que fração desse valor é o valor do escravo. Não, não há que comparar, e ver isso e não se decidir; ter uma idéia disso e não fazer dessa idéia o centro da nossa vontade e da nossa iniciativa, é lançar o futuro todo do país na herança jacente da escravidão.

Mas, senhores, quando eu não tivesse outro argumento que empregar, bastar-me-ia este para convencer uma classe como o comércio, ao mesmo tempo ciosa do seu patriotismo e cônica da vaidade de resistências inúteis. Pode alguém, pode o capital disponível todo desta praça e deste país deter a velocidade da avalanche abolicionista? Não sentis que a escravidão está morta e que mesmo com o Imperador, o Parlamento, o exército, a marinha, a magistratura, o concurso dos cidadãos – forças que já perdestes ou que ides perdendo uma a urna – junto do seu túmulo não a poderíeis ressuscitar? Para que então, dizei-me, obstinarde-nos a manter um provisório que não pode ser remediado, uma situação anômala de incerteza quando tendes como nós uma grande e única certeza? A inteligência do comércio está em reconhecer as situações e adaptar-se a elas, em não se consumir, como os partidos do passado, em lutas desesperadas, em não sacrificar o que pode ser salvo para salvar o que está irremissivelmente perdido. (*Aplausos.*)

E quanto ao vosso patriotismo a que aludi, sabeis que quando o Sr. Dantas propôs ao Imperador a dissolução da Câmara, o chefe do Estado teve que estudar o conflito entre o Parlamento e o governo e perguntara a si mesmo se a nação estaria com os ministros ou com os deputados, com o projeto emancipador ou com a escravidão... Foi por pensar que o país desejava ir além da Lei de 28 de setembro, treze anos depois dela, que estava com o movimento emancipador e não com a imobilidade escravista, que o Imperador decidiu-se a assinar o decreto de dissolução. Se não foi por isso, foi, então, por entender que era preciso forçar a nação a caminhar, mostrando-lhe, com a iniciativa e a decisão do poder, que ela, na sua má educação política, se tem costumado a seguir, que o caminho da emancipação gradual estava livre e desembaraçado.

Pois bem, senhores, quereis hoje que o mundo inteiro diga num caso que o Imperador fez crédito à nação de sentimentos generosos que ela não tinha; em outro que o Imperador é mais liberal do que a nação! (*Longos aplausos.*)

Acreditai-me, e com estas palavras vou concluir, tão fatigado me sinto; é um espetáculo triste esse que damos de ter medo da liberdade e de aderir como um povo sem vontade e sem confiança em si mesmo à escravidão, que se lhe prova todos os dias ser uma causa de inferioridade, de enervação e de atraso. Temos medo do trabalho livre! Temos medo da liberdade de contrato! Não podemos desprender-nos do que sabemos ser um vício que nos degrada, um crime que nos desonra, uma inépcia que nos arruína! No entanto, senhores, defronte de nós, fechados no círculo estreito a que a escravidão limitou a atividade e a energia da nação brasileira, está encoberto um Mundo Novo, virgem como a América quando Colombo apenas a sonhava. Lembrai-vos dessa expedição heróica; da fé e do gênio de um só homem planejando essa invasão do infinito à busca de uma terra que só existia no mapa do seu cérebro; as léguas e léguas de mar percorrido, e para o fim, depois do prazo marcado para a descoberta, o desânimo, a revolta da tripulação, a resolução de voltarem ainda que fosse preciso sepultar no oceano o louco que os havia levado tão longe dentro do naufrágio e da perdição, e de repente os primeiros sinais de vida, galhos flutuantes, aves que aparecem, o perfume longínquo das florestas até que dos mastros do navio soa o grito sublime de terra!... o maior transporte que o coração humano sentiu através dos séculos...

Ah!, senhores, possamos nós brasileiros, que temos fé no futuro, que acreditamos na existência além dos limites da escravidão de um mundo desconhecido, ouvir também na manhã do 1º de dezembro esse grito de Terra! Levantar-se dos mastros dos nossos navios e encher os corações dos escravos e dos livres ao despontar da nova pátria! (*Longos e repetidos aplausos.*)

.....

*Discurso aos Artistas do Recife
no Campo das Princesas*

A 29 de novembro

ARTISTAS pernambucanos, eu não podia deixar encerrar-se a campanha eleitoral neste distrito sem dirigir-me especialmente a vós, que, não pelo que sois, mas pelo que devíeis ser e estais destinados a ser, representais a principal força política moderna, a soberania do trabalho. (*Aplauso.*) Digo – não pelo que sois – porque infelizmente o desenvolvimento das classes operárias tem sido retardado entre nós, pela escravidão, de modo a não serdes ainda hoje senão uma fração pequena, quase insignificante, do eleitorado das cidades, no Recife como na Bahia e no Rio.

Eu vejo que os candidatos contrários recomendam-se quase sempre ao comércio e à lavoura, como se neste país quem não tem negócio ou não possui terras não merecesse em eleições a honra de ser mesmo lembrado. Vós sabeis que, para eles, o comércio são os grandes negociantes de açúcar, e a lavoura não compreende os cultivadores, mas somente os proprietários do solo. Mesmo nas capitais não há recomendação igual à de candidato dessa aristocracia do comércio e da lavoura, dois aliados que em tempo de paz se detestam e não cessam de mostrar a má opinião que um tem do outro. Pois bem, eu se pudesse, do eleitorado todo, invocar o auxílio de uma só classe e identificar-me com ela, não o faria nem com o comércio e a lavoura,

poderosos pela sua riqueza e sua clientela, nem com os funcionários públicos, formidáveis pelo número, nem com os proprietários e os profissionais; fá-lo-ia com a mais insignificante de todas as parcelas do eleitorado – com os operários que vivem do seu trabalho de cada dia. (*Aplausos.*)

Eu sei bem que vós não pesais pelo número, e não influís pela fortuna, e além disso estais desarmados por falta de organização; mas, como na frase revolucionária de Sieyés, podeis desde já dizer: “O que é o operário? Nada. O que virá ele a ser? Tudo.” (*Aplausos.*) É que o futuro, a expansão, o crescimento do Brasil está em vós, depende de vós, e enquanto não fordes um elemento ativo, enérgico, preponderante, vós que sois a democracia nacional (*aplausos*), enquanto grandes correntes de idéias não vos moverem e não tiverdes consciência da vossa força, não teremos chegado ainda ao nível das nações emancipadas.

Comparado convosco, é imenso o número dos funcionários eleitores. O funcionalismo afogaria o trabalho, mas quem não prefere estar identificado com os artistas a representar os funcionários? Entre nós o funcionalismo é uma doença, e doença mortal. Todos querem ser empregados públicos; artistas de talento estão prontos a deixar a oficina pela repartição. A esse respeito circulam as noções mais extravagantes e promessas escandalosas. Como tive ocasião de dizer em Afogados, onde essas promessas, para quando o Partido Conservador subir, são oferecidas em maior escala ao aceite de eleitores necessitados e crédulos, se todo o mundo fosse empregado público cada qual teria que pagar a si mesmo o seu próprio ordenado... Vós compreendeis que quem sustenta os empregados públicos são os produtores, os contribuintes: se o funcionalismo chegasse para quantos o procuram, o ordenado de cada empregado teria que sair da sua própria algibeira. (*Riso aprobativo.*) Mas nós temos um tão pequeno número de empregos disponíveis que é duro ver o jogo que se faz com eles para desmoralizar e corromper os que deviam viver do seu trabalho manual, os que deviam ser forçados às artes. Vós tendes interesse na barateza de todos os artigos e cômodos necessários à vida, e, portanto em que os impostos sejam brandos e não elevem os preços acima das vossas posses. O funcionalismo, pelo contrário, ou melhor, a empregomania só pode viver com um grande orçamento, grandes impostos e grandes déficits. No entanto, senhores, a representação dos artistas é quase nenhuma, e a dos funcionários públicos

é enorme. Não serei eu, porém, quem se preste a desmoralizar as artes e as profissões mecânicas, prometendo empregos públicos e estimulando assim uma propensão nacional, que é uma forma da incapacidade moral para o trabalho e da inferioridade em que ele é tido, ambas efeitos da escravidão... e que efeitos! De que tristes, duradouras e multiformes conseqüências! Que terrível causa de atraso e de retrocesso!

É por isso que vos repito: se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, não procuraria nem os proprietários do solo a quem chamam – a lavoura; nem os descontadores de safras, a quem chamam – o comércio; nem os empregados públicos, que representam a enfermidade nacional por excelência; nem as profissões científicas, que formam uma aristocracia intelectual, grande demais para um povo tão deprimido como o nosso; escolheria, sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nele o germe do futuro da nossa pátria; porque o trabalho manual, somente o trabalho manual, dá força, vida, dignidade a um povo, e a escravidão inspirou ao nosso um horror invencível por toda e qualquer espécie de trabalho em que ela algum dia empregou escravos. (*Aplausos.*)

Mais de uma vez tenho mostrado, nesta campanha, a simpatia que sinto pela principal classe de nossa comunhão, a que cultiva a terra, ou sem salário, como os escravos, ou sem garantia de ordem alguma, como os moradores livres do interior. Por uma série de circunstâncias serão precisos, talvez, 30 anos para se fazer compreender a essa classe, a qual é uma população, que ela também tem direitos. Vós, porém, artistas das cidades, não levareis todo esse tempo a adquirir a noção da vossa dignidade e dos vossos direitos, e em minha opinião não há neste momento medida mais urgente do que a de educar-vos para a posição que ocupais – não somente de cidadãos a cujo alcance a Constituição pôs todos os cargos públicos, mas também de classe chamada nada menos do que a salvar o país pela reabilitação do trabalho. (*Aplausos.*)

Para isso o primeiro passo é abolir a escravidão. Escravidão e trabalho repelem-se tanto como escravidão e liberdade. O que é a escravidão senão o roubo do trabalho e a degradação, desde o berço, do trabalhador? O que é o senhor de escravos senão um patrão que reduziu a coisas, e possui como coisas os seus operários? Vede, bem, vós homens do trabalho, que a

escravidão é um atentado contra vós mesmos! Além disso, o trabalho manual que existe em nosso país é quase todo de descendentes de escravos, de homens em cujo sangue cristalizou algum sofrimento de escravo. Ora, vós sabeis que a escravidão passa de geração em geração: que ela força os músculos da primeira, paralisa os movimentos voluntários da segunda, enerva o coração ou deprime o cérebro da terceira, e assim por diante. (*Aplausos.*)

A escravidão, a história natural o mostra, não é uma instituição exclusivamente humana. Há outra espécie animal que a adotou nas suas repúblicas subterrâneas: é a formiga. (*Riso.*) Pois bem, entre as formigas, como entre os homens, ela produz os mesmos efeitos. Os observadores das formigas descobriram que as espécies dentre elas que empregam escravos não podem sequer alimentar-se por si mesmas... Nesses pequenos animais, que são, entretanto, o símbolo da atividade incessante, a qual nada desanima, a escravidão produziu durante séculos esse mesmo efeito infalível: o de inabilitar os que se acostumaram a ela para viver sem socorro estranho... É assim nas sociedades humanas: os povos que vivem da escravidão não sabem, não podem trabalhar, e os povos que não trabalham vivem por favor alheio... (*Aplausos.*)

Eu sei bem que em tais condições, abolida a escravidão no Brasil, o organismo paralisado não adquiriria de repente a energia que levou gerações a consumir, mas, já que a salvação, única possível, está no trabalho, quanto antes começar a reação e quanto menos adiantada estiver a decomposição da vontade e da força, mais esperança haverá de que os efeitos da doença não sejam mortais...

Mas não é somente essa enervação que prejudica o desenvolvimento do trabalho já emancipado. É o estigma lançado sobre ele. Esse estigma precisa, não de anos, mas de séculos para apagar-se. Ainda hoje na Europa, em países mesmo onde a escravidão acabou na Idade Média, a causa de certos desprezos e inferioridades, de preconceitos e desigualdades, entre ramos diversos do trabalho, é um resto da escravidão sepultada entretanto sob profundas camadas sociais... Por muitas gerações ainda a nódoa infamante que a escravidão lançou sobre o trabalho em toda a América, e principalmente no Brasil, há de continuar a ser a maldição da nossa pátria. Mas, por isso mesmo, quanto antes revogarmos a condenação do trabalho manual, quanto antes ferirmos de morte o poder que a fulmina, mais cedo teremos libertado as classes operárias da inferioridade em que estão colocadas. (*Aplausos.*)

Vede, senhores, que passos agigantados vai dando essa repulsão pelo trabalho, conseqüência da escravidão. Já entre nós muitos preferem mendigar a trabalhar. A mendicidade, chaga dos governos despóticos e dos países congestionados, começa a aparecer em nossas capitais. Em parte na aparência a mendicidade é de emprego, breve sê-lo-á exclusivamente de dinheiro. Nessa mendicidade têm caído descendentes de antigas famílias, netos de morgados. Para a aristocracia, educada na escravidão, quando não hoje, gerações atrás, pedir é menos humilhante do que trabalhar. (*Aplausos.*)

Vós sabeis como as artes nasceram entre nós e que vida difícil elas têm tido. O seu nível pouco tem subido do que era no tempo colonial, a sua organização é ainda rudimentar. As altas tarifas necessárias para sustentar a fantasmagoria das nossas finanças não bastam para dar-lhes impulso, para habilitá-las a lutar com a indústria estrangeira. Os altos preços da vida, a falta de economia, a frouxidão dos princípios sociais, tudo opera para elevar o custo da mão-de-obra, e isto, junto a nenhuma educação mecânica do operário, impossibilita o que todos devêramos tanto desejar – a nacionalização das indústrias essenciais à vida.

Pensou-se muito tempo entre os artistas, mesmo do Recife, que a nacionalização do comércio a retalho produziria o milagre de espalhar entre eles a abundância. Não há maior erro. Qualquer restrição à liberdade de comércio só teria o efeito de arruinar este país. Seria uma desonra e uma calamidade, ainda que não fosse mais do que uma restrição illusória. Afastar o estrangeiro estabelecido, repelir o capital, criar um privilégio para alguns brasileiros à custa da comunhão toda, quem pensaria hoje em cometer tal suicídio? Mas a nacionalização do comércio não deixa de ser um ideal patriótico, uma vez que seja realizada naturalmente, por meio da livre concorrência, pela vitória da atividade, do espírito mercantil, da solidez do crédito, do comércio nacional. Assim também com as artes, nada mais patriótico do que todos concorrermos para que os artigos produzidos em nossas oficinas possam substituir e dispensar a importação estrangeira. Para este fim, senhores, estou pronto a promover todos os meios de proteção às artes que eu julgar legítimos e eqüitativos.

Começarei por dizer-vos francamente que não acredito na proteção das tarifas. Pelo nosso sistema tributário, que apoiando-se sobre as fraquezas psicológicas do nosso povo, sobre a ignorância e a covardia do

contribuinte, o qual só paga impostos não sabendo quanto paga, os impostos do Brasil são na sua maior parte indiretos. Em tal sistema a tarifa é sempre protecionista, e a nossa está caminhando para ser proibitiva. Não creio que se pudesse mudar de repente a incidência geral da nossa taxaço e recorrer a outros impostos, e por isso não pedirei que se tire às artes e indústrias nacionais a proteção de que já gozam, mas também não concorrerei para constituir monopólio e criar indústrias de falsificação tornando a tarifa proibitiva. Essa espécie de proteção é o roubo do pobre, e num país agrícola é um contra-senso. Não, senhores, não será elevando o preço de todos os produtos, tornando a vida mais cara, obrigando a população a pagar impostos exagerados a cada fabricante, que eu me hei de prestar a proteger as artes... A proteção que prometo reclamar é outra, e quase que toda indireta. As indústrias a que devemos entregar-nos são as indústrias naturais do país, aquelas em que o estrangeiro não possa competir conosco, as que deixem ao produtor lucro razoável saído do produto mesmo e não da equivalência aos direitos da tarifa que obrigam o consumidor a pagar-lhe. Mas, senhores, criado o mercado de salário no país, aberta a terra ao pequeno cultivador, nascendo os centros locais, começando-se a destruir o estigma lançado sobre o trabalho, o progresso das artes acompanhará a transformação do país e elas crescerão com ele. (*Aplausos.*)

Do que vós precisais é principalmente de educação técnica, e, se eu entrar para a Câmara, tratarei de mostrar que os sacrifícios que temos feito para formar bacharéis e doutores devem agora cessar um pouco enquanto formamos artistas de todos os ofícios. (*Aplausos repetidos.*) É tempo de pensarmos na educação do operário de preferência à educação do bacharel. (*Riso.*) É tempo de cuidarmos do nosso povo, e pela minha parte pelo menos não pouparei esforços para que o Estado atenda a esse imenso interesse do qual ele parece nem ter consciência. (*Aplausos.*)

É essa a dupla proteção que vos prometo promover: a primeira, leis sociais que modifiquem as condições do trabalho, como ele se manifesta sob a escravidão, e façam da indústria nacional a concorrente vitoriosa da estrangeira em tudo que for seu legítimo domínio, e, a segunda, o que o Estado vos deve e tem tardado demais a vos dar: a educação de cidadãos e de artífices. (*Aplausos.*)

Mas vós também, pelo vosso lado, podeis ajudar-vos muito, unindo-vos, associando-vos. Não sois muitos, é certo, mas ligados um ao outro pelo espírito de classe e pelo orgulho de serdes os homens do trabalho, num país onde o trabalho ainda é malvisto, sereis mais fortes do que classes numerosas que não tiverem o mesmo sentimento da sua dignidade. Vós sois a grande força do futuro, é preciso que tenhais consciência disso, e também de que o meio de desenvolver a nossa força é somente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir, é preciso que vos associeis. Fora da associação não tendes que ter esperança.

Amanhã, meus senhores, falarei ainda uma vez antes da eleição sobre a minha candidatura. Vós sabeis o alcance imenso que teria vosso pronunciamento a favor dela. Homens do trabalho, mostrai que a escravidão, se ainda possui as senzalas, já não possui as oficinas (*aplausos*); protestai contra esse poder implacável que tendo feito ouro com o sofrimento e a vida de trabalhadores, como vós, quer empregar esse ouro manchado de sangue em corromper o voto de homens livres. (*Aplausos.*) Há entre vós homens de cor, mas neles não haverá um só desses Judas que por 30 dinheiros vendeu a sua raça, a sua Mãe. (*Aplausos.*) Esse último ultraje da escravidão à dignidade humana não partirá de vós, artistas pernambucanos. Identificados com a causa da liberdade, o vosso voto será no dia 1º de dezembro, ao mesmo tempo uma petição e uma ordem ao Parlamento convocado, para que liberte, levante e proteja o trabalho em toda a extensão do país sem diferença de raças nem de ofícios...; a escravidão retardou de dois séculos a emancipação do proletariado nacional, mas hoje, que ele começa a pensar e a querer, é preciso que a sua primeira intimação aos poderes delegados seja a favor dos escravos, de cuja classe em sua maior parte ele saiu... (*Aplausos.*) Sim, senhores, é preciso que as primeiras palavras desse proletariado, que hoje surge em nossa política, sejam de liberdade, de justiça e de igualdade, porque nenhum povo pode ser grande sem ser livre, feliz sem ser justo, unido sem ser igual. (*Aplausos unânimes e repetidas aclamações.*)

.....

*Quarta Conferência
no Teatro Santa Isabel*

A 30 de novembro

SENHORES, amanhã a cidade do Recife terá que pronunciar-se sobre a única questão nacional que até hoje foi sujeita ao exame e deliberação do povo brasileiro. (*Aplausos.*) Estamos assim na véspera da maior batalha política da geração atual, e devemos preparar-nos para entrar nesse grande combate com a força de ânimo que transforma a coragem de qualidade animal na primeira das qualidades viris – calma e dignidade. (*Muito bem!*)

Se vencermos como contamos vencer, como tudo nos garante que venceremos, não nos esqueçamos de que a nossa vitória é parcial e que não é ainda definitiva. Não é o Recife, não é Pernambuco só por si que há de decidir do apelo feito à Nação, ao passo que a escolha dos nossos nomes significa apenas uma investidura solene, o direito que adquiristes, vós abolicionistas pernambucanos, de fazerdes ouvir a vossa voz no Parlamento.

Mas não é só isso... Se a nossa vitória fosse completa e decisiva, ainda assim o melhor uso que poderíamos fazer dela seria oferecê-la como um penhor de reconciliação aos nossos adversários, porque a pátria que queremos ver fundada não há de ser nossa somente, há de ser também deles e dos seus filhos (*longos aplausos*), e por isso o que se figura hoje como

uma vitória dos abolicionistas seria logo no dia seguinte reconhecido como patrimônio da nação inteira, escravos e senhores (*aplausos*), como a conquista de todos nós que neste momento parecemos inimigos implacáveis! Sim, mais ainda dos nossos antagonistas do que nossa, porque a parte deles seria infinitamente maior, sendo eles os que maiores interesses têm na propriedade estabelecida, na riqueza nacional acumulada pela escravidão, propriedade e riqueza que desde então ficariam assentados sobre a justiça e a moral. (*Aplausos.*)

E que motivos teríamos nós amanhã para entregar-nos a uma dessas explosões de alegria popular que acompanham a reivindicação de grandes direitos, a distribuição de opressões seculares? Quando estivéssemos festejando o nosso triunfo, quantos escravos não estariam passando pelas torturas da escravidão? Sim, senhores, enquanto houver um escravo no Brasil, nós abolicionistas devemos trazer em nossos corações o luto da pátria... (*Muito bem! Muito bem!*)

Mas se toda a nossa esperança for iludida, se, em vez de vencedores, formos amanhã os vencidos, que importa que haja no Parlamento um ou dois abolicionistas de menos, hoje que a nossa causa está triunfante na consciência nacional? (*Aplausos repetidos.*)

Preparemo-nos, pois, para a batalha no recolhimento das nossas almas de brasileiros e patriotas... Como os soldados cristãos que entravam em combate rezando e com a fé posta num instrumento de suplício convertido em símbolo de redenção, levemos no coração a fé na virtude misteriosa das lágrimas dos escravos, que não podem hoje, como desde três séculos, infiltrar-se no solo deste país senão para abençoá-lo como pátria dos seus filhos... (*Aplausos.*)

Sabemos todos onde está o inimigo. Deixai de lado as vossas superstições e preconceitos... Como Cambises ao invadir o Egito¹ punha na primeira linha de batalha os animais sagrados dos egípcios, sabendo que eles não ousariam atacar os seus próprios deuses, os nossos adversários combatem por trás dos sentimentos que sabem ser-nos sagrados e invioláveis...

1 Duas ou três vezes há nesses discursos lembrança de uma série de artigos do orador publicados no *Jornal do Commercio* (1884) com a assinatura de *Garrison*.

Mas não tenhais medo de ferir esses princípios com que eles se protegem dos nossos golpes... Nem o direito de propriedade, nem a vida e a segurança das famílias, nem o crédito do Estado, nem a união dos brasileiros, nem a integridade da pátria sofrerão a mais leve ferida. Esses interesses, esses princípios nada têm a ver com a escravidão, que é o inimigo de nós todos e de todos eles. (*Aplausos.*) Os vossos ídolos ficarão intactos; ainda mais no ardor do combate vós os vereis sustentando a boa causa que é a nossa. (*Aplausos.*)

Senhores, quando a majestade desta reunião, como creio que ainda não houve igual no Recife, não bastasse para tomar imperecível em mim a lembrança da campanha eleitoral que deve terminar amanhã, estou certo de que a todo tempo os que me escutastes daríeis testemunho de que empreguei todos os esforços da palavra e da persuasão ao meu alcance para conquistar o voto e a opinião da capital de Pernambuco, em favor da idéia abolicionista. Quanto a mim estou satisfeito por ter proclamado os princípios cardeais da nova propaganda e por ter começado a vê-los germinar... Essas grandes verdades que tratei de passar para os vossos espíritos, com a mesma força e evidência com que elas se impuseram ao meu, hão de ficar profundamente gravadas no patriotismo e na consciência de todos vós. A primeira foi que há brasileiros ainda sem pátria, e que a nação brasileira, com o regime servil, está posta fora da lei no interior, abaixo da lei nas cidades... (*Aplausos.*) A segunda foi que a propriedade não tem só direitos, tem também deveres, e que ela tem faltado a todos os seus deveres, dos quais não chegou ainda a ter sequer consciência. (*Aplausos.*) A terceira foi que a solução do problema da miséria nas cidades, da ociosidade e da indiferença no interior só pode ser produzida por uma lei agrária, que, por meio do imposto territorial ou da desapropriação, faça voltar para o domínio público toda a imensa extensão de terras que o monopólio escravista não cultivava nem deixa cultivar. (*Aplausos.*) A quarta foi que nós precisamos de reformas sociais que tenham por centro esse único interesse nacional – o trabalho – (*aplausos*): liberdade de trabalho, amor ao trabalho, instrução técnica e cívica do trabalhador, voto do operário, proteção ao trabalho, criação de indústrias etc., e que precisamos desse grupo de reformas sociais de preferência a mudanças e reformas políticas que não afetem o nosso povo, mas tão-somente a oligarquia criada pela escravidão. (*Aplausos.*)

Essas verdades podem parecer novas, arriscadas e injustas... mas, assim como a pedra da Caaba, que de branca tornou-se preta pelo toque de gerações sucessivas de crentes, elas hão de ser cada vez mais reverenciadas pelo povo brasileiro, a cujas necessidades mais palpitantes e vitais correspondem, hão de ser os dogmas de uma crença política diversa daquela em que fomos educados no período de superstição e de ignorância, em que a nação se resume na classe governante e deixa-se o povo crescer na degradação, no cativeiro e na miséria... (*Longos aplausos.*)

Pitt dizia ao Duque de Devonshire: “Estou certo de que eu posso salvar a Inglaterra e de que ninguém mais o pode”. Não posso falar como o grande estadista, porque só depois de arrancadas as raízes da escravidão é que se poderá avaliar a extensão do mal que ela nos fez e o que ela não solapou... mas posso dizer com a mesma fé e segurança: “Se não estou certo de que a abolição possa salvar o Brasil, estou certo de que nada mais o pode”. (*Aplausos.*) Falo do presente, porque, quanto ao futuro, a abolição o pode e o há de salvar. (*Novos aplausos.*)

Sim, senhores, essa prosperidade, essa fertilidade de que a escravidão se ufana, é apenas a ironia da esterilidade nacional. (*Muito bem!*) A escravidão só existe, só produz porque nós não produzimos (*aplausos*), porquanto se houvesse trabalho livre não haveria escravidão... (*aplausos*), e nós só não produzimos porque ela existe e produz, porquanto se não houvesse escravidão haveria o trabalho livre, o trabalho nacional... A fertilidade dela é assim, como eu disse, a nossa esterilidade... É como no Gênesis, quando a esposa estéril julgava-se fecunda, julgava-se mãe, se uma de suas escravas concebia do patriarca e, na frase da Bíblia, paria sobre os joelhos dela... Sim, senhores, é a escravidão que pare há três séculos sobre os joelhos da nossa pátria! (*Longos aplausos.*)

Como é triste esse espetáculo de um país novo reduzido à decrepitude por um sistema que deixa sem trabalho, que impede de trabalhar a massa válida da população nacional. Eu tive ocasião de ver o reflexo triste que ele projeta, até mesmo no coração das nossas cidades, nas minhas visitas ao eleitorado. Em que condições de pobreza, de dependência, de abandono encontrei parte do povo que entrou no eleitorado.

Que admirável coragem a desses homens que criam uma família, contribuem para o aumento da população nacional, nas condições de vida

a que estão sujeitos! Quantas vezes, à porta dessas casas, hesitei em entrar, pensando que era um sarcasmo ir pedir voto a esse povo que nenhum interesse tem na política desde que a política nenhum interesse tem por ele! Parecia-me na posição em que me acho que era aumentar a aflição, pedir que tomasse parte na eleição a homens carregados de filhos e que não têm em parte alguma trabalho, cuja vida é uma lamentação perpétua e hereditária, e aos quais a sociedade não mostra a mínima simpatia e não dá a mínima proteção! Sim, senhores, parecia-me um sarcasmo essa visita, e mais de uma vez só tive coragem para atravessar o limiar da porta além da qual eu ia encontrar sempre o mesmo triste espetáculo, ver o mesmo horizonte, o mesmo futuro de nossas famílias pobres, o mesmo abandono do nosso povo à necessidade que o oprime, a angústia da fome adiada de hora em hora pela caridade alheia – além da qual eu via a mendicidade, doença das nações decrépitas e das populações congestionadas, despontando como uma nódoa na face deste país novo e ainda não povoado, a fisionomia, enfim, de uma raça que vai perdendo a esperança, tendo tanto esperado em vão! ... (*Sensação.*)

Mais de uma vez, dizia eu, só tive coragem para entrar como candidato no lar de famílias que via reduzidas à condição de nada ter e de nada poder esperar, porque entrava ali em nome de uma classe ainda mais infeliz do que a dos nossos proletários, a dos escravos, porque eu representava por indicação nacional desgraças ainda maiores, sofrimentos ainda maiores, sofrimentos talvez de outra natureza, porém ainda mais cruciantes. (*Sensação prolongada. Pausa.*)

Hoje que temos chegado ao termo dessa campanha é direito nosso proclamar o modo pelo qual a dirigimos. Foi como vistes uma luta travada com um adversário que fugia à publicidade e manobrava somente no segredo e no silêncio da cabala. (*Aplausos repetidos.*) Nessa luta tudo o que dissemos e fizemos foi perante vós, diante de milhares de testemunhas. Também por isso não travamos o combate no terreno pessoal, discutindo indivíduos, mas no terreno impessoal, discutindo idéias. (*Aplausos.*) Preferi a cabala à propaganda; preferi conquistar a opinião a mendigar votos. (*Aplausos.*) Neste mês de novembro falei quase dia por dia. Os meus discursos foram ouvidos por milhares de pessoas. Elas que digam se falei duas linguagens, se encobri o meu pensamento, se prometi alguma coisa que não estivesse de acordo com as promessas, ou melhor, com os compromissos do

movimento abolicionista... Vede pelo contrário a atitude falsa e coacta dos nossos adversários, a desconfiança que têm do povo, o medo que têm das idéias e o silêncio profundo em que atravessam como sombras o cenário das lutas eleitorais! (*Aplausos.*)

Na véspera da batalha é preciso calcular as contingências todas da ação, e isso nos coloca, aos abolicionistas, diante de diversas hipóteses parlamentares. A primeira é constituirmos maioria abolicionista, o que importa a votação do projeto Dantas. A segunda é sermos minoria abolicionista numa Câmara liberal; a terceira é sermos minoria abolicionista numa Câmara conservadora. Devo dizer que essas duas hipóteses se resumem numa só: a necessidade de uma dissolução. Nem a maioria conservadora há de ser tão grande que os conservadores possam governar com a próxima Câmara, nem o Partido Liberal há de consentir em ter a sua política frustrada e muito menos dirigida por qualquer pequeno grupo que se queira ligar à oposição. Nos dois casos o Imperador terá novamente que escolher entre os liberais e os conservadores, e eu acredito que o chefe do Estado não há de divorciar a monarquia do movimento abolicionista... (*Aplausos.*)

Os conservadores intimam já ao Imperador a alternativa célebre de Gambetta a Mac-Mahon: “Submeter-se ou demitir-se”. Em uma das sessões mais agitadas da última Câmara eu observei um deputado conservador, vendo o relevo que eles davam nas suas censuras à influência da Coroa, que o Partido Conservador parecia estar abrindo mão da Monarquia e fazendo oferecimentos à República. “E quem lhe diz”, foi a resposta, “que já não temos pensado nela?”

Mas, no meu entender pelo menos, se a Monarquia tivesse que consultar o seu interesse somente e não os seus deveres para com a pátria – que o é também da dinastia, o que continuará a sê-lo quando mesmo ela deixe de reinar –, ainda assim o verdadeiro caminho a seguir seria o de estar ao lado dos inimigos da escravidão até a destruição completa desse regime... (*Aplausos.*)

Ao estudar o caráter e o alcance das novas eleições para a vista delas tomar uma deliberação sua, se preciso for, o Imperador não se deve cingir ao exame único dos algarismos e aos resultados finais do escrutínio. Se o Partido Conservador triunfasse de modo a poder governar com a sua maioria sem o recurso da dissolução, a hipótese seria outra, mas, como essa

é impossível, é inútil discutir os deveres da Coroa para com a nação em tal caso. Do que eu trato neste momento é de cada um dos partidos precisar do decreto de dissolução para governar, isto é, de apelar para a prerrogativa. Em tal caso é que eu digo, o Imperador não deveria olhar para o resultado puro do voto, mas ter em vista diversos fatores importantes que concorreram para ele. O dever da Coroa seria procurar conhecer antes de tudo a vontade da nação para não contrariá-la. As eleições de amanhã vão mostrar em que minoria a opinião conservadora está no país..., o segundo escrutínio é a coalizão dos ódios intestinos e pessoais com as divisões políticas, e não poderia servir de base sólida a uma restauração conservadora. (*Muito bem! Muito bem!*)

Mas o Imperador, além de atender à maioria numérica das opiniões liberais, em estado de liberdade como se acham no primeiro escrutínio, se quisesse realmente conhecer o sentimento e as tendências do país, deveria ter em vista: primeiro, o censo alto do eleitorado; segundo, o monopólio da escravidão; terceiro, o estado de divisão do Partido Conservador; quarto, a iniciativa e os sacrifícios do Partido Liberal, e, quinto, o momento atual.

O censo alto, senhores, quer dizer que a nação está fora do eleitorado, que este não a representa suficientemente, e que, portanto, se numa questão que interessa, o que se chama propriamente povo como é a da emancipação, esse eleitorado censitário desse com exclusão do povo a maioria, a metade, ou a quase metade do Parlamento ao partido da reforma, não podia haver dúvida de que a nação estava com esse partido nessa reforma (*grandes aplausos*), e seria ir de encontro à evolução nacional chamar os seus adversários ao poder por um golpe de Estado. (*Novos aplausos.*)

O monopólio da escravidão significa que esmagado o país pela posse exclusiva da terra e pela dependência em que está dos proprietários toda a população do interior, e dividido este em feudos impenetráveis à agitação e ao movimento das idéias livres, se a escravidão não conseguiu triunfar, não pôde pelo terror e pela perseguição apossar-se do Parlamento, a nação, livre dessa pressão odiosa e aviltante, ter-se-ia pronunciado de modo muito mais franco e decidido pela liberdade e pelo direito. (*Aplausos.*)

O estado de divisão do Partido Conservador tem este alcance – que se fosse chamado ao poder depois de uma vitória duvidosa, ou, pior ainda, depois de uma derrota manifesta, a oposição subiria para dividir-se e dividir-

se-ia para cair. (*Longos aplausos.*) Sim, senhores, a emancipação seria, como eu já disse, a inevitável farsália dos duúnviros do Norte e do Sul. Eu faço desta tribuna ao Sr. João Alfredo a mais grave de todas as acusações: a de ter entrado na grande e histórica eleição de 1884, escondendo dos eleitores e da nação a idéia de que os seus turiferários o fazem adepto e com a qual o recomendam ao chefe de Estado, e de escondê-la para poder subir ao poder em certas contingências por uma surpresa praticada contra os seus próprios amigos. Eu o acuso de não ter consentido que a deputação conservadora pernambucana se manifestasse de forma alguma em oposição à divergência em que estava da deputação conservadora do Rio, São Paulo e Minas, explorando assim uma grande reforma nacional para fins de partido, ele que sabe como em 1871 o Partido Liberal apoiou o ministério Rio Branco e desinteressadamente correu para que os seus adversários realizassem uma medida da qual tinham antes feito arma de destruição contra ele. (*Aplausos.*)

Mas, senhores, o que seria o Partido Conservador dividido? Não estamos mais no tempo das Câmaras unânimes como a de 1871. Por melhor escolhidos que fossem, os procônules conservadores não fariam qualquer das metades do seu partido levar de vencida a outra e mais o Partido Liberal e o Republicano... Imaginai o Sr. João Alfredo apelando como o Sr. Dantas para o país e tendo que lutar contra todos os seus inimigos externos e a dissidência do seu partido! Que eleições faria ele? (*Aplausos.*)

Por isso também mencionei em quarto lugar a iniciativa e os sacrifícios do Partido Liberal. Quando se tratou da eleição direta, o Imperador disse que, ao fazer-se, a reforma deveria ser realizada pelo partido do qual ela era programa. O que dizer hoje da emancipação depois que os conservadores uniram-se como um só homem para derrotá-la nas urnas?

Notai bem, senhores. Os conservadores resistem a todas as reformas pela mania de resistir, que é uma verdadeira enfermidade neles desde que resistem aos seus próprios interesses.

A eleição direta, muito mais sendo censitária, era do interesse deles e resistiram até à última. A emancipação é do interesse deles e eles resistem ainda. Em tais condições haverá igualdade de circunstâncias? Não deve o Imperador, ao dar a sua confiança para realizar as grandes reformas liberais, preferir o partido que as inicia e se sacrifica por elas ao partido que especula com elas e as explora? (*Ruidosos aplausos.*)

Por último, e em quinto lugar, falei do momento atual. Seria este o momento da resistência e da reação hoje que o movimento já libertou três províncias, que o entusiasmo abolicionista comunicou-se ao exército e à armada, que o nome do Brasil está comprometido perante o mundo a uma reforma séria, que a ansiedade pública irrompe de todos os lados e todos sentimos estar na véspera da redenção do nosso país? (*Aplausos.*)

Assim, senhores, não tendes medo de que o Partido Conservador se recomende mais à confiança do Imperador do que o Liberal, a cujo programa de reformas, à realização de cujas idéias parece-me de agora em diante ligada a sorte da monarquia no Brasil. O Imperador imitará o Rei Humberto e não a Afonso XII, certo de que sustentar o Partido Liberal no poder é tonificar a monarquia, e derribá-lo é lançá-la num caminho de aventuras que só pode levar à revolução, desde que a alternativa – o despotismo – é impossível no Brasil e contrário a todas as tendências históricas da nossa raça e da própria dinastia brasileira. (*Aplausos.*)

Eu sei que os nossos adversários procuram deter-nos o passo invocando contra nós um homem que hoje estaria conosco, a menos que ele quisesse destruir a sua própria legenda, o Visconde do Rio Branco. Senhores, o Visconde do Rio Branco, Paranhos, viveu e morreu no serviço do Estado, deixou o seu nome inscrito em inúmeros atos legislativos e administrativos do reinado, foi ministro repetidas vezes, com a exceção notável da missão Saraiva, escreveu por assim dizer a história da nossa diplomacia no Rio da Prata durante toda a sua vida política, e no entanto o que é que o povo sabe, o que é que o mundo sabe do Visconde do Rio Branco? Que ele fez a lei de 28 de setembro. (*Aplausos.*) Isso quer dizer que não foi o nome de Paranhos que fez grande a emancipação dos escravos, mas que foi a emancipação que fez grande o nome de Paranhos. (*Grandes aplausos.*)

Mas, senhores, esqueço-me que estamos na véspera do combate e que vós e eu devemos reservar as nossas forças para o dia de amanhã. Amanhã com efeito a cidade do Recife vai ser chamada a pronunciar-se num julgamento solene, entre duas idéias irreconciliáveis, entre dois espíritos que, como o do bem e do mal nas teogonias do Oriente, estão em perpétuo conflito na marcha do mundo. (*Aplausos.*) Vede o sombrio préstimo com que a escravidão pretende disputar os vossos votos, o cortejo com que se apresenta em vossos comícios. Olhai para essa multidão que desfila atrás do

carro triunfal do Moloch americano que há três séculos se alimenta entre nós de vítimas da África sacrificadas à sua sede de sangue! (*Aplausos.*) São os velhos de 60 anos, carregados de velhice e de trabalho, que não deram somente ao seu senhor inexorável grandes safras de açúcar e de café, mas lhe deram filhos e netos, essa outra colheita que o enriqueceu; os galés de uma vida cuja história toda é a tragédia da senzala, sem uma consolação, sem um apoio fora de si mesmos e do seu próprio coração torturado, da sua consciência esmagada, sem nenhum desses apoios estranhos que nós todos temos na vida, nem a família, nem os amigos, nem o magistrado, nem a religião, nem a lei; portadores de uma vida assim roubada toda a si mesmo, ao seu corpo e à sua alma, vida cujos dias um por um caíram fundidos em moedas de cobre nas mãos do proprietário... e vós imaginais que sofrimentos devem ser os do homem cujos dias são assim vazados um por um, sem respeito às necessidades físicas e morais do ser pensante, que nós somos, em moedas de cobre... Vede todo esse cortejo de inválidos, seguidos dos seus filhos e netos, escravos como eles, primícias do seu próprio sangue que eles ofereceram à cupidez de seu senhor sem por elas todavia resgatar-se da escravidão (*aplau-sos*) – porquanto a escravidão é isso mesmo: é o tráfico do que há mais santo, mais misterioso, mais inexplicável na natureza: a maternidade! (*sensação*); é essa lei bárbara e atroz que diz à mulher que concebe: “Teu filho vai ser um escravo como tu, tu vais enriquecer o teu opressor com o produto do teu seio” ... Não se diga que entre nós está abolido esse monstruoso princípio, porque não está; é em virtude dele tão-somente que existe a escravidão em nosso país, e aboli-lo, seriamente, seria decretar a emancipação de todos os escravos, presente gratuito e involuntário, às vezes filho do crime e da violência, que as escravas fizeram aos seus senhores! (*Prolongada emoção.*) Ah!, senhores, porque não aconteceu para honra da natureza humana em nosso país que, como se diz de certas espécies animais, a espécie humana também não se reproduzisse no cativeiro! (*Nova emoção.*) Parece que não poderei chegar ao fim das minhas frases, tanto sou arrebatado pela torrente das impressões que me causa esse regime que quando não foi pirataria tornou-se em lei de Herodes... Mas não são somente os velhos de 60 anos que apelam para vós: são todas as gerações escravas, a contar do ingênuo – escravo até aos 21 anos! De que massa humana sois feitos, pernambucanos, se tão grande injustiça não vos revolta e tão grande sofrimento não vos comove! Vós,

homens pobres, como quereis que os poderosos se compadeçam de vós, se não tendes compaixão para entes ainda mais infelizes e desamparados do que vós mesmos! Não... isso não é possível. Não será com os vossos votos que se manterá por mais tempo uma instituição desumana e cruel, violação perpétua de todas as verdades fundamentais da ciência como da religião, da jurisprudência como da moral, causa de atrofia que pesa durante séculos sobre o desenvolvimento das nações, instituição que destrói e avilta tudo o que as instituições sociais têm por fim edificar e engrandecer! (*Aplausos prolongados.*)

Não, senhores, a cidade do Recife acordou do sonho profundo de tantos anos de indiferença e de insensibilidade, e neste lugar donde falo, do centro de tantas tradições e de tanto heroísmo, que se não fora a escravidão seria hoje uma república forte e respeitada e que com a escravidão começa a esquecer o passado e a descreer do futuro, dir-se-ia que nós ouvimos uma voz que nos brada: “Basta de perseguição, basta de sofrimento.” É a voz que sobe do solo das vossas batalhas nacionalistas, das vossas revoluções liberais, e é, escutando-a e articulando-a, que eu denuncio neste momento solene a escravidão ao povo pernambucano com todas as forças de minha alma. (*Aplausos.*) Sim, em nome do passado e do futuro, denuncio ao povo do Recife reunido nos seus comícios aquela instituição que, para ser condenada pela consciência humana, basta ser chamada pelo seu nome – de escravidão (*aplausos*); eu a denuncio como incurso em todos os crimes do Código Penal, em todos os mandamentos da lei de Deus. (*Longos aplausos.*) A vós, artistas, eu a denuncio como o roubo do trabalho; a vós, sacerdotes, como o roubo da alma; a vós, capitalistas, como o roubo da propriedade; a vós, magistrados, como o roubo da lei; a vós, senhoras, como o roubo da maternidade; a vós, pais, filhos, irmãos, como roubo da família; a vós, homens livres, como o roubo da liberdade; a vós, militares, como o roubo da honra; a vós, homens de cor, como o roubo de irmãos; a vós, brasileiros, como o roubo da pátria... sim, a todos eu denuncio essa escravidão maldita como o fratricídio de uma raça, como o parricídio de uma nação! (*Longos e estrepitosos aplausos. Durante muitos minutos o auditório aclama o orador.*)

.....

*Quinta Conferência
no Teatro Santa Isabel*

A 6 de janeiro de 1885

M

EUS senhores, ao ver-me hoje de novo diante de vós parece-me que não o curto intervalo de quatro semanas, mas um espaço de tempo muito maior nos separa do dia em que pela última vez tive a honra de dirigir-vos a palavra neste recinto. O número em que afluís a esta reunião e o acolhimento que me dispensais bastam para mostrar que não está quebrado nenhum dos laços de confiança e solidariedade que nos prendiam antes da eleição; mas os acontecimentos que intervieram desde o dia 1º de dezembro produziram em nossos espíritos uma impressão tão profunda que os fatos de há um mês parecem distanciados de nós um ano e é difícil voltarmos ao estado de espírito em que nos achávamos antes do primeiro escrutínio.

Sim, senhores, nada é mais nobre do que o sentimento que nos faz pensar assim. Houve sangue derramado na presente eleição, e o nosso respeito à inviolabilidade da vida humana é tal que o sangue derramado, ainda mesmo quando nenhuma gota dele possa ser lançada sobre nossas cabeças, tem o poder de paralisar-nos completamente na reivindicação dos mais legítimos direitos.

Pela minha parte devo confessar que os fatos de São José produziram em mim um abalo profundo. A primeira impressão que eu tive foi

toda de ansiedade pelo perigo que correu no dia da sua vitória o meu ilustre amigo, o deputado pelo 2º distrito, mas a segunda foi de luto pela sorte dos que sucumbiram nessa luta improvisada, e de todo imprevisada, que um momento pareceu dever estender-se a toda esta capital.

Não posso expressar-vos o pesar que me causa o ter que ficar associada à lembrança da minha eleição no Recife a cena selvagem de São José, porque tenho o direito de dizer que esse não devia ser o desfecho de uma campanha eleitoral como foi a minha, feita toda diante do povo, sem nenhum meio subterrâneo, sem cabala e sem fraudes, e na qual pode-se dizer que o candidato esqueceu-se no abolicionista.

Entretanto, senhores, tal é a crueldade e o cinismo dos que, em falta de bandeira de partido, levantam hoje como estandartes as roupas ensangüentadas de seus infelizes correligionários; o que é que diz e repete a imprensa conservadora? Que as mortes de São José foram o resultado das minhas conferências! Como se esses tantos discursos em que não ataquei pessoas, e somente defendi idéias, em que apregoei as principais aspirações sociais e políticas da nossa época, ou não tivessem tido auditórios numerosos capazes de desmentir a calúnia, ou tivessem produzido efeito contrário ao que nobres pensamentos expressos em linguagem elevada deviam produzir sobre uma população civilizada, em uma cidade como o Recife!

Vim a esta cidade em serviço da idéia abolicionista. Apresentando-me candidato procurei fazer da minha eleição uma campanha política de repercussão nacional. Para isso desprezei a cabala, a intriga de porta em porta, e entreguei-me todo à propaganda. Na sustentação das reformas que advogava, falei mais de 20 vezes ao povo; os meus discursos ou foram taquígrafados ou foram em suas partes essenciais retidos de memória por centenas de pessoas. Pois bem, eu desafio a que se produza de todo esse imenso cabedal que entreguei, sem preparo quase à análise microscópica dos meus adversários, uma frase sequer que eu não possa repetir e pela qual não me confesse responsável.

É certo que os que me responsabilizam pelo grau de entusiasmo, de excitação e de ansiedade popular no dia 1º de dezembro não dizem que eu direta ou indiretamente concorresse para os acontecimentos de São José de outra forma senão por meio destas conferências que, segundo eles, levaram o povo desta cidade a identificar-se de tal modo com a minha eleição que a

idéia de que fora derrotado, tomando-o de surpresa, seria como uma faísca lançada sobre o imenso material de paixões explosivas que uma longa tradição histórica depositou entre as diversas camadas do povo de Pernambuco.

Mas, senhores, que novo crime é esse de se fazer estimar pelos seus comprovancianos? De lançar raízes no coração do povo? De provocar o interesse geral, a ansiedade mesma da população, para a eleição que se disputa? (*Aplausos.*)

Eu argumento na hipótese dos nossos adversários, porque a teoria deles sobre os fatos de São José não é a minha. A minha é muito diversa e logo eu terei que expô-la, a deles é que o povo do Recife – porque foi o povo indistintamente; não eram, como com eles, capangas armados e assalariados para o dia; era o povo mesmo, homens de todas as idades, de todas as posições e de todos os partidos –, a idéia deles é que o povo do Recife foi a São José cometer assassinatos como um bando de assassinos, movido pela sobreexcitação em que estava por causa desta campanha. Eles pretendem assim responsabilizar-me por ter concorrido para o derramamento de sangue com a agitação produzida no ânimo público pelos meus discursos.

Senhores, eu sei bem que todo homem político que promove grandes reformas sociais, e que para isso tem de expor as extorsões e os abusos dos privilégios que ataca, e, por outro lado, de estabelecer as relações diretas, causais, entre as injustiças denunciadas e o sofrimento, a miséria, a triste condição dos oprimidos, arrisca-se sempre a acusações de provocar o derramamento de sangue e explosão de cóleras populares... Durante o longo processo de toda e qualquer reforma social, o sangue, o crime, digamos logo, resultado de impaciências que se não podem conter ou de paixões momentâneas que se não podem suprimir, intervém como elemento perturbador da luta, como que para ainda mais envenená-la. A história está cheia de situações dessas, em que os homens de reforma, os mais humanos e até mesmo os mais tímidos, viram-se de repente paralisados pelo crime que, pretendendo auxiliá-los, os obrigava a parar e perguntarem a si mesmos se estavam seguindo o verdadeiro caminho; mas em caso nenhum faltou a esses homens a acusação dos adversários de terem provocado o derramamento de sangue.

A essa acusação, senhores, deve sentir-se superior todo aquele que pode no decurso de uma longa agitação de seis anos apontar para tudo

que tem feito, dito ou escrito, e pedir que se lhe mostre um ato ou uma frase que pudesse atuar no espírito de um homem sensato para movê-lo a um atentado contra a vida ou a pessoa de quem quer que fosse.

É estranho, senhores, que os conservadores me contestem o direito da palavra na quadra eleitoral. Eu cheguei no fim de setembro ao Recife, desconhecido de quase toda a população. Era amigo íntimo, é certo, do presidente da província, mas sabia não só que ele não se prestava a fazer relação alguma, como que ele não poderia auxiliar-me, no estado a que chegaram as finanças provinciais, quando, por mais necessário que fosse, nenhum candidato podia conseguir dele o pagamento dos ordenados atrasados dos funcionários... Em tais condições, ser reputado candidato oficial era carregar com a responsabilidade de uma situação odiosa para a qual eu não havia de forma alguma concorrido, e isso sem a mínima compensação, porquanto, vós sabeis, as grandes repartições do Estado e da província no Recife estão sob as ordens de conservadores, e o empregado – que tem meios no escrutínio secreto de encobrir o voto – prefere marchar de acordo com o seu chefe permanente a, quando muito, agradar a um presidente provisório, que apenas acabada a eleição deixará a cadeira. Além disso, tão fundo se entranhou a convicção de que os liberais não reagem, que a ameaça de um conservador para *quando o partido subir* produz em toda parte maior pressão sobre o funcionário eleitor do que mesmo a intimação do mais autorizado liberal.

Sem elementos oficiais, portanto, eu via-me numa cidade empobrecida e necessitada, em frente de todo o capital, de toda a plutocracia açucareira, de toda a clientela nacional e estrangeira, leiga e eclesiástica, comercial e operária, mercenária e ociosa da escravidão. Tinha além disso contra mim a campanha da difamação e do insulto feita no *Tempo* e no *Diário de Pernambuco*, onde até a memória de meu pai era vilipendiada por dinheiro. Sem recursos e com demasiado espírito público para entrar no mercado de votos, para o qual os nossos adversários tinham criado um como *fundo dos reptis*: sem empregos que prometer; incapazes de desprezeitar no mínimo dos funcionários a liberdade do seu voto; em luta com as poderosas famílias comerciais e proprietárias de quem tanta gente depende, e por fim sem residência nesta província para responder ao argumento máximo de que tanto se abusou – que eu não era mais pernambucano, o que podia eu fazer senão

recorrer a esta tribuna, entender-me diretamente com o povo, procurar nele a base precisa à minha candidatura, que – essencialmente do povo por ser abolicionista – eu tinha obrigação de empregar os últimos esforços para tornar popular? (*Longos aplausos.*)

O que resultou desse esforço em que me prodigalizei dia por dia, sempre acompanhado por milhares de pessoas, vós sabeis. O Partido Liberal em massa nesta cidade tornou-se abolicionista, e o abolicionismo que era a opinião de alguns tornou-se o partido popular. O Recife nunca viu semelhante espetáculo, novo também no Brasil: o de uma eleição disputada, como nos Estados Unidos ou na Inglaterra, na praça pública, em grandes *meetings*, com esta diferença somente: que naqueles países ambos os partidos comparecem perante o povo e batem-se diante dele na mais transparente publicidade possível, ao passo que em Pernambuco éramos nós abolicionistas os únicos a dirigir-nos ao povo, a falar ao povo, e tínhamos assim, da publicidade, da luz meridiana, sem tramas e sem mistério, que disputar as eleições com a um partido cujos movimentos eram todos secretos, cujos meios eram todos desconhecidos, que maquinava, comprava, falsificava e se armava nas trevas! (*Aplausos.*)

Por isso mesmo, senhores, tenho o direito de lamentar que à lembrança da campanha eleitoral mais legitimamente conduzida, a mais pura, mais patriótica e mais estreme de qualquer idéia de fraude, corrupção ou violência, como foi a campanha dos abolicionistas no Recife, fique associada a nódoa de sangue de São José.

Mas, já que falo desse modo no sangue derramado, devo dizer todo o meu pensamento a respeito. Pelo muito que tenho ouvido sobre esses acontecimentos, não me resta a mínima dúvida de que a responsabilidade dos fatos de São José não pertence ao Partido Liberal, que em todo esse conflito em mais uma vez, se demonstrou a crueldade do medo, foi um pânico, e, como todos os pânicos, surpresa de um momento.

A teoria conservadora é, como vos disse, que o povo foi a São José anular uma eleição que me fora contrária e disposto a matar e a morrer para chegar aos seus fins. Deixemos por enquanto de parte a intenção com que o povo foi a São José, mas a disposição em que ele estava não era nem de matar nem de morrer. Ninguém tinha idéia, na multidão de conflito, de sangue derramado. A surpresa em todo o Recife quando se soube que uma

eleição do 1º Distrito, que, todas, se esperava passassem na maior calma, não podia ter sido mais geral, e essa surpresa é a melhor prova da disposição dos ânimos. Exceto entre os organizadores da vitória conservadora, que tinham homens armados em São José, em Afogados e na Madalena, ninguém tinha pensado na possibilidade de luta a mão armada no 1º Distrito. O que aconteceu em São José não podia ser mais imprevisto, nem mais casual.

Os fatos passaram-se tão rapidamente, houve tanta imprudência dos dois lados, o material acumulado era tão explosivo, que nenhum partido tem direito de imputar ao outro o que chamarei propriamente a *cena de sangue*. Segundo o que me parece ser a verdade, pelo depoimento das testemunhas e pela verossimilhança, os fatos passaram-se desta forma.

O Sr. José Mariano, deputado eleito, chegou com três ou quatro companheiros à Matriz de São José no momento em que se começava a lavar a ata da eleição... Quando examinava um protesto apresentado por um mesário liberal (os conservadores dizem que esse protesto foi apresentado com a idéia de ganhar tempo para deixar chegar os invasores, o que mostra como tudo se explica uniformemente quando se tem uma idéia preconcebida e uma teoria que justificar), ouvem-se vivas do povo que se aproxima. O Sr. José Mariano tranqüiliza os mesários dizendo que vai ver o que é, e afirmando que não há intenção hostil da multidão. A Mesa porém sem confiar em José Mariano fecha a grande porta que a isolava da galeria e estabelece assim precipitadamente, num momento de terror, a clandestinidade da eleição.

Fechada a porta, espalha-se entre o povo a idéia de que se estava falsificando a ata. Na história dos movimentos populares muitas vezes o sinal da luta tem sido uma porta ou uma grade que se fecha diante do povo. Na excitação dos ânimos ocorreu logo, e impôs-se a muitos, a idéia de forçar a porta atrás da qual se suspeitava haver uma fraude em execução. Forçada a porta, o fiscal do Dr. Portela, o falecido major Esteves, apareceu armado e protegido por seu irmão e um seu sobrinho em frente do povo. Esse povo estava tão pouco disposto a matar e a morrer que recuou em uma distância igual ao comprimento desta sala, até precipitar-se pela escada abaixo, diante da pistola do major Esteves! Esse homem só fez recuar a multidão! Que ânimo tinha ela de fazer uma carnificina em São José! Foi somente depois, quando tendo José Mariano gritado a Esteves: “Senhor

major, não assassine assim seus irmãos”! Ele sem saber o que fazia disparou sobre José Mariano o grito fatal: – José Mariano está ferido! Produziu uma revolução no ânimo do povo, a multidão de novo precipitou-se para cima e travou-se então corpo a corpo a luta terrível em que morreram Esteves e seu sobrinho.

Tudo isso passou-se tão rapidamente, de modo tão inesperado, no meio de um tão grande pânico, que somente o ódio partidário, ou antes a especulação partidária, poderia querer lançar sobre o Partido Liberal essa nódoa de sangue.

Notai que em parte alguma nós, abolicionistas ou liberais, tivemos um único homem armado, e que, em diversas seções, os nossos mesários, como um deles me dizia, funcionaram entre assassinos. Na Paz, por exemplo, os conservadores estavam preparados para uma batalha, eles, o partido da ordem! Se sentiam ameaçados por nós, liberais, que fomos a todas as seções sem cogitar da possibilidade de disparar um tiro, era à autoridade que deviam pedir proteção. Parece incrível que nos conselhos de um partido conservador prevaleçam idéias tão sinistras, como essa de levar gente armada para as paróquias, legado da antiga eleição. Imagine-se que realmente era de temer – não de planos premeditados, porquanto todos reconhecem que nós liberais estávamos certos de ganhar a eleição no 1º Distrito por grande maioria, mas sim do desapontamento do povo ao julgar-se traído – um movimento popular, espontâneo, confuso, desordenado, contra qualquer das seções conservadoras; deviam os nossos adversários preparar-se para resistir-lhe armando braços irresponsáveis? A fatalidade da eleição em São José foi haver gente armada na Mesa. Não há, absolutamente, o mais leve, o mais insignificante indício, para provar que a ordem pública seria alterada em São José se os conservadores não houvessem, primeiro, fechado a porta, criando a suspeita de clandestinidade, depois aparecido em armas contra o povo a fazer fogo de dentro para fora, e se, por último, o major Esteves não houvesse atirado contra José Mariano, desarmado e sem defesa, no dia mesmo do seu triunfo. Não há a mais tênue, a mais frágil indicação de que as represálias do pânico – como foram as mortes de São José – tivessem sido atos intencionais, sem provocação alguma, contra homens em legítima defesa. A repulsa do povo em grande distância é um fato de que todos foram testemunhas e em que são acordes, assim como a volta de parte desse mesmo povo repellido quando soou o grito de “José Mariano ferido!”

Tenho dito bastante sobre uma desgraça que ninguém lamentou mais do que eu; por certo, não os que fazem dela uma bandeira de rancor, e cuja responsabilidade pertence, infelizmente, ao homem destemido e partidário que, sozinho, fez em face da multidão desprevenida e entusiasta que penetrou na Matriz, e morreu vítima da sua coragem e dos seus ódios políticos. Se, em vez dele, tivesse morrido José Mariano, contra quem ele atirou, eu teria o direito de dizer-lhe, no seu processo, que ele não tinha qualidade para repelir o povo do Recife da Matriz de São José, e que na sua conhecida exaltação chegou a esquecer o perigo em que colocou a população do Recife: de assistir a uma noite de São Bartolomeu política, a uma explosão horrível da vindita popular, atirando sobre José Mariano.

Mas o grande argumento é este: para que foi José Mariano a São José? O que tinha o povo que fazer em São José! Senhores, é preciso não esquecer que tudo isso foi questão de minutos, que ninguém tinha calma, assim como ninguém sabia ao certo do resultado da eleição, é muito pouco do modo por que ela tinha corrido nas seções. A ida de José Mariano a São José era a coisa mais natural do mundo, sobretudo constando que havia um protesto liberal. Se se planejasse uma fraude, não teria sido mais fácil e mais pronto realizá-la na Câmara Municipal donde o povo saía? Mas foi exatamente porque o povo viu com seus olhos que na Câmara Municipal, no nosso baluarte, houve uma fraude, que ele pensou que podia ter havido fraudes semelhantes em outros lugares, e o que todos queriam saber naquele momento era quem tinha ganho, ou, para melhor dizer, se eu tinha realmente perdido a eleição.

Esse povo levava na alma uma grande ferida; ele tinha descoberto a traição em vossos arraiais, visto que o inimigo tinha, entre os nossos, pessoas encarregadas de trocar o meu nome pelo do Dr. Portela, e foi ao grito de traição que ele acompanhou o homem da sua confiança ao primeiro ponto a que este foi buscar esclarecimentos.

Ninguém entretanto tem competência para instaurar processos de intenção e afirmar que o povo do Recife foi a São José levando um plano sinistro. A imaginação assustada atribui ao adversário toda espécie de más intenções, mas ninguém tem direito de atirar a bala sobre outrem só pelo que imagina e receia.

É preciso mais alguma coisa do que o nosso medo para constituir a criminalidade alheia. (*Aplausos.*) O povo tinha o direito de ir a São José, e ninguém tinha portanto o direito de atirar sobre ele por lá. (*Novos aplausos.*) Ele tinha o direito de assistir à eleição, e ninguém tinha o direito de torná-la clandestina, fechando a porta num momento de terror. Em São José não havia que rasgar papéis, porque a ata não estava começada. A eleição tinha ficado inutilizada desde o momento em que se estabeleceu a clandestinidade dela. (*Aplausos.*)

Ninguém do lado liberal tinha interesse em derramar sangue, e se houve sangue derramado resultou ele de um conflito no qual o que prevaleceu foi, como em todos os casos semelhantes, a inconsciência e a crueldade desse elemento perigoso e sanguinário que aparece em todas as lutas eleitorais de nosso país e que é um resto da escravidão.

Resumindo, a cena de São José não foi um plano, não teve um fim, não é de forma alguma da responsabilidade do Partido Liberal, nem de José Mariano, e todos devemos sentir-nos infinitamente menos responsáveis por ela do que quantos ainda hoje apóiam a escravidão pela dilaceração de escravos nas garras sangrentas da Lei de Lynch. (*Sensação.*)

Mas, senhores, vejamos como o fato de não se ter concluído a eleição na Matriz de São José afetou e afeta a eleição do 1º Distrito. Reconhecendo-se a votação constante do edital do *Diário*, o Dr. Portela tinha maioria de votos sobre mim.

Ele pretende assim ter sido eleito no primeiro escrutínio, por isso não se apresenta no segundo convocado para o dia 9, e os seus amigos dizem que, tendo ele ganho a eleição, é injusto e imoral consentir que a vitória lhe seja roubada por um ato de violência, do qual foi vítima o seu próprio fiscal.

Senhores, eu não teria objeção alguma a que o diploma de deputado pelo 1º Distrito fosse expedido ao meu adversário, se a lei o permitisse. Em tal caso eu iria à Câmara pedir uma nova eleição, baseando-me em que essa pequena maioria de três a quatro votos que ele, segundo as suas alegações, teve acima do quociente legal foi uma parte insignificante de votos obtidos por fraude, abuso de confiança ou corrupção.

Nenhuma Câmara moralizada deixaria de reconhecer o meu direito a uma nova eleição. Pois bem, essa nova eleição é o segundo escrutí-

nio. Não é preciso que eu vá pedi-la à Câmara, ela resulta da própria lei e do fato de não se ter ultimado a eleição de São José. (*Aplausos.*)

Como se poderia contar ao Dr. Portela os votos de uma eleição de que não houve ata? A ata é porventura um documento que se possa ou substituir ou dispensar? Pode um tumulto ter a virtude de servir de ata à eleição interrompida e de dar-lhe o cunho de legitimidade? Com que direito se faria uma exceção da eleição de São José para aprová-la sem ata, privando-se-me, a mim candidato – que não concorri de forma alguma para o tumulto, que repilo com indignação a idéia de o ter desejado –, do direito de verificar pela ata a regularidade do processo eleitoral a que não assisti? É duro que um ato de força altere o resultado de um escrutínio, mas foi a lei, foi o Parlamento que assim o quis quando estabeleceu para a apuração a necessidade das autênticas, e seria igualmente duro que o tumulto me privasse de direitos que a lei me confere. Não está em meu poder alterar o sistema estabelecido, consentindo que sejam apurados como bons votos que não consta de nenhuma ata como foram recebidos. Em tais condições, o segundo escrutínio é legal e inevitável, e como um segundo escrutínio equivale, quando não houve no primeiro senão dois candidatos, a uma nova eleição, eu tenho o direito de apelar para o eleitorado pernambucano para que nesta eleição nova mostre do modo o mais patente, dando-me maioria de votos sobre os que pretende ter tido o Dr. Portela, que fui eu quem desde o primeiro escrutínio o eleitorado desta capital escolheu para seu representante. (*Longos aplausos.*)

Fui, porém, acusado de contradição por ter, primeiro, dito que não aceitaria o mandato de deputado com a anulação dos votos de São José e, depois, reclamado que me fosse expedido o diploma de deputado sem aqueles votos. Que contradição há nisso? Eu só posso renunciar um direito que me tenha sido reconhecido, e para renunciá-lo devo exigir que me reconheçam. Não se renuncia o que se não tem. Mas nesse mesmo artigo, pelo qual se me argúi de contraditório, repeti a declaração de que só me serviria do diploma que reclamava para pedir nova eleição. Eu nunca reconheci que o Dr. Portela tinha sido legitimamente eleito, isto por um lado, e por outro nunca declarei que não aceitaria um mandato resultante da nova eleição ou de um segundo escrutínio, que é uma nova eleição, e da pior espécie, como vos hei de mostrar. O que eu disse foi que sem os votos da 1ª seção de São

José não ficaria na Câmara, que não queria um diploma mutilado, em que houvesse uma nódoa de sangue, por outro que não queria tirar proveito algum dos fatos de São José, de quem quer que fosse a responsabilidade deles. (*Aplausos.*)

Em minha opinião a Junta Apuradora devia ter-me expedido diploma. Não preciso dizer quanto estimei, e mesmo concorri para isso, que ela o não fizesse, antecipando assim pelo menos de três meses uma segunda eleição que eu esperava que a justiça da Câmara dos Deputados não havia de negar-me, e dando-me ocasião de ir para o Parlamento, se eu for o vencedor, com o meu diploma ratificado por uma autoridade muito mais competente do que a Câmara dos Deputados para reconhecer o legítimo deputado deste distrito: o eleitorado do Recife. Eu deixava assim de ser deputado de Junta Apuradora, portador de um diploma gracioso, como tem havido tantos, para ser deputado de uma segunda eleição.

Não é segredo portanto para ninguém que a esta hora eu podia ter no bolso um diploma, pelo menos, melhor do que o do Dr. Portela; um diploma que os mesários deste requereram mesmo ao juiz de Direito presidente da Junta que me expedisse! E que renunciei esse diploma, o qual me dava direito de concorrer ao terceiro escrutínio em melhores condições do que o meu contendor, porque tinha por mim a lei, renunciei-o para sujeitar-me a nova votação e ter assim a minha causa sujeita ao único juiz que a pode decidir, de modo a satisfazer-me a mim e ao povo pernambucano: o próprio eleitorado que o Dr. Portela e eu pretendemos ter tido do nosso lado no dia 1º de dezembro. Estou certo, senhores, de que nenhum dos conservadores que me acusam de contraditório teria feito as declarações que fiz, nem rejeitado um diploma certo para correr os riscos de uma eleição duvidosa. (*Novos aplausos.*) Eles não gostam muito de eleições repetidas. Não têm muita confiança no elemento popular e contentam-se com qualquer espécie de diploma que os leve à Câmara. (*Aplausos.*)

Mas dir-se-á: “Vós dissestes que não queríeis tirar dos fatos de São José nenhuma vantagem. Não será o segundo escrutínio uma grande vantagem? Em primeiro lugar, é sempre vantagem para quem perdeu uma eleição poder pleiteá-la de novo e ter assim uma possibilidade de ganhar o que de outra forma estaria perdido. Em segundo lugar, é uma vantagem

pleitear a eleição nas circunstâncias presentes, quando o Partido Conservador está aterrado e teria medo de ir novamente às urnas.”

Acabo de formular do melhor modo que me é possível a objeção que se me faz.

Sim, senhores, eu declarei não querer tirar vantagem alguma, isto é, para ser deputado, dos fatos de São José, mas o segundo escrutínio não é vantagem, porque o segundo escrutínio não é um presente de diploma que se me faz, é uma nova luta em que entro. (*Aplausos.*)

Uma segunda eleição não é uma vantagem para o candidato que foi antes derrotado, é sim uma vantagem, e grande, para o candidato que conta com a maioria do eleitorado. Quanto ao segundo ponto, eu protesto contra ele; não há nada, absolutamente nada, que justifique o mais ligeiro receio da parte dos conservadores de concorrer novamente às urnas. A impressão que os levou ao Arsenal já devia estar dissipada.

Quem entretanto não vê que se eu tivesse sido realmente batido na eleição de 1º de dezembro não faria senão piorar a minha posição, perante a província, o país e a Câmara, dando ao meu adversário ocasião de vencer-me num segundo escrutínio? Pois pode-se me julgar tão levianamente presunçoso que eu quisesse tirar dos fatos de São José a vantagem de ser esmagado pelo meu adversário?

O segundo escrutínio, imaginando-se que o candidato conservador realmente venceu no primeiro, seria de conveniência para ele só. A sua vitória alegada é disputada por quase toda a população da cidade, ela, na melhor hipótese para ele, tomando-se a própria apuração dos seus mesários, foi apenas de alguns votos acima do quociente legal, votos que não representam a décima parte dos votos que entraram para as urnas, na crença, por parte dos que os depositavam, de que eram para mim e que saíram delas metamorfoseados pela traição.

Em tais circunstâncias, quando tal nódoa recai sobre o triunfo que ele reclama; quando outra impugnação, de diverso caráter, mas também muito séria, se lhes faz, a saber: a compra de votos, o vício maior que nos países livres e moralizados possa afetar as eleições, porque significa o Parlamento em almoeda, o leilão da representação nacional; quando igualmente todo o mundo atribui aos conservadores a fraude que fez desaparecerem três cédulas da urna da Câmara Municipal, baluarte abolicionista

em que nenhum liberal tinha interesse em tocar, porque seria destruir a sua própria maioria; o segundo escrutínio era da maior utilidade para o candidato conservador, se ele realmente contava com o eleitorado. (*Aplausos.*)

Era o caso de mostrar que não teve só a maioria, que a teve sem compra de votos, sem fraude, sem traição. Era o caso de tirar a prova, e esmagadora. Se ele me venceu da primeira vez, porque não me venceria da segunda! Se não houve dinheiro, não haveria receio de que os que nós afirmamos haverem sido comprados se negassem a votar uma segunda vez. Se não houve traição, o fato de serem apontados alguns dos agentes desse plano oculto não faria perder um só voto. Se os fatos de São José são de responsabilidade do Partido Liberal Abolicionista, se nós derramamos sem piedade sangue pernambucano para chegarmos aos nossos fins, se a segurança pública foi substituída pelo terror dos assassinos, haveria pernambucano bem-intencionado, de coragem moral e de espírito público, que não fosse, dessa vez, protestar com o seu voto contra o estado a que nós reduzimos esta infeliz província?

Sim, senhores, o segundo escrutínio em tais condições seria um presente feito, não a mim, mas ao meu adversário que podia fazer ratificar o seu triunfo, agitando as roupas ensangüentadas dos seus amigos mortos por ele, apelando para a generosidade deste povo, o qual não poderia ver de sangue-frio o candidato repellido querer usurpar o mandato que ele tivesse conferido ao outro.

Todas as vantagens são do meu adversário, e no entanto é ele que recua! (*Aplausos.*) É ele que não quer aceitar a prova. Por quê? Será por que está eleito? Ele sabe bem que o diploma que tem não lhe dá entrada na Câmara; ele sabe que o segundo escrutínio é estritamente legal; que tê-lo-ia sido pela simples decisão do juiz de Direito, quanto mais por uma decisão do juiz de Direito baseado sobre um aviso do governo que estabeleceu para o futuro um aresto eleitoral; por último ele sabe que apesar de tudo não pode contar ainda com essa coalizão de conservadores e liberais dissidentes para me excluírem da Câmara se eu porventura lá chegar, porque o número dos deputados de que ele está certo não basta para garantir-lhe reconhecimento.

Quem viu a ata falsa de São José aparecer de repente 15 dias depois da eleição nos livros do escrivão Fulgêncio sabe que o Dr. Portela não é homem que esqueça um elemento qualquer, por mais insignificante,

de triunfo. Aquela ata foi feita para obter-se a assinatura do juiz de Direito no diploma do candidato conservador. Um aviso do governo inutilizou essa fraude. Os mesários conservadores fizeram então o que teriam feito em qualquer outra hipótese: expediram por conta própria ao Dr. Portela um título que chamaram diploma e que não passou da certidão da apuração fictícia por um poder ilegalmente constituído. (Digo que o teriam feito em qualquer outra hipótese porque essas três cédulas desaparecidas da Mesa da Câmara Municipal só desapareceram para dar lugar ao protesto feito pelo representante do Dr. Portela, e esse protesto foi feito para me serem contestados, se fosse preciso, na apuração dos votos da Câmara Municipal.) Mas procedendo assim os mesários colocaram-se e colocaram o candidato conservador acima da lei. Ele pela sua parte sabe bem que ninguém se pode colocar acima da lei, que o segundo escrutínio foi legalmente convocado e como tal há de produzir os seus efeitos legais, e que portanto se eu tiver a maioria nele estarei numa posição, legal e moral, verdadeiramente entrincheirada, porque estarei por trás de duas eleições!

Quem depois de tais provas – e sobretudo da abstenção do Partido Conservador – não se acreditaria deputado eleito de Recife?

O Dr. Portela calcula o efeito moral, e abstém-se! Não estará patente nessa abstenção o receio de sujeitar-se a uma deliberação popular, a um novo escrutínio que fosse um verdadeiro plebiscito sobre a honestidade, a legitimidade, a realidade da eleição do 1º de dezembro? Não é evidente que se os conservadores não se apresentam de novo não é por modo de perturbações da ordem pública, nem tampouco por certeza de terem já eleito o seu deputado e de vê-lo tomar assento na Câmara, mas porque não se atrevem a pedir ao eleitorado que diga quem venceu a eleição passada; quem levou às urnas maior número de eleitores? (*Aplausos.*)

Mas por isso mesmo, senhores, o meu dever é o oposto. Exatamente porque o meu adversário recua diante dessa prova é que eu devo submeter-me a ela; se ele se coloca acima da lei, eu sujeito-me à lei. Mas a vós todos, pernambucanos, eu tomo por testemunhas de que eu podia a esta hora estar na posse de um diploma melhor do que o dele; que esse diploma dava-me assento como deputado no Parlamento e voto na organização da Câmara, o que ele nem uma coisa nem outra tem com seu título;

e que assim eu podia estar com minha causa afeta tão-somente ao voto da Câmara para cujas coligações ele apela, mas que preferi a esse diploma certo o segundo escrutínio, contando que o vosso sentimento de justiça e lealdade aprovaria esse meu procedimento, e preferindo ter o meu mandato sujeito à vossa ratificação a devê-lo ao favor do chamado “terceiro escrutínio”. (*Longos aplausos.*)

Vos todos, pernambucanos que me ouvís, dissei portanto aos eleitores ausentes que eu hoje falei aqui esta linguagem: que o segundo escrutínio nas circunstâncias em que foi convocado é menos uma luta política do que uma decisão judicial. Só vós podeis ter conhecimento – porquanto os nossos costumes não permitem provar estas alegações em juízo – da corrupção e da traição que deslustraram a eleição passada. Se estais convencidos de que o Dr. Portela foi legitimamente eleito, votai por ele, sem distinção de partido; se porém estais convencidos de que eu tive a maioria dos vossos votos e que somente a traição e a fraude frustraram esse resultado anunciado de antemão por todos vós, votai por mim, que em tais condições empenharei todos os esforços possíveis para defender o mandato que duas vezes me tiverdes assim concedido. (*Novos aplausos.*)

Não se diga que eu entro sozinho em campo. O Partido Conservador abstém-se, mas a abstenção é uma forma de luta; abstém-se pedindo a cada eleitor nosso que deixe de comparecer, insinuando que eu não preciso de votos porque não tenho concorrente. Todos vedes que por isso mesmo estou empenhado em uma eleição mais difícil, mais ansiosa e pior do que a anterior. É quase uma eleição pública, o que afasta dela grande número de pessoas que seriam logo perseguidas pelo poder convergente das forças escravistas, é uma luta a descoberta contra um inimigo escondido, é um sacrifício, em suma, em vasta escala, do povo pernambucano ao Partido Liberal e à emancipação dos escravos. Para os nossos adversários nos baterem basta que o número de votos seja menos do que da vez passada. Não se trata de um triunfo legal, esse eu o teria qualquer que fosse o número de eleitores, desde que há a abstenção do outro lado; trata-se de um triunfo moral, de uma vitória sobre a própria abstenção, que força os adversários a reconhecer que nós temos a maioria do distrito, e esta, se a ganharmos a despeito de tudo e de todos, será o maior de todos os triunfos nas eleições deste Parlamento. (*Aplausos.*)

É isto, meus senhores, o que eu tinha que dizer-vos hoje e agradeço-vos o modo por que me ouvistes. O resultado das eleições no Império é ainda incerto, mas pode-se ver desde já que, apesar de todos os imensos obstáculos opostos à sua marcha, a idéia abolicionista fez, eleitoralmente falando, imenso progresso, e que o Imperador não há de escolher este momento em que ela ascende para abatê-la, dissolvendo esta Câmara no interesse conservador, mantendo o país – que já não pode mais e está morrendo por causa do provisório em que vive – na incerteza e suspensão que um interregno parlamentar agitado havia forçosamente de produzir. Nós podemos portanto contar com a duração da situação liberal, e ter a esperança de que ela continue a ser e se torne cada vez mais abolicionista. Isso é devido em grande parte aos esforços do eminente estadista que hoje governa o Brasil e cujos serviços nesta crise nacional a história, ficai certos, não há de esquecer.

Temos assim razão de estar satisfeitos com os resultados eleitorais conhecidos tanto mais quanto à maioria parece não há de faltar a força, a coragem e a decisão precisas para não consentir que a escravidão ganhe em terceiro escrutínio a batalha que tiver perdido no primeiro e no segundo, e para não deixar que se nos roube uma vitória que é da civilização e que, à vista do poderio da escravidão, dos seus capitais imensos, da sua infinita clientela, dos seus direitos adquiridos, e, mais que tudo, do Terror Negro, pode ser considerado um dos milagres da lei do progresso, um fato providencial no desenvolvimento do Brasil. (*Aplausos.*) Quanto a mim, senhores, vim a Pernambuco servir à causa da abolição, e, eleito ou repellido por vós na eleição final de 9 de janeiro, eu me julgarei altamente recompensado dos meus esforços e mais do que compensado das calúnias todos os dias despejadas contra mim pela imprensa conservadora, se vos ficar a impressão de que a minha vinda ao Recife no fim de 1884 concorreu para dar ao movimento abolicionista o incremento, o volume e a força que ele hoje tem nesta cidade. (*Aplausos.*)

Sim, senhores, se depois da minha partida os abolicionistas de todas as procedências formarem entre si um forte e poderoso laço de união; se, compreendendo que a abolição uma vez efetuada (e para ser efetuada ela ainda carece infelizmente de tempo) há de produzir como produziu nos Estados Unidos uma situação nova cheia de outros problemas, e exigindo

a continuação no poder do mesmo espírito e do mesmo partido que desferiu o grande golpe, eles se unirem para o presente e para o futuro, para reconstruírem sobre outras bases, verdadeiramente nacionais, o edifício a que houverem tirado a pedra angular, e se unidos assim por uma só aspiração sentirem que o nosso dever maior para com o povo, hoje, é instruí-lo, ensinar-lhe os princípios da moral social, inculcar nele o espírito público que nos falta a todos e para isso criar a tradição nacional e provincial que está interrompida, fazer amar a nossa terra e a nossa província renovando o culto quase extinto das glórias e do heroísmo brasileiro e pernambucano; se o partido abolicionista do Recife, em uma palavra, der ao país inteiro o exemplo de uma organização nova, democrática e liberal, que prepare o povo para merecer a liberdade que estamos conquistando para ele, e se para todos esses grandes resultados eu tiver concorrido com a minha palavra, acreditai, senhores, que terei pago, na melhor moeda que a minha gratidão poderia cunhar, a dívida do meu nascimento nesta grande província que deu ao Brasil os quatro fortes sentimentos de Pátria, Nacionalidade, Independência e Liberdade. (*Aplausos unânimes e prolongados. Aclamações ruidosas.*)

.....

*Sexta Conferência
no Teatro Santa Isabel*

A 18 de janeiro de 1885

M

EUS senhores, acreditai que a minha situação de espírito hoje é muito diversa daquela em que eu me achava quando vos dirigi a palavra pela última vez. Estávamos então na véspera de uma batalha, cujo êxito era mais que duvidoso, porque não lutávamos com a abstenção insidiosa e com a indiferença que resultava da fuga dos adversários. (*Longos aplausos.*) Eu sentia ao falar-vos pouco antes do segundo escrutínio um constrangimento que se devia revelar tanto na minha expressão como em minha linguagem, constrangimento que nascia da dúvida em que estava, se tinha sido de vantagem para a causa abolicionista ter eu vindo disputar como candidato a eleição do Recife. Notai bem, eu não tinha dúvida sobre a vantagem que resultou para o abolicionismo da campanha em que tomei parte, dos esforços que empreguei para levantar a opinião desta capital e fazê-la pronunciar-se com estrondo; mas eu podia ter feito tudo isso, e conseguido ainda mais, sem ser eu mesmo o candidato, e a dúvida que me constrangia era se eu não tinha de alguma forma comprometido a nossa causa arriscando-a a uma derrota na pessoa de um homem que o ódio e a paixão dos nossos adversários identificavam com a própria idéia.

Em tudo que tem acontecido o meu primeiro pensamento foi sempre para a nossa causa; o que eu procurei examinar, se a minha força como instrumento de idéia abolicionista sofrera ou aumentara. Pois bem, mais de uma vez na incerteza da luta, temendo a traição e a indiferença, tive dúvidas antes do segundo escrutínio sobre a prudência da minha deliberação ao solicitar o mandato desta capital. Para os homens que promovem uma grande reforma é às vezes melhor conservarem-se fora do campo das lutas políticas, tão mescladas de paixões estranhas, em que os princípios acham-se entranhados nos interesses, como o ouro na rocha. Nada mais natural do que as minhas dúvidas e a minha inquietação. Todas as diversas emoções que tenho tido desde o princípio deste nobre e grande cometimento, de vir disputar ao escravagismo esta cidade, berço de tão gloriosas tradições, todas essas emoções partiram de um único sentimento impessoal e superior a mim mesmo: o zelo, o interesse pelas idéias com que me identifiquei. (*Aplausos.*) Por isso também, senhores, foi grande a minha contrariedade quando tive que falar-vos dos fatos de São José, das fraudes e traições do primeiro escrutínio, porque, qualquer que fosse a importância desses acontecimentos, eu quisera não discutir a minha eleição, mas só o grande problema da abolição, a questão vital do país, a causa nacional por excelência, a qual se confunde tanto com a minha vida e os meus atos como a luz do universo com as formas efêmeras que ela ilumina. (*Aplausos.*)

Mas por isso mesmo que receio sujeitar o abolicionismo em minha pessoa a reveses e contratemplos, e ver-me enfraquecido na opinião como um dos seus auxiliares, sempre que posso ganhar para ele uma batalha tenho uma satisfação proporcional ao receio de prejudicá-lo. É assim que hoje o coração se me dilata ao ver-vos, nesta imponente reunião que eu desafio aos nossos adversários que imitem (*grandes aplausos*), celebrando o triunfo esplêndido do dia 9 de janeiro, essa prova majestosa que a soberania popular deu da sua adesão à nossa causa, com os seus 890 votos, a maioria real de qualquer média do eleitorado efetivo da capital (*aplausos*), que me conferiram o mandato de deputado deste distrito. Oitocentos e noventa votos neste segundo escrutínio quer dizer que eu teria tido mais de novecentos no primeiro se a expressão da vontade popular não houvesse sido falsificada. Contra semelhante algarismo, a que se reduzem as pretensões dos que ainda ontem blasonavam que o Recife era deles, que eles tinham

esta cidade em penhor? Eles preparavam-se para representar a *Gargalhada*, depois do que chamavam a farsa do segundo escrutínio, mas quem viu algum conservador rir ao ser publicado o número de votos? (*Longos aplausos.*) Se o meu contendor tivesse efetivamente sido eleito no primeiro escrutínio, ele seria hoje, antes mesmo de reunida a Câmara, o ex-Deputado Portela, porque não pode ser considerado representante de um distrito um homem a quem a maioria do eleitorado repudiou de modo solene, em uma eleição legal. (*Aplausos.*)

Mas o meu contendor não havia sido eleito. O segundo escrutínio legalmente convocado serviu para tirar a prova das fraudes e falsificações do primeiro. (*Aplausos.*) Os eleitores foram os mesmos, mas os resultados foram muito diversos. Será que os mesmos homens tinham votado primeiro por um, depois por outro candidato? O Parlamento não pode aceitar essa teoria que faria do eleitorado que ele representa uma massa inconsciente, ou antes sem consciência, teoria contra a qual protesta a dignidade dos eleitores. A explicação verdadeira é outra e está no sentimento de vós todos: o primeiro escrutínio foi todo alterado pela fraude e pela traição. (*Repetidos aplausos.*)

Tenho dito, porém, bastante sobre este assunto e não preciso a vós, povo do Recife, tornar mais saliente o prestígio de que o abolicionismo pernambucano se cobriu no dia 9 de janeiro. Não é exato que o Partido Conservador se desinteressasse do pleito. Absteve-se, mas não desinteressou-se, porque empregou todos os esforços para arredar os eleitores das urnas e, como sabeis, é mais fácil conseguir uma abstenção do que um voto. Para mim essa data é a mais completa justificação do modo pelo qual dirigi a recente campanha e da confiança com que me apresentei a disputar a cadeira ocupada pelo Dr. Portela. Outros teriam talvez vencido com mais facilidade; nenhum, porém, teria tido uma vitória de tanta significação para o movimento abolicionista, porque está na consciência de todos vós que eu não tinha outro título para conseguir o resultado que obtive senão a minha solidariedade e identificação com aquele movimento, e portanto que a minha eleição foi antes de tudo a vitória de uma idéia, a vitória da Revolução que, por meio da lei se quiserem e senão pelos próprios acontecimentos, está fatalmente resolvida na consciência pública. (*Estrepitosos aplausos.*)

Não me servi, senhores, ao acaso dessa palavra – Revolução – e como essa é uma palavra que desperta logo no espírito mil idéias diversas,

é preciso que vos diga todo o meu pensamento. Fazendo-o, cumpro um dever para com o eleitorado que me elegeu e me investiu de toda a sua confiança.

Senhores, por qualquer lado que se a considere, a escravidão é um edifício que ameaça ruína, e infelizmente é sobre nós que ele há de desabar. Séculos de ignorância cimentaram a união da escravidão com o nosso povo, que de uma forma ou de outra saiu dela, e a situação em que nos achamos colocados é esta: de um lado uma insignificante minoria interessada em conservar a propriedade humana, do outro uma população inteira sem ver que essa propriedade, que não a atinge diretamente, é a causa de todo o seu atraso no presente e no futuro. Entre esses dois elementos, aliados e simpáticos um ao outro, aparece uma consciência nova, um dissolvente moral poderoso, e, como a vida intelectual e política, as forças diretoras do país concentram-se nas capitais, as cidades tornaram-se o foco de irradiação daquela consciência, começaram a perturbar a vida nacional, a harmonia em que viviam os elementos estáveis da sociedade, em uma palavra, a operar uma revolução nos hábitos, na educação, nos sentimentos do país durante três séculos de escravidão. O que afirmo é que hoje chegamos a um ponto em que essa revolução, se não se fundir nos moldes de diversas grandes reformas sociais, fará seu caminho através de todas as resistências, criando mesmo resistências imaginárias para destruí-las.

Sim, meus senhores, estamos sobre um solo profundamente minado por grandes correntes vulcânicas. Se a resistência for uniforme em toda a superfície por forma a comprimir, em toda a parte igualmente, as lavas que querem irromper, o perigo será geral. Se não aparecer em parte alguma o vulcão, o terremoto destruirá tudo que esteja edificado sobre a área abalada. Como brasileiros, o que nos interessa mais saber é se há probabilidade de resistência e compressão, que eu chamaria loucas se não houvesse infelizmente uma lei fatal na pressão dos interesses acumulados e amalgamados.

Nós, abolicionistas, elegemos a Câmara. Supondo que, com as suas estatísticas e conluios, os nossos adversários pretendem roubar-nos a vitória ganha e constituir o Parlamento à sua feição, insuflar-lhe o seu espírito. Supondo que se pretende cometer o crime de subtrair-nos assim uma Câmara, a crise de que falei se produzirá logo. Nenhuma opinião consente

que se lhe roube uma vitória dessa ordem; que se lhe arranque das mãos uma legislatura. (*Aplausos.*)

Mas semelhante hipótese é impraticável. A que podia ameaçar-nos seria a de uma dissolução logo depois de reunida a Câmara por um ato do Imperador. Supondo que a quantidade de diplomas contestados, a parcialidade na apuração e as lutas acrimoniosas dos partidos durante ela causavam no ânimo do Imperador uma impressão desagradável, a desconfiança de que os conservadores estavam sendo tratados de modo injusto, e que ele se decidia a dissolver a Câmara em favor da Oposição... Então, sim, senhores, estaríamos na véspera de acontecimentos lutosos, mas quem sabe se não também na véspera da grande transformação nacional? (*Longos aplausos.*)

Notai bem a natureza da situação atual para compreenderdes o valor da solução conservadora. De comum acordo, as eleições foram feitas na presente crise no terreno da abolição gradual. O que as perturbou, as inflamou e lhes deu o caráter que tiveram foi o interesse extraordinário que se prendia à consulta feita ao país. Foi a escravidão que transportou as nossas eleições para o campo da luta social. Pois bem, se os conservadores fossem agora chamados ao poder, eles teriam que subir em nome da escravidão, seriam os vingadores da escravidão ofendida (*apoiados*) e qual de vós acredita que semelhante reação não lançaria de repente o país num desequilíbrio profundo?

Se ao Imperador repugna o espetáculo de dois Parlamentos, chamando os conservadores, ele ou teria em toda parte eleições de sangue, ou teria de novo um Parlamento duplo. Se a lei deu já lugar a violências, uma nova eleição daria a maiores; se houve fraude, a fraude seria dobrada; e quanto à intervenção, imaginai com que ânsia os vencedores não se atirariam sobre os despojos e de que vinganças sinistras não ficaria assinalada a restauração de um partido que teve a minoria nas urnas (*aplausos*), que no primeiro escrutínio mostrou que só pode vencer parcialmente pela nossa desunião (*novos aplausos*), e que para ter na Câmara o número de votos que vai ter especulou com os sofrimentos dos escravos, fez da morte no cativo de velhos de 60 anos o preço da sua expiação, diante da grande propriedade, pela redenção dos nascituros, e prestou-se ao inglório papel de obstar ao progresso moral da pátria, fazendo-a, como no sono hipnótico se faz o

magnetizado acreditar que é outra pessoa, fazendo-a acreditar que ela é a escravidão! (*Sensação prolongada seguida de muitos aplausos*).

Imaginai as vinganças e desafrontas de uma reação escravista durante o processo da emancipação nacional (*aplausos*), e vede o que seria esse novo interregno, esse provisório novo, decretado em favor da escravidão que o país acabou de repelir!

Não, não é possível que neste momento da nossa vida social o Imperador, chamando a si a função de árbitro do país, entregue o poder aos conservadores por meio de uma dissolução temerária. Não se deve mudar de cavalos no meio da torrente, era a frase de Lincoln, e nós estamos atravessando um vau perigoso. A dissolução com os conservadores significaria uma reação escravista em plena torrente abolicionista. (*Aplausos.*) Veríamos então um destes dois fenômenos: ou tendo especulado com a escravidão para subir ao poder, os conservadores tratariam logo de especular com a emancipação para se manterem nele, e dividir-se-iam ao meio, ficando a cauda do partido sem a cabeça, porque a cabeça, onde está a força pensante e diretora e o verdadeiro espírito do partido, é escravista; nesse caso a parte oficial, áulica e oportunista teria que vir pedir-nos o nosso apoio, mostrando que nas eleições de 1884 eles tinham feito da escravidão apenas degrau para subir; ou veríamos um fenômeno muito diverso – o da união conservadora, respeitada a hierarquia do partido e a preponderância do elemento tradicional, o mesmo que travou com Rio Branco a grande batalha de 1871.

Tanto um como outro fenômeno devem ser evitados pelo Imperador. Pois o Partido Liberal unido, porque está unido, não é mais apto para realizar uma idéia que é sua e pela qual acaba de arriscar-se a ser precipitado do poder, do que um grupo do Partido Conservador, contra o espírito e a organização desse partido, onde ele é realmente forte, no Sul, e isso para a realização de uma idéia contra a qual esse grupo combateu unido com o outro nas presentes eleições, isto é, uma idéia que ele empregou todos os meios para abafar no nascedouro? (*Aplausos.*)

Que força teria essa fração de especuladores políticos ávidos de poder, para os quais nem mesmo o escravo, nem mesmo uma raça de infelizes, deve ser deixada fora do campo da exploração partidária? Não será mil vezes mais forte do que esses cépticos, que só acreditam na força; que não sabem para onde voltar-se definitivamente, se para o Sul, se para o Norte, se para

as fazendas de café e os engenhos de açúcar, se para as cidades; que não se atrevem a dividir-se apesar de divergentes, e para ficarem unidos sacrificam à união do partido os interesses morais da pátria, concorrendo para a conquista do poder com o mais triste dos contingentes: os sofrimentos e a miséria de uma população inteira...(*movimento.*) Não será mais forte do que essa metade do Partido Conservador o Partido Liberal, unido depois da prova de sinceridade que deu e dos sacrifícios que tem feito? Lembrai-vos que foi este partido sob o atual ministério que primeiro se atreveu em toda nossa história política a desafiar a escravidão para um duelo eleitoral, quando ela se jactava de ter em seu poder a quase totalidade das cadeiras do Parlamento. Tratando-se de realizar uma idéia que é nossa, não temos a nosso favor a união, a prioridade, o amor à reforma, a indicação nacional, e mais do que tudo a direção do espírito público, divorciado da velha Sibila conservadora? (*Aplausos.*)

O outro fenômeno – a reação – é uma impossibilidade material. A escravidão não teria meios de reconquistar o terreno perdido: não teria força atinada, não teria força moral. A reação hoje, sabeis o que significaria? Significaria um passo imenso para a República. Lembrai-vos de como nasceu o Partido Republicano em 1869. Foi a expulsão dos liberais do poder que atirou um grande número de liberais nos braços da República. Os conservadores de São Paulo nas recentes eleições preferiram em toda pane a República ao liberalismo, mesmo escravista. Quando pela voz de Campos Sales e Prudente de Moraes a bandeira da República federal for pela primeira vez desdobrada em nosso Parlamento, sê-lo-á com o *placet* deliberado do Partido Conservador, o partido monárquico por excelência. Seria de admirar, senhores, que o Partido Liberal mais impulsivo, mais chegado ao ideal da futura geração, aliado natural de todas as instituições democráticas, mostrasse por sua vez preferir a República à escravidão! (*Longos aplausos.*)

Mas não receemos a reação. O que se passou de irregular nas presentes eleições é o que se tem dado em toda a parte do mundo onde as questões sociais são sujeitas a votos. Entre nós foi a escravidão que imprimiu esse caráter apaixonado e violento à última campanha, sim, foi a escravidão combinada com o censo alto, com a exclusão do povo.

Com a escravidão, senhores, como podemos ter eleições livres? No interior, elas são feitas sob a ameaça de um despejo sumário, que, se

não equivale, como o Sr. Gladstone disse que equivalia, na Irlanda, a uma sentença de morte, equivale à miséria da família, à mendicância e à fome. E não é só isso, elas fazem-se sob a pressão do Terror Negro, desse Terror que impressiona a imaginação com todas as privações de uma nova excomunhão social e aponta para os quadros bárbaros da Lei de Lynch em plena execução no país! Nas cidades, é o povo privado do voto, espectador apenas de investidas que se intitulam populares... Eu votei contra a presente lei, dizendo ao gabinete que era preciso não esquecer o princípio de Aristóteles – que não há solidez nas instituições quando o número dos interessados em destruí-las é maior do que o dos interessados em preservá-las... Eu lembrei o grito de Lamartine: “Não deixeis uma verdade fora da Constituição!” Mas deixou-se mais do que uma verdade, deixou-se um povo (*aplausos*), e daí essa intervenção que os amedronta dos espoliados, num processo de que os excluam, mas do qual eles sentem que depende a sua honra, a sua dignidade, os seus direitos. (*Aplausos.*) Essas são as eleições da escravidão, e que admira que ela nos deixe em seu testamento político; essa bancarrota do voto independente e o mercado eleitoral, quando vemos que em tudo a sucessão dela é uma infinidade de ruínas morais e materiais: em finanças, o papel-moeda depreciado, uma dívida esmagadora, um déficit perpétuo; na agricultura, a devastação, a seca, um produto único, o trabalho paralisado; na formação social, a degradação do povo, a ignorância e a miséria; na política, a influência combinada do despotismo com a oligarquia, em toda parte sinais de decadência ou de dissolução, as instituições de previdência desmoronando-se, as fortunas abaladas, a riqueza particular toda em depósito nas mãos de um banqueiro – o Estado, que só paga com o que lhe emprestam, um sentimento indefinível de mal-estar e de dúvida como se sentíssemos vacilar os alicerces mesmo de nossa pátria, e tudo, literalmente tudo, ameaçasse ruína iminente!

Em tais condições, senhores, o momento não é de palavras, é de atos. Eu quis nesta última vez em que tenho a honra de falar-vos, expor-vos a situação toda com os seus perigos e contingências. Eleito por vós, sinto-me, em minha consciência, revestido de toda a força da opinião para no Parlamento falarem vosso nome. Se uma coalizão de elementos heterogêneos me expelir da Câmara, a consciência desta cidade receberá um grande golpe com a imposição de um representante que ela rejeitou, o imenso esforço

do Partido Liberal unânime, e dos que se aliaram com ele nesse imponente escrutínio de 9 de janeiro, será frustrado, mas a minha ausência de uma Câmara assim reconquistada pela escravidão não diminuirá a força da corrente que a há de transbordar. Essa Câmara, qualquer que seja, não poderá servir de represa a uma onda de três séculos de formação. Hoje eu não tenho mais as emoções que tinha quando há seis anos entrei em luta com a escravidão: desanima-me quase de obtermos solução eficaz e verdadeiramente nacional, a resistência que nada pode abrandar dos proprietários; mas que se fará, dentro de pouco, justiça aos escravos e à raça negra, não é mais para nenhum de nós objeto de dúvida. (*Aplausos.*)

Sim, meus senhores, eu vos direi por último lançando um olhar sobre o caminho que temos percorrido desde 1879. Há muitos anos que estamos subindo essa grande cordilheira do abolicionismo em que estão separadas as vertentes do Brasil colonial das vertentes do Brasil moderno. (*Aplausos.*) A princípio, o que nos fez empreender essa dolorosa e fatigante ascensão, à borda sempre do precipício e através de matas virgens seculares, foi a própria altura dos cimos nevados que nos pareciam inacessíveis... Mas, como acontece nas montanhas, logo perdemos de vista os acidentes do solo que pisávamos, esquecemos as privações que sofríamos, para nos absorvermos na imensidade do horizonte. Hoje podemos dizer que chegamos ao cume desse divisor das águas, dessa alta fronteira moral que separa duas épocas da nossa história, dir-se-ia duas nacionalidades. De um lado avistamos o ponto do qual partimos, nós abolicionistas, com todos os seus prolongamentos até a orla apagada dos tempos coloniais; do outro avistamos o mapa extensíssimo do futuro nacional.

Que importa que o solo que pisamos seja por sua natureza vulcânico, se é preciso atravessá-lo para passar da região desolada e inefítica da escravidão para as planícies saudáveis e fecundas do trabalho livre? Até hoje não houve em nossa marcha um abalo qualquer, mas tal é a coerção das leis que presidem à marcha dos povos, nós não poderíamos mais parar nessa migração nacional, quando mesmo tivéssemos que fazê-la entre alas de vulcões acesos e por sobre as oscilações e o pânico de grandes terremotos sociais (*Sensação e aplausos.*) Sim, senhores, não haveria de estranhar em uma sublevação do solo em que pisamos, por que o que nós temos debaixo dos pés é uma nação! (*Novos aplausos.*) É essa fatalidade providencial, essa

necessidade histórica, que me faz dizer aos nossos adversários, os quais se consomem numa luta improfícua e inglória, que só serve para embaraçar o futuro deste país: o que está feito, está feito, o que está por fazer ... está feito. (*Aplausos unânimes e repetidos. Longas e ruidosas aclamações.*)

.....

Nota

Durante a campanha eleitoral, o Sr. Joaquim Nabuco pronunciou no Recife os seguintes discursos:

Outubro, 12 – 1ª Conferência no Teatro Santa Isabel.

Outubro, 25 – *Discurso perante a União Abolicionista Comercial, no Recife.

Outubro, 26 – Discurso em seguida à conferência de José Mariano, no Teatro Santa Isabel.

Novembro, 1º – 2ª Conferência no Teatro Santa Isabel.

Novembro, 2 – *Discurso aos eleitores de Santo Antônio, no Teatro de Santo Antônio.

2, à tarde – *Discurso aos eleitores do Peres.

Novembro, 5 – Discurso aos eleitores de Santo Antônio, no Teatro São José de Ribamar.

Novembro, 9 – Discurso no Montepio Popular Pernambucano.

Novembro, 9 – *Discurso em seguida à conferência de Martins Júnior.

9, à tarde – *Discurso aos eleitores do 1º Distrito de Afogados, no Largo da Paz.

Novembro, 13 – *Discurso em seguida à conferência de José Mariano, no pátio de Santa Cruz (Boa Vista).

Novembro, 16 – 3ª Conferência no Teatro Santa Isabel.

16, à tarde – Discurso aos eleitores da Madalena, na praça do Conselheiro João Alfredo (Passagem).

Novembro, 20 – *Discurso em seguida à conferência de José Mariano, na Boa Vista.

Novembro, 23 – *Discurso num *meeting* do Partido Liberal no Teatro Santa Isabel.

Novembro, 28 – Discurso aos eleitores do Recife, no Largo do Corpo Santo.

Novembro, 29 – Discurso aos artistas do Recife, no Campo das Princesas.

Novembro, 30 – 4ª Conferência no Teatro Santa Isabel.

30, à noite – *Discurso aos eleitores do 1º Distrito de São José na Rua Imperial.

Janeiro, 6 – 5ª Conferência no Teatro Santa Isabel.

Janeiro, 9 – *Discurso ao povo do Recife em agradecimento pelo segundo escrutínio, na Rua do Imperador.

Janeiro, 18 – *Discurso na inauguração do retrato de José Mariano, no Liceu de Artes e Ofícios.

Janeiro, 18 – Última Conferência no Teatro Santa Isabel.

Além dessas vezes, o orador falou, durante a campanha, em diversas reuniões privadas de eleitores e por ocasião de manifestações populares.

Dos 23 discursos acima, doze estão sendo publicadas nesta edição. Os restantes deixam de ser impressos, não havendo sido taquigrafados, nem sendo possível ao orador recompô-los por falta de notas.

No discurso aos eleitores de Santo Antônio, o orador tomou para tema a posição dos abolicionistas no seio do Partido Liberal, mostrando que esse partido não poderia repelir o seu elemento contrário à escravidão sem aniquilar-se moralmente. No discurso aos eleitores do Peres e de Afogados, o orador ocupou-se das relações entre a escravidão e a agricultura, e a miséria da população, respectivamente. No discurso no Pátio de Santa Cruz, ocupou-se dos efeitos da escravidão sobre as relações entre nacionais e estrangeiros e também sobre o sentimento religioso, a propósito da guerra movida pelo clero político do Recife às candidaturas abolicionistas. No discurso no grande *meeting* do Partido Liberal, o orador ocupou-se do dever especial dos homens de cor para com o movimento abolicionista.

Os discursos que não puderam ser reproduzidos acham-se marcados nesta nota por um asterisco.

Campanha Abolicionista no Recife, de Joaquim Nabuco,
foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel
vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de
Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se
de imprimir em setembro de 2005, de acordo com o programa
editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial
do Senado Federal.